



# Proposta da Administração

Assembleia Geral Ordinária  
05 de abril de 2022



**ISEB3**



**IBRX100 B3**

## CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTA PROPOSTA DE ADMINISTRAÇÃO

<b>Identificação da Companhia</b>	<b>EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A.</b> , (“Companhia” ou “EDPBR”) sociedade por ações, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 03.983.431/0001-03 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.179.731, registrada como Companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sob o nº 19763.
<b>Sede</b>	Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 22, Bloco A, Lapa de Baixo, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05069-900.
<b>Diretoria de Relações com Investidores</b>	O Sr. Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire é o Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores. O telefone do departamento de relações com investidores da EDPBR é (5511) 2185-5907. O e-mail do departamento de relações com investidores da EDPBR é <a href="mailto:ri@edpbr.com.br">ri@edpbr.com.br</a> .
<b>Audidores Independentes da Companhia</b>	2021: KP MG Auditores Independentes, localizada na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar – Torre A - Cidade e Estado de São Paulo. Tel: (55 11) 3940-1500. <a href="http://www.kpmg.com.br">www.kpmg.com.br</a> .
<b>Banco Escriturador</b>	Itaú Corretora de Valores S.A. (“Itaú”)
<b>Atendimento aos Acionistas</b>	O atendimento aos Acionistas é realizado pela Diretoria de Relações com Investidores da EDPBR (cujas informações gerais estão acima) ou em qualquer agência do Banco Itaú, cuja sede está localizada na Rua Ururáí, n. 111 – Prédio B – Térreo – Tatuapé, São Paulo/SP CEP 03084-010. Contato pelos telefones (55 11) 3003-9285 (capital e regiões metropolitanas) ou 0800 7209285 (demais localidades).
<b>Títulos e Valores Mobiliários Emitidos</b>	As ações da Companhia estão listadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o símbolo “ENBR3”, no segmento denominado Novo Mercado, e negociadas na Latibex, segmento da Bolsa de Valores de Madrid, sob o Símbolo “XENBR”.

**EDP – Energias do Brasil S.A.**  
CNPJ/MF nº 03.983.431/0001-03  
NIRE 35.300.179.731  
Companhia Aberta

**46ª Assembleia Geral Ordinária**

Aos Srs. Acionistas da  
**EDP – Energias do Brasil S.A.**

A Administração da EDP - Energias do Brasil S.A. (“Companhia” ou “EDPBR”) vem apresentar as seguintes propostas a serem objeto de deliberação em Assembleia Geral a ser realizada em 05 de abril de 2022.

**ÍNDICE:**

<b>ANEXO I</b>	<i>Edital de Convocação</i>	<b>Pág. 4</b>
<b>ANEXO II</b>	<i>Manual de Participação em Assembleias Gerais</i>	<b>Pág. 5</b>
<b>ANEXO III</b>	<i>Comentários dos Diretores da Companhia (Contas dos Administradores – Exercício Social 2021)</i>	<b>Pág. 12</b>
<b>ANEXO IV</b>	<i>Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2021</i>	<b>Pág. 69</b>
<b>ANEXO V</b>	<i>Informações sobre os Conselheiros de Administração a serem eleitos e matérias correlatas</i>	<b>Pág. 73</b>
<b>ANEXO VI</b>	<i>Remuneração dos Administradores da Companhia</i>	<b>Pág. 81</b>

\* \* \*

## ANEXO I

**EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 03.983.431/0001-03  
NIRE 35.300.179.731

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** **46ª Assembleia Geral Ordinária**

Ficam convocados os Srs. Acionistas a comparecer à **46ª Assembleia Geral Ordinária** (“Assembleia Geral”) da EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A. (“Companhia” ou “EDPBR”), a ser realizada **sob a forma exclusivamente digital**, nos termos do inciso I do parágrafo 2º do artigo 4º e parágrafos 2º e 3º do artigo 21-C da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 481/09”), às **16:00 horas** do dia **05 de abril de 2022**, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores externos independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021;
- (ii) aprovar a destinação do lucro líquido, a distribuição de dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o orçamento de capital da Companhia, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”);
- (iii) definir o número de membros do Conselho de Administração e deliberar sobre sua eleição; e
- (iv) fixar a remuneração global dos administradores da Companhia.

#### **Informações Gerais:**

Conforme autorizado pelo parágrafo único do artigo 121 da Lei das S.A., **a Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital**, podendo os Senhores Acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, por si, por seus representantes legais ou procuradores, desde que comprovada a titularidade das ações, dentro de, no máximo, 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia Geral, na forma do art. 10 do Estatuto Social da Companhia. Adicionalmente, nos termos da ICVM 481/09, a Companhia adotará a sistemática do Boletim de Voto a Distância.

É facultada a solicitação de adoção do sistema de voto múltiplo para eleição de membros do Conselho de Administração, na forma do artigo 141 da Lei das S.A., sendo necessário para tanto o percentual mínimo de participação no capital votante de 5%, conforme Instrução CVM 165/91, alterada pela Instrução CVM 282/98. O Boletim de Voto a Distância irá conferir aos Srs. Acionistas opção nesse sentido, conforme disposto no art. 21-I da ICVM 480/09. Adicionalmente, a requisição do referido sistema de voto múltiplo poderá ser encaminhada por escrito à Companhia até 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral ora convocada.

As orientações e procedimentos aplicáveis às regras para participação por sistema eletrônico, bem como as demais instruções relativas à Assembleia Geral estão detalhadas na Proposta da Administração que se encontra disponível na sede e no endereço eletrônico da Companhia ([www.edpbr.com.br/ri](http://www.edpbr.com.br/ri)), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

São Paulo, 04 de março de 2022.

**Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas**  
Presidente do Conselho de Administração

\* \* \*

## **ANEXO II**

**EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 03.983.431/0001-03

NIRE 35.300.179.731

**Manual de Participação em  
Assembleias Gerais de Acionistas**

## Mensagem da Administração

Prezados Acionistas,

A EDP – Energias do Brasil S.A. (“Companhia” ou “EDPBR”) é uma holding que detém investimentos no setor de energia, consolidando ativos de geração, comercialização, distribuição, transmissão e serviços de energia.

A EDPBR é detida majoritariamente pela EDP - Energias de Portugal, S.A. (“EDPPT”), empresa portuguesa e uma das maiores operadoras europeias no setor energético.

A EDPBR tem suas ações listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), e desde julho de 2005, aderiu aos mais elevados padrões de governança corporativa. As ações da Companhia também são negociadas na Latibex, segmento da Bolsa de Valores de Madrid, sob o Símbolo “XENBR”.

Reforçando nosso compromisso de manter o maior grau de transparência para com os Senhores Acionistas, e tendo como base nossa política de boa prática de governança corporativa, disponibilizamos o presente manual para melhor orientá-los, contendo informações sobre a Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia Geral”).

Nesse sentido, convidamos os Senhores Acionistas a participar da Assembleia Geral desta Companhia, a ser realizada em **05 de abril de 2022 às 16:00 horas, sob a forma exclusivamente digital**, cujo Edital de Convocação já se encontra disponível no *site* da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

**Na referida Assembleia Geral examinaremos as matérias previstas no referido Edital de Convocação, quais sejam:**

- (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores externos independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021;
- (ii)** aprovar a destinação do lucro líquido, a distribuição de dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o orçamento de capital da Companhia, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”);
- (iii)** definir o número de membros do Conselho de Administração e deliberar sobre sua eleição; e
- (iv)** fixar a remuneração global dos administradores da Companhia.

Informamos, por fim, que contaremos com a presença da Administração da Companhia na Assembleia Geral, a qual poderá prestar quaisquer informações relativas às matérias da ordem do dia. Contamos com a presença de V.Sas. Acionistas, e esperamos que este manual seja útil para a sua participação.

Cordialmente,

**EDP – Energias do Brasil S.A.**  
Administração

\* \* \*

## Orientações para participação na Assembleia Geral

Os Acionistas da EDP - Energias do Brasil S.A. (“Companhia” ou “EDPBR”) poderão participar da Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia Geral”) através do sistema eletrônico para participação remota, ou ainda, poderão exercer o seu direito de voto à distância, nos termos da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 481/09”), na forma abaixo:

**QUEM PODE PARTICIPAR:** Poderão participar da presente Assembleia Geral os acionistas titulares de ações nominativas, sem valor nominal, emitidas pela Companhia, por si, por seus representantes legais ou procuradores, desde que referidas ações estejam inscritas em seu nome nos registros da instituição financeira depositária, Itaú Corretora de Valores.

**COMO PARTICIPAR:** Os acionistas da Companhia poderão participar da Assembleia Geral por meio de plataforma digital a ser disponibilizada pela Companhia para acesso no dia e horário da Assembleia Geral conforme a seguir detalhado.

**DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:** Os acionistas devem encaminhar **(i)** o comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia, e **(ii)** os documentos abaixo aplicáveis (“Documentação para Participação Assembleia Geral”).

Ressaltamos que os documentos expedidos no exterior devem ter reconhecimento das assinaturas por Tabelião ou Notário Público, legalizados/apostilados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor.

- (a) **Pessoa Física:** cópia autenticada do documento de identidade válido com foto, ou, caso aplicável, documento de identidade de seu procurador e a respectiva procuração.
- (b) **Pessoa Jurídica:** cópia autenticada do documento de identidade válido com foto do representante legal e cópia dos documentos comprobatórios de representação, incluindo o instrumento de mandato e cópia dos atos constitutivos e da ata de eleição dos administradores.
- (c) **Fundo de Investimentos:** cópia autenticada do documento de identidade válido com foto do representante e documentos comprobatórios de representação, incluindo instrumento de mandato e cópia do regulamento do fundo em vigor, do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, e da ata de eleição dos administradores do administrador ou do gestor.
- (d) **Participação por Procurador:** O procurador deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano, e qualificar-se como acionista ou administrador da Companhia, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil ou, ainda, instituição financeira, conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022- CVM/SEP, os acionistas, pessoas jurídicas podem ser representados na Assembleia por meio de seus representantes legais ou via mandatários devidamente constituídos de acordo com os atos constitutivos da respectiva sociedade e com as regras do Código Civil Brasileiro, não havendo, neste caso específico, a necessidade do mandatário do acionista pessoa jurídica ser acionista ou administrador da Companhia ou, ainda, advogado. Da mesma maneira, os acionistas fundos de investimento, conforme decisão do Colegiado da CVM no âmbito do Processo Administrativo CVM nº RJ-2014-3578, podem ser representados na Assembleia por meio de seus representantes legais ou via mandatários devidamente constituídos por seu gestor ou administrador, conforme dispuser seu regulamento, o estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso.

Para participar e votar, por meio da plataforma “Microsoft Teams” (“Plataforma Digital”), o acionista deverá enviar solicitação à Companhia para o endereço de e-mail [assessoria.societaria@edpbr.com.br](mailto:assessoria.societaria@edpbr.com.br), **até 2 (dois) dias** antes da data de realização da Assembleia (isto é, até **às 16:00 do dia 03 de abril de 2022**), acompanhada da Documentação para Participação na Assembleia Geral, incluindo, mas sem limitação, o comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia (“Cadastro de Participação”).

Em resposta ao e-mail, após a análise dos documentos enviados e comprovação da titularidade das ações do acionista, nos termos acima, serão encaminhadas, pela Companhia, para cada acionista (ou seu respectivo Procurador, conforme o caso) que tenha efetuado o regular Cadastro de Participação, as informações e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, mas sem limitação, um link de acesso. Tais informações e orientações serão encaminhadas exclusivamente para o endereço de e-mail informado no Cadastro de Participação, independentemente do endereço de e-mail utilizado pelo acionista (ou seu respectivo Procurador, conforme o caso) para remeter os documentos e informações para fins de realização de tal cadastro.

Caso o acionista que tenha solicitado devidamente sua participação, em linha com o previsto na presente Proposta da Administração, não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação na Assembleia com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da sua realização (ou seja, **até às 16:00 horas do dia 04 de abril de 2022**), deverá entrar em contato com a Companhia pelo referido e-mail acima informado, sendo certo que, em qualquer hipótese, o acionista deverá entrar em contato com a Companhia antes das 18:00 horas do dia 04 de abril de 2022, a fim de que lhe sejam reenviadas (ou fornecidas por telefone) suas respectivas instruções para acesso.

Em caso de necessidade de complementação de documentos/ou esclarecimentos adicionais em relação aos documentos enviados para fins do Cadastro de Participação, a Companhia entrará em contato com o acionista (ou seu respectivo Procurador, conforme o caso) para solicitar tal complementação documental e/ou esclarecimentos adicionais em tempo hábil que permita o envio das informações e orientações para acesso à Plataforma Digital.

A Companhia esclarece que, caso não seja manifestado interesse pelo acionista (ou seu respectivo Procurador, conforme o caso), em participar da Assembleia, nos termos acima estabelecidos, **até às 15:00 horas do dia 05 de abril de 2022** (data da realização da Assembleia Geral), ou caso não sejam atendidas as solicitações de complementação documental e/ou esclarecimentos adicionais referidas no parágrafo anterior de forma a atestar a regularidade de representação do acionista, não será possível a participação do acionista na Assembleia por meio da Plataforma Digital.

A Companhia destaca, ainda, que as informações e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, mas sem limitação, o link de acesso, são únicas e intransferíveis, assumindo o acionista (ou seu respectivo Procurador, conforme o caso) integral responsabilidade sobre a posse e sigilo das informações e orientações que lhe forem transmitidas pela Companhia nos termos aqui previstos.

A Companhia recomenda que os **acionistas se familiarizem previamente com o uso da Plataforma e garantam a compatibilidade de seus dispositivos eletrônicos com a utilização da Plataforma (por vídeo e áudio)**.

O acionista cadastrado poderá participar da Assembleia por meio do sistema eletrônico com recursos de **vídeo e áudio**, devendo os senhores acionistas **manter as suas respectivas câmeras ligadas durante todo o curso** da Assembleia com o fim de assegurar a autenticidade das comunicações, exercendo seus direitos de manifestação e voto por meio da plataforma disponibilizada. A Companhia esclarece que a Assembleia será gravada em sua integralidade.

A Companhia também solicita que, no dia da Assembleia, os acionistas habilitados acessem a Plataforma Digital com, no mínimo, **30 (trinta) minutos de antecedência** ao horário previsto para início dos trabalhos, com o objetivo de permitir a validação de acesso e participação de todos os Acionistas que a utilizem. O acesso à Assembleia não será permitido depois do início dos trabalhos.

A Companhia esclarece que não é, e não será, responsável por quaisquer problemas operacionais ou de conexão do acionista, bem como por quaisquer outros problemas externos à Companhia que possam dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na Assembleia Geral por meio da Plataforma Digital.

Adicionalmente, a Companhia, nos termos da ICVM 481/09 adotará a sistemática do Boletim de Voto a Distância. Os documentos relativos aos assuntos referidos na ordem do dia acima, incluindo o Boletim de Voto a Distância e as orientações para seu preenchimento e envio, foram colocados à disposição dos acionistas para consulta na sede e no endereço eletrônico da Companhia ([www.edpbr.com.br/ri](http://www.edpbr.com.br/ri)) e enviados à B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e à Comissão de Valores Mobiliários - CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), em conformidade com as disposições da legislação aplicável.

\* \* \*

**BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA**  
**Assembleia Geral Ordinária de 05/04/2022**  
**EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.**

**Nome do Acionista**

**CNPJ ou CPF do acionista**

**E-mail**

**Orientações de preenchimento**

O presente boletim deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto à distância, nos termos da Instrução CVM nº 481, conforme alterada.

Neste caso, é imprescindível que os campos acima sejam preenchidos com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número do Cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato.

Além disso, para que este boletim de voto seja considerado válido e os votos aqui proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia Geral:

- todos os campos abaixo deverão estar devidamente preenchidos;
- todas as suas páginas deverão ser rubricadas;
- ao final, o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá assinar o boletim; e
- não será exigido o reconhecimento das firmas apostas no boletim, tampouco a sua consularização.

**Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante**

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá: (i) preencher e enviar o presente boletim diretamente à Companhia, ou (ii) transmitir as instruções de preenchimento para prestadores de serviços aptos, conforme orientações abaixo:

Exercício de voto por meio de prestadores de serviços – Sistema de voto à distância.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de votos a seus respectivos agentes de custódia, observadas as regras por esses determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal.

Envio do Boletim pelo acionista diretamente à Companhia:

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos à Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 22, Bloco A, Lapa de Baixo, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05069-900, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores.

(i) Via física do presente boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado;

(ii) Comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações de sua titularidade; e

(iii) Cópia autenticada dos seguintes documentos:

(a) para pessoas físicas:

- documento de identidade com foto do acionista;

(b) para pessoas jurídicas:

- último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a

- representação legal do acionista; e
- documento de identidade com foto do representante legal.
- (c) para fundos de investimento:
- ultimo regulamento consolidado do fundo;
  - estatuto social; e
  - documento de identidade com foto do representante legal.

**Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista decida entregar o documento diretamente à Companhia:**

**E-mail:** [assessoria.societaria@edpbr.com.br](mailto:assessoria.societaria@edpbr.com.br).

**Endereço:** Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 22, Bloco A, Lapa de Baixo, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05069-900.

Caso tenham interesse em encaminhar documentos físicos ao referido endereço, solicitamos entrar em contato com nosso RI.

**Indicação da instituição contratada pela Companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico e o telefone para contato:**

Banco Itaú, com endereço na Rua Ururai, nº 111, Prédio B, Térreo, Tatuapé, CEP 03084-010 - São Paulo/SP. Contato pelos telefones (55 11) 3003-9285 (capital e regiões metropolitanas) ou 0800 7209285 (demais localidades).

*Nota:* A versão integral de Boletim de Voto à distância encontra-se disponível no site da CVM.

\*\*\*

## ANEXO III

### Comentário dos Diretores da Companhia

Item 10 – Formulário de Referência

Instrução CVM 480/2009

#### 10.1. Comentários dos nossos Diretores sobre:

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

##### a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Somos uma *holding* detentora de um portfólio diversificado e integrado de sociedades que atuam nas áreas de geração, distribuição, transmissão, serviços e comercialização de energia elétrica no mercado brasileiro. Os diretores entendem que possuímos liquidez adequada e condizente com o cenário energético e econômico atualmente vividos pelo país, que é evidenciado pelo capital circulante líquido consolidado positivo de R\$ 2.881,7 em 31 de dezembro de 2021.

O capital circulante líquido consolidado em 2020 e em 2019, ficaram em R\$ 590,0 negativos e R\$ 1.591,4 positivos respectivamente.

Os Diretores acreditam que nossas condições financeiras e patrimoniais são suficientes para mantermos nosso plano de negócios, desenvolvermos nossas atividades e cumprirmos com todas as nossas obrigações de curto e médio prazo, seja pela renegociação de dívidas vincendas no curto prazo para prazos maiores, seja pela atuação junto com as entidades do setor elétrico, na busca de soluções que atendam a todos os envolvidos com a questão energética brasileira, que continua sendo fundamental para o desenvolvimento do país.

A diretoria acredita que a Companhia apresenta índices de liquidez geral confortáveis, que evidenciam a estratégia da Companhia de manter sua estrutura de capital equilibrada, de modo a otimizar a sua rentabilidade, sem expor a Companhia a riscos elevados de liquidez.

Quanto à alavancagem, que diz respeito às dívidas financeiras (debêntures, empréstimos e financiamentos), a Companhia também procura trabalhar com um nível equalizado, de acordo com a sua política de dividendos, que lhe garanta maximizar a rentabilidade, sem prejudicar a continuidade da sua operação. Mais informações sobre este indicador podem ser encontradas no item 10.1.b.

Apresentamos abaixo alguns indicadores, de acordo com os números consolidados das Demonstrações Financeiras da Companhia, que evidenciam a situação financeira da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais:

Ativo	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Circulante	7,324,975	7,469,079	10,121,303
Não Circulante	9,423,329	11,847,115	13,505,015
<b>Total</b>	<b>16,748,304</b>	<b>19,316,194</b>	<b>23,626,318</b>
<b>Passivo</b>			
Circulante	5,733,527	8,059,083	7,239,584
Não Circulante	11,423,945	10,975,903	14,095,143
<b>Total</b>	<b>17,157,472</b>	<b>19,034,986</b>	<b>21,334,727</b>
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2021</b>
Capital Circulante Líquido	1,591,448	-590,004	2,881,719
Índice de Liquidez Geral	0.98	1.01	1.11
Índice de Liquidez Corrente	1.28	0.93	1.40
<b>Alavancagem total sobre Alavancagem + Patrimônio Líquido*</b>	<b>47.8%</b>	<b>47.2%</b>	<b>48.7%</b>

## b) Estrutura de capital

Segue abaixo, quadros resumos com os principais indicadores que compõem nossa dívida líquida e estrutura de capital:

	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
<b>Alavancagem total sobre Alavancagem + Patrimônio Líquido*</b>	47.8%	47.2%	48.7%
<b>Alavancagem líquida sobre Patrimônio Líquido (Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido)</b>	61.7%	60.7%	70.7%
<b>Participação do Capital</b>			
Capital Próprio	35.0%	34.7%	34.3%
Capital de Terceiros	65.0%	65.3%	65.7%
	<b>100.0%</b>	<b>100.0%</b>	<b>100.0%</b>

Nos últimos três exercícios, a Companhia utilizou como fontes de capital de terceiros empréstimos, financiamentos e debêntures.

Os Diretores entendem que a Companhia tem uma estrutura de capital equilibrada. Em 31 de dezembro de 2021, tínhamos 65,7% de capital de terceiros, que correspondem a R\$21,3 bilhões, dos quais 33,9% de curto prazo e 66,1% de longo prazo, e 34,3% de recursos de acionistas (patrimônio líquido). Em 31 de dezembro de 2020, tínhamos 65,3% de capital de terceiros, que correspondem a R\$19,0 bilhões, dos quais 42,3% de curto prazo e 57,7% de longo prazo, e 34,7% de recursos de acionistas (patrimônio líquido). Em 31 de dezembro de 2019, tínhamos 65,0% de capital de terceiros, que correspondem a R\$17,2 bilhões, dos quais 33,4% de curto prazo e 66,6% de longo prazo, e 35,0% de recursos de acionistas (patrimônio líquido).

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela relação entre a alavancagem total (empréstimos, financiamentos e debêntures) e a alavancagem total mais o patrimônio líquido (desconsiderando o capital dos não controladores). Em 31 de Dezembro de 2021 tivemos um aumento nesta relação, devido principalmente à maior alavancagem para fazer frente aos investimentos da companhia.

## c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossos Diretores acreditam que estamos em nível adequado de alavancagem, não obstante o contexto energético e econômico que o país tem vivenciado nos últimos anos.

Os Diretores da Companhia destacam a capacidade de geração de caixa da Companhia, medida pelo EBITDA (o lucro ou prejuízo líquido da Companhia em bases consolidadas, acrescido da contribuição social, imposto de renda, equivalência patrimonial, resultados financeiros, depreciação e amortização), que alcançou, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$4.313,1. Já em 31 de dezembro de 2020, a capacidade de geração de caixa da Companhia alcançou o montante de R\$3.381,9 e em 31 de dezembro de 2019, a capacidade de geração de caixa da Companhia alcançou o montante de R\$2.914,2.

O nível das disponibilidades da Companhia também é sempre mantido em um patamar suficiente para honrar suas necessidades do dia-dia, suas amortizações e investimentos, sendo que o saldo de disponibilidades da Companhia era de R\$2.711,2 em 31 de dezembro de 2021, R\$2.889,8 em 31 de dezembro de 2020 e R\$2.773,9 em 31 de dezembro de 2019.

Dessa forma, considerando a posição atual de caixa e a capacidade de geração de caixa da Companhia, os Diretores acreditam que a mesma possui liquidez e recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros de curto, médio e longo prazo.

Os Diretores da Companhia acreditam que o grupo tem seu fluxo de caixa equalizado quanto às suas obrigações financeiras, o que está evidenciado pelos níveis de dívida líquida pelo EBITDA apresentados

pela Companhia nos últimos 3 exercícios. Isto porque, em 31 de dezembro de 2021, esse indicador foi de 1,83 vezes, em 31 de dezembro de 2020 foi de 1,81 vezes e em 31 de dezembro de 2019 o indicador foi de 1,91 vezes.

A Companhia tem mantido a assiduidade dos pagamentos de todos os seus compromissos, conforme esperado, e não apresenta qualquer sinal de falta de liquidez. Caso a Companhia entenda necessário contrair novos empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, os Diretores acreditam que a Companhia tem a capacidade de contratá-los e honrá-los sem comprometer o desenvolvimento dos seus negócios.

A dívida bruta consolidada totalizou R\$ 10.597,5 em 31 de dezembro de 2021, em comparação a R\$ 9.034,9 em 31 de dezembro de 2020, o que aponta um aumento de R\$ 1.562,6. A dívida líquida consolidada atingiu R\$ 7.880,5 milhões em 31 de dezembro de 2021, frente a R\$ 6.135,7 milhões, verificando-se um aumento de R\$ 1.744,8 milhões. O incremento da dívida se deve principalmente às captações das distribuidoras e para financiamento dos projetos de transmissão.

A dívida bruta consolidada totalizou R\$ 9.034,9 em 31 de dezembro de 2020, em comparação a R\$ 8.464,8 em 31 de dezembro de 2019, o que aponta um aumento de R\$ 570,1. A dívida líquida consolidada atingiu R\$ 6.135,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, frente a R\$ 5.557,1 milhões, verificando-se um aumento de R\$ 578,6 milhões. O incremento da dívida se deve principalmente às captações das distribuidoras.

A dívida bruta consolidada totalizou R\$ 8.464,8 em 31 de dezembro de 2019, em comparação a R\$ 7.458,8 em 31 de dezembro de 2018, o que aponta um aumento de R\$ 1.006,0. A dívida líquida consolidada atingiu R\$ 5.557,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, frente a R\$ 4.395,5 milhões, verificando-se um aumento de R\$ 1.161,6 milhões. O incremento da dívida se deve principalmente às captações dos projetos de transmissão.

Podemos demonstrar nossa capacidade de pagamento em relação aos compromissos assumidos por meio das medições que as agências de *rating* realizam periodicamente sobre a companhia. Atualmente, somos avaliados pelas agências de classificação de risco Moody's, Standard & Poors (S&P) e Fitch. Segue abaixo os *ratings* da EDP - Energias do Brasil e de suas controladas:

Escala de Rating S&P																						
AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+	CCC	CCC-	CC	C	D	NR
Investment grade																						

Escala de Rating da Moodys																					
Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A1	A2	A3	Baa1	Baa2	Baa3	Ba1	Ba2	Ba3	B1	B2	B3	Caa1	Caa2	Caa3	Ca	C	WR
Investment grade																					

Moody's	Nacional			Global		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
EDP - Energias do Brasil	Aa2.br	Aa2.br	AAA.br	Ba2	Ba2	-
EDP São Paulo	Aa1.br	Aa1.br	AAA.br	Ba2	Ba2	-
EDP Espírito Santo	Aa1.br	Aa1.br	AAA.br	Ba2	Ba2	-
Energest	-	-	-	-	-	-
Lajeado Energia	Aa2.br	Aa2.br	AA.br	Ba2	Ba2	-

S&P	Nacional			Global		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
EDP São Paulo	brAAA	brAAA	brAAA	-	-	-
EDP Espírito Santo	brAAA	brAAA	brAAA	BB-	BB-	BB-

Fitch	Nacional			Global		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
EDP Energias do Brasil	AAA(bra)	AAA(bra)	AAA(bra)	-	-	-
EDP Transmissão SP-MG	AA+(bra)	AA+(bra)	AA+(bra)	-	-	-
EDP Transmissão Aliança SC	AA(bra)	AA(bra)	AA(bra)	-	-	-

Em 3 de abril de 2019 a Moody's reafirmou os ratings da EDP São Paulo e em 5 de abril de 2019, a Moody's reafirmou os ratings da EDP Espírito Santo, com as seguintes classificações: "Aa1.br" em escala local, e "Ba2" em escala global. A perspectiva de ambos os ratings se manteve estável.

Em 10 de abril de 2019, a Moody's reafirmou os ratings da Energest: "Aa2.br" em escala local, e "Ba2" em escala global, com perspectiva estável.

Em 23 de maio de 2019, a Moody's reafirmou os ratings da EDP Energias do Brasil: "Aa2.br" em escala local e "Ba2" em escala global, com perspectiva estável.

Em 06 de agosto de 2019, a Fitch publicou rating inicial da EDP Transmissão SP-MG: AA+ (bra) em escala nacional, com perspectiva estável.

Em 11 de outubro de 2019, a Fitch reafirmou o rating da EDP Transmissão Aliança SC: AA (bra) em escala nacional, com perspectiva estável.

Em 25 de outubro de 2019, a Fitch publicou rating inicial da EDP Energias do Brasil: AAA (bra) em escala nacional, com perspectiva estável.

Em 08 de novembro de 2019, a Moody's retirou os ratings da Energest a pedido da companhia.

Em 8 de abril de 2020 a Moody's reafirmou os ratings da EDP São Paulo e da EDP Espírito Santo, com as seguintes classificações: "Aa1.br" em escala local, e "Ba2" em escala global. A perspectiva de ambos os ratings se manteve estável.

Em 27 de maio de 2020, a Moody's reafirmou os ratings da EDP Energias do Brasil: "Aa2.br" em escala local e "Ba2" em escala global, com perspectiva estável.

Em 01 de junho de 2020, a Moody's reafirmou os ratings da Lajeado Energia: "Aa2.br" em escala local e "Ba2" em escala global, com perspectiva estável.

Em 28 de julho de 2020, a Fitch reafirmou o rating da EDP Transmissão SP-MG: AA+ (bra) em escala nacional, com perspectiva estável.

Em 28 de agosto de 2020, a Fitch reafirmou o rating da EDP Transmissão Aliança SC: AA (bra) em escala nacional, com perspectiva estável.

Em 21 de setembro de 2020, a Fitch reafirmou o rating da EDP Energias do Brasil: AAA (bra) em escala nacional, com perspectiva estável.

Em 29 de abril de 2021 a Moody's reafirmou os ratings da EDP São Paulo e da EDP Espírito Santo, com as seguintes classificações: "Aa1.br" em escala local, e "Ba2" em escala global. A perspectiva de ambos os ratings se manteve estável.

Em 27 de maio de 2021, a Moody's reafirmou os ratings da EDP Energias do Brasil: "Aa2.br" em escala local e "Ba2" em escala global, com perspectiva estável.

Em 07 de junho de 2021, a Moody's reafirmou os ratings da Lajeado Energia: "Aa2.br" em escala local e "Ba2" em escala global, com perspectiva estável.

Em 29 de junho de 2021, a Moody's comunicou a atribuição do rating "AA.br" em escala local para a Lajeado Energia, e a retirada do rating global "Ba2", em decorrência da criação da Moody's Local. A perspectiva do rating é estável.

Em 29 de junho de 2021, a Moody's comunicou a atribuição do rating "AAA.br" em escala local para a EDP Energias do Brasil, e a retirada do rating global "Ba2", em decorrência da criação da Moody's Local. A perspectiva do rating é estável.

Em 29 de junho de 2021, a Moody's comunicou a atribuição do rating "AAA.br" em escala local para a EDP São Paulo e a EDP Espírito Santo, e a retirada de seus ratings globais "Ba2", em decorrência da criação da Moody's Local. A perspectiva dos ratings é estável.

Em 26 de julho de 2021, a Fitch reafirmou o rating da EDP Transmissão SP-MG: AA+ (bra) em escala nacional, com perspectiva estável.

Em 17 de agosto de 2021, a Fitch reafirmou o rating da EDP Transmissão Aliança SC: AA (bra) em escala nacional, com perspectiva estável.

Em 30 de agosto de 2021, a Fitch reafirmou o rating da EDP Energias do Brasil: AAA (bra) em escala nacional, com perspectiva estável.

#### **d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Os Diretores destacam que, com o objetivo de atender a estratégia definida para a Companhia e conseqüentemente, em virtude dos investimentos em novas capacidades (UHE Cachoeira Caldeirão, UHE São Manoel, UHE Santo Antonio do Jari, UTE Pecém I, Lote 21, Lote 18, Lote Q, Lote Mata Grande e Lote 1), a Companhia necessitou captar recursos por meio de contratos financeiros. Na opinião dos Diretores, as distribuidoras do grupo já contratam financiamentos adequados para suas operações usuais de investimento na expansão e manutenção de sua rede, além de realizarem o refinanciamento e alongamento de contratos vincendos.

Nos últimos três exercícios sociais, as fontes de financiamento utilizadas pelo grupo foram a geração de caixa operacional, os empréstimos e financiamentos e as debêntures. Nesses períodos, nossas controladas e a Companhia captaram recursos para financiar os investimentos e o capital de giro da área de distribuição, de geração e de transmissão, por meio de emissões de debêntures, e empréstimos e financiamentos junto a bancos comerciais, ao BNDES e ao BNB. Na opinião dos nossos Diretores, as captações realizadas foram adequadas e consistentes com a nossa necessidade de capital, considerando o contexto e as condições de mercado em que a Companhia se encontra e se encontrava.

A Companhia procura prever suas captações com uma antecedência mínima, que lhe possibilite um melhor planejamento quanto aos prazos e formas de captação, para que esteja sempre preparada para eventuais mudanças no mercado, e consiga buscar fontes alternativas de recursos em caso de necessidade. Na visão dos nossos Diretores, esta atuação garante ao grupo uma maior flexibilidade, e melhores decisões com relação às suas captações.

Os Diretores da Companhia acreditam que esta estratégia de captações é a mais indicada para o grupo, como forma de manter um índice de alavancagem adequado, sempre buscando alternativas para reduzir seu custo de captação e aumentar seu prazo médio.

As principais contratações da Companhia, nos últimos três exercícios, seguem abaixo:

Linhas Contratadas 2021			
Instrumento	Aprovado	Vencimento	Custo
EDP Espírito Santo - Cédula de Câmbio - MUFG	R\$ 300	jan/23	CDI + 1,13% a.a.
EDP Espírito Santo - Debêntures - 10ª Emissão	R\$ 500	jul/25	CDI + 1,15% a.a. (Swap)
EDP São Paulo - Debêntures - 11ª Emissão	R\$ 700	jan/26	CDI + 1,50% a.a. (Swap)
Enerpeixe - Debêntures - 4ª Emissão	R\$ 275	mar/26	CDI + 1,75% a.a.
EDP Transmissão MA I - Banco do Nordeste - 3ª liberação	R\$ 15	jul/43	IPCA + 2,7877% a.a.
EDP Transmissão MA I - Banco do Nordeste - 3ª liberação	R\$ 15	jul/43	IPCA + 2,2809% a.a.
EDP Transmissão MA I - Banco do Nordeste - 4ª liberação	R\$ 16	jul/43	IPCA + 2,7877% a.a.
EDP Transmissão MA I - Banco do Nordeste - 4ª liberação	R\$ 16	jul/43	IPCA + 2,2809% a.a.
EDP Trading - Cédula de Câmbio - MFUG	R\$ 200	abr/22	CDI + 0,65% a.a.
EDP GRID - Cédula de Câmbio - Scotiabank	R\$ 100	abr/22	CDI + 0,79% a.a. (Swap)
EDP Transmissão SP-MG - Cédula de Câmbio - MUFG	R\$ 150	dez/21	CDI + 0,75% a.a.
Lajeado - Debêntures - 5ª Emissão	R\$ 150	jun/24	CDI + 1,05% a.a.
Mata Grande - CCB - Itaú	R\$ 25	ago/21	CDI + 1,30% a.a.
EDP Transmissão MA II - Banco do Nordeste - 5ª liberação	R\$ 2	jan/39	IPCA + 2,5707% a.a.
EDP Espírito Santo - Debêntures - 11ª Emissão	R\$ 400	jul/25	CDI + 1,25% a.a.
EDP São Paulo - Debêntures - 12ª Emissão	R\$ 350	jul/26	CDI + 1,25% a.a.
Mata Grande - Cédula de Câmbio - Scotiabank	R\$ 85	ago/22	CDI + 0,86% a.a.
EDP Trading - Cédula de Câmbio - MFUG	R\$ 100	mar/23	CDI + 0,99% a.a.
EDP Trading - Cédula de Câmbio - MFUG	R\$ 250	nov/23	CDI + 1,165% a.a.
EDP Transmissão SP-MG - Debêntures - 3ª Emissão	R\$ 525	nov/23	CDI + 1,10% a.a.
EDP Espírito Santo - Nota Promissória - 2ª Emissão	R\$ 350	nov/23	CDI + 1,20% a.a.
EDP São Paulo - Debêntures - 13ª Emissão	R\$ 450	dez/26	CDI + 1,38% a.a.
<b>Total</b>	<b>R\$ 4,974</b>		

Linhas Contratadas 2020			
Instrumento	Aprovado	Vencimento	Custo
EDP Espírito Santo - Cédula de Câmbio - MFUG	R\$ 200	fev/21	CDI + 0,10% a.a.
EDP Espírito Santo - Nota Promissória - 1ª Emissão	R\$ 150	abr/21	CDI + 2,5% a.a.
EDP Espírito Santo - Debêntures - 9ª Emissão	R\$ 150	abr/21	CDI + 2,5% a.a.
EDP Transmissão MA II - Banco do Nordeste - 2ª liberação	R\$ 56	jan/39	IPCA + 2,5707% a.a.
EDP Transmissão MA II - Banco do Nordeste - 3ª liberação	R\$ 42	jan/39	IPCA + 2,5707% a.a.
EDP São Paulo - Nota Promissória - 6ª Emissão	R\$ 350	mar/21	CDI + 3,0% a.a.
EDP São Paulo - Nota Promissória - 7ª Emissão	R\$ 120	abr/21	CDI + 3,0% a.a.
Enerpeixe - 1ª Emissão de Notas promissórias	R\$ 170	mar/21	CDI + 3,00% a.a.
Energest - 1ª Emissão de Notas promissórias	R\$ 100	mai/22	CDI + 2,75% a.a.
EDP Transmissão MA I - Banco do Nordeste - 1ª liberação.1	R\$ 83	jul/43	IPCA + 2,7877% a.a.
EDP Transmissão MA I - Banco do Nordeste - 1ª liberação.2	R\$ 82	jul/43	IPCA + 2,2809% a.a.
EDP Transmissão SP-MG - Cédula de Câmbio - MFUG	R\$ 100	jun/21	CDI + 1,85% a.a.
EDP Transmissão MA II - Banco do Nordeste - 4ª liberação	R\$ 4	jan/39	IPCA + 2,5707% a.a.
EDP Transmissão MA I - Banco do Nordeste - 2ª liberação.1	R\$ 7	jul/43	IPCA + 2,7877% a.a.
EDP Transmissão MA I - Banco do Nordeste - 2ª liberação.2	R\$ 6	jul/43	IPCA + 2,2809% a.a.
EDP Transmissão SP-MG - 4131	R\$ 300	dez/21	CDI + 0,45% a.a.
<b>Total</b>	<b>R\$ 1,919</b>		

Linhas Contratadas 2019			
Instrumento	Aprovado	Vencimento	Custo
EDP Transmissão SP-MG - 1ª Emissão de Debêntures	R\$ 250	jun/20	CDI + 0,2% a.a.
EDP Transmissão SP-MG - 2ª Emissão de Debêntures	R\$ 800	jul/39	IPCA + 4,45% a.a.
EDP Transmissão MA II (Lote 11) - Banco do Nordeste	R\$ 22	jan/39	IPCA + 2,57% a.a.
EDP São Paulo - 10ª Emissão de Debêntures	R\$ 200	mar/24	106,6% do CDI
EDP São Paulo - 5ª Emissão de Notas Promissórias	R\$ 300	jul/24	106,58% do CDI
EDP Espírito Santo - 8ª Emissão de Debêntures	R\$ 300	mar/24	106,9% do CDI
EDP Grid - Cédula de Câmbio	R\$ 70	abr/21	CDI + 0,15% a.a.
EDP Comercializadora - Cédula de Câmbio	R\$ 150	jul/20	CDI + 0,44% a.a.
Lajeado Energia - 4ª Emissão de Debêntures	R\$ 100	nov/20	CDI + 0,20% a.a.
EDP Transmissão MA I - Cédula de Crédito Bancário	R\$ 67	jun/20	CDI + 0,65% a.a.
EDP Transmissão MA II - Cédula de Crédito Bancário	R\$ 66	jun/20	CDI + 0,65% a.a.
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.325</b>		

**e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Em 05 de setembro de 2017 as distribuidoras firmaram contratos de financiamento junto ao BNDES no valor total de R\$753,8, dos quais R\$333,0 já foram desembolsados até 31 de dezembro de 2018. Em 2019 não tivemos novos desembolsos. O financiamento teve como objeto o plano de investimento dos anos de 2016 a 2018 das companhias. A linha de crédito esteve aberta para desembolso até maio de 2019 e possui

vencimento final em 2025, com juros que variam entre TJLP + 2,96% a.a. e Taxa de Referência do BNDES + 3,23% a.a. (com correção pelo IPCA).

Outras necessidades de financiamento estão asseguradas pelo acesso das empresas a operações de crédito com instituições financeiras parceiras (Itaú, Bradesco, ABC, Banco Votorantim, Citibank, MUFG, Scotia, UBS BB, dentre outros) que nos apoiam no complemento de nossas necessidades de caixa, quando inferiores a geração de caixa operacional.

Nossos diretores entendem que as linhas de crédito existentes são suficientes para as necessidades da Companhia e, em caso de necessitar de recursos para eventuais investimentos em ativos não-circulantes, a Companhia buscará fontes de financiamento de longo prazo, tais como empréstimos junto a bancos de fomento, como o BNDES e o BNB, e debêntures de infraestrutura, dentre outras alternativas que estejam à disposição no momento.

#### **f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

Nossos Diretores acreditam que nosso nível de endividamento vem se mantendo em um patamar condizente com nosso fluxo de caixa.

No entendimento de nossos Diretores, a composição do nosso endividamento também demonstra a boa saúde financeira do grupo. O prazo médio da dívida consolidada em 31 de dezembro de 2021 foi de 3,5 anos enquanto que no mesmo período do ano anterior atingiu 3,8 anos. Os Diretores, neste sentido, entendem que tal variação deve-se, principalmente: (i) às captações de curto prazo realizadas na EDP ES e na EDP Trading, e (ii) às diversas liquidações e captações realizadas pelas empresas do grupo.

O índice de alavancagem total sobre o patrimônio líquido ficou em 48,7% em 2021, frente a 47,2% no ano anterior. A variação se deve ao aumento do endividamento da companhia, principalmente devido aos investimentos em distribuição e em transmissão no período. Os Diretores entendem que o indicador se encontra administrado em um nível adequado.

Em 2020 o nível de alavancagem sobre o patrimônio líquido foi de 47,2%, inferior aos 47,8% de 2019. A redução se deve ao crescimento do patrimônio líquido da companhia, devido aos maiores resultados apresentados no período..

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Alavancagem total (R\$ milhões)</b>			
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	617.5	2,053.6	801.1
Debêntures de curto prazo	1,371.2	1,260.8	779.4
	<b>1,988.7</b>	<b>3,314.4</b>	<b>1,580.5</b>
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	1,659.6	1,765.1	2,072.0
Debêntures de longo prazo	4,816.5	3,955.5	6,945.0
	<b>6,476.2</b>	<b>5,720.5</b>	<b>9,017.0</b>
<b>Total da Alavancagem</b>	<b>8,464.8</b>	<b>9,034.9</b>	<b>10,597.5</b>
<b>Patrimônio Líquido*</b>	9,229.0	10,121.1	11,151.4
<b>Alavancagem total sobre Alavancagem Total + Patrimônio Líquido*</b>	<b>47.8%</b>	<b>47.2%</b>	<b>48.7%</b>

(\*) Patrimônio líquido não considera a Participação dos não controladores

(i) **Contratos de empréstimos e financiamentos**  
**CONSOLIDADO EDP - ENERGIAS DO BRASIL**

	Empresa	Vigência do contrato	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
<b>Moeda estrangeira</b>									
4131 Scotiabank - SWAP	EDP GRID	12/04/2021 a 12/04/2022	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 0,62% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil	100,766		
4131 Scotiabank - SWAP	Mata Grande Transmissora de Energia	16/08/2021 a 16/08/2022	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 0,66% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil	90,956		
Scotia Bank	EDP Transmissão SP-MG	23/12/2020 a 10/12/2021	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado trimestralmente em Março, Junho, Setembro e Dezembro.	USD + 0,95% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	-	306,104	-
							<b>191,722</b>	<b>306,104</b>	<b>-</b>
<b>Moeda nacional</b>									
Eletrobras LPT - ECFS 184/07	EDP São Paulo Distribuição de Energia	30/11/2009 a 30/10/2019		5% a.a. + 1% a.a (tx.adm.)	Principal e juros mensal	(i) Notas Promissórias e (ii) Garantia em recebíveis	-	-	-
BNDES - BB/CALC	EDP São Paulo Distribuição de Energia	17/02/2010 a 17/06/2019	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	4,5% a.a. e de 1,81% a 3,32% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	(i) Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil e (ii) Depósito caucionado	-	-	-
BNDES - FINEM	EDP São Paulo Distribuição de Energia	28/12/2014 a 16/12/2024	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5.	TJLP a TJLP + 3,05% a.a., TR(iii) + 3,05% a.a., e Pré de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais.	a. Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil.	77,983	134,980	143,503
(-) Custo de transação	EDP São Paulo Distribuição de Energia	28/12/2014 a 16/12/2024					(80)	(244)	(421)
BNDES - FINEM / Nº 17.2.0295.1	EDP São Paulo Distribuição de Energia	05/09/2017 a 15/06/2025	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5.	TJLP + 2,96% a.a. IPCA + TR + 3,23% a.a.	a)Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal; b)Principal e juros anuais.	a. Cessão fiduciária de no mínimo 130% do valor do saldo devedor; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	145,626	173,962	169,650
(-) Custo de transação	EDP São Paulo Distribuição de Energia	05/09/2017 a 15/06/2025					(827)	(1,332)	(1,958)

(continuação na próxima página)

	Empresa	Vigência do contrato	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Notas Promissórias (4ª Emissão)	EDP São Paulo Distribuição de Energia	19/07/2017 a 19/07/2019	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5.	107,5% do CDI	Principal e Juros em parcela única no final		-	-	-
(-) Custo de transação	EDP São Paulo Distribuição de Energia	19/07/2017 a 19/07/2019					-	-	-
Banco ABC - Cédula de Crédito Bancário	EDP São Paulo Distribuição de Energia	07/11/2018 a 05/02/2019		CDI + 0,95% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final		-	-	-
(-) Custo de transação	EDP São Paulo Distribuição de Energia	07/11/2018 a 05/02/2019					-	-	-
Notas Promissórias (5ª Emissão)	EDP São Paulo Distribuição de Energia	19/07/2019 a 17/07/2024	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	106,58% do CDI	Principal e Juros em parcela única no final		331,721	316,857	307,771
(-) Custo de transação	EDP São Paulo Distribuição de Energia	19/07/2019 a 17/07/2024					(258)	(357)	(457)
Notas Promissórias (6ª Emissão)	EDP São Paulo	03/04/2020 a 29/03/2021	Dívida Líquida em relação ao EBITDCDI + 3,00%		Principal e juros com parcela única ao final do contrato		-	363,771	-
(-) Custo de transação	EDP São Paulo	03/04/2020 a 29/03/2021					-	(998)	-
Notas Promissórias (7ª Emissão)	EDP São Paulo	08/04/2020 a 03/04/2021	Dívida Líquida em relação ao EBITDCDI + 3,00%		Principal e juros com parcela única ao final do contrato		-	124,624	-
(-) Custo de transação	EDP São Paulo	08/04/2020 a 03/04/2021					-	(373)	-
BNDES - FINEM / Nº 17.2.0296.1	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia	05/09/2017 a 15/06/2025	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5.	TJLP + 2,96% a.a. IPCA + TR + 3,23% a.a.	a)Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal; b)Principal e juros anuais.	a. Cessão fiduciária de no mínimo 130% do valor da prestação vincenda do mês subsequente; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	158,332	189,402	183,563
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia	05/09/2017 a 15/06/2025					(643)	(1,032)	(1,507)
BNDES - FINEM	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia	28/12/2014 a 16/12/2024	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5.	TJLP a TJLP + 3,05% a.a., TR(iii) + 3,05% a.a., e Pré de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais.	a. Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil.	74,702	129,823	140,412
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia	28/12/2014 a 16/12/2024			Amortização mensal do custo de transação		(75)	(243)	(442)
Eletrobras LPT - ECFS 181/07	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia	30/04/2010 a 30/04/2020		5% a.a. + 1,5% a.a (tx.adm.)	Principal e juros mensal	(i) Notas Promissórias e (ii) Garantia em recebíveis	-	-	1,898
Eletrobras LPT - ECFS 258/09	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia	30/01/2012 a 30/12/2021		5% a.a. + 1,5% a.a (tx.adm.)	Principal e juros mensal	(i) Notas Promissórias e (ii) Garantia em recebíveis	-	1,702	3,564

(continuação na próxima página)

	Empresa	Vigência do contrato	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Notas Promissórias (1ª Emissão)	EDP Espírito Santo	08/04/2020 a 03/04/2021	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 2,50% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato		-	155,231	-
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo	08/04/2020 a 03/04/2021			Amortização mensal do custo de transação		-	(419)	-
MFUG - Cédula de Câmbio	EDP Espírito Santo	20/02/2020 a 22/2/2021	Dívida Líquida em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5, apurado trimestralmente em Março, Junho, Setembro e Dezembro.	CDI + 0,10% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato	Nota Promissória	-	204,522	-
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo	20/02/2020 a 22/2/2021			Amortização mensal do custo de transação		-	-	-
MFUG - Cédula de Câmbio	EDP Espírito Santo	15/01/2021 a 17/01/2023	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,13% a.a.	Principal em parcela única no final e Juros em parcelas semestrais	Nota Promissória	310,155		
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo	15/01/2021 a 17/01/2023			Amortização mensal do custo de transação		-		
Notas Promissórias (2ª Emissão)	EDP Espírito Santo	30/11/2021 a 30/11/2023	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 4,0, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,20% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato		353,057		
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo	30/11/2021 a 30/11/2023			Amortização mensal do custo de transação		(648)		
Ações recebíveis cumulativa (iii)	Investco				Dividendos anuais e pagamento do principal		64,416	63,057	59,057
BNDES	Porto do Pecém	09/07/2009 a 15/06/2026	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20.	2,77% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensais	a. Penhor de ações; b. depósitos caucionados; c. cessão de direitos e contratos; d. notas promissórias; e. hipoteca; e f. alienação de ativos.	556,003	679,344	803,020
(-) Custo de Transação	Porto do Pecém	09/07/2009 a 15/06/2026	-				(1,186)	(1,766)	(2,460)
Banco Citibank - Cédula de Câmbio	EDP São Paulo Distribuição de Energia	29/05/2015 a 29/05/2019	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5.	85% do CDI + 1,19%	Principal anual a partir de maio/2018 e Juros trimestrais	Nota Promissória	-	-	-
Banco Citibank - Cédula de Câmbio	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia	29/05/2015 a 29/05/2019	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5.	85% do CDI + 1,19%	Principal anual a partir de maio/2018 e Juros trimestrais	Nota Promissória	-	-	-
BNDES FINEM (SAFRA)	EDP Soluções em Energia	02/08/2017 a 15/08/2022	Dívida líquida em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5, do Consolidado da EDP Energias do Brasil.	TJLP + 4,3%a.a.	Principal e Juros em 54 parcelas mensais a partir 15/03/2018, antes juros trimestrais.	Aval EDP - Energias do Brasil	-	-	-

(continuação na próxima página)

	Empresa	Vigência do contrato	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP GRID	20/08/2018 a 22/08/2023	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado semestralmente em Junho e Dezembro.	CDI + 0,45% a.a	Principal semestral a partir de agosto/2020 e juros semestral	Aval EDP - Energias do Brasil	48,043	145,723	156,582
Notas Promissórias (1ª Emissão)	EDP Transmissão Aliança	04/10/2018 a 02/04/2020		111,00% do CDI a.a.	Principal e Juros em parcela única no final	Fiança Corporativa de da EDP - Energias do Brasil proporcional à sua participação acionária	-	-	-
(-) Custo de transação	EDP Transmissão Aliança	04/10/2018 a 02/04/2020					-	-	-
BNDES / Nº 21.2.0390.1	EDP Comercialização	30/11/2021 a 15/12/2035	Da EDP -Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5 de 2021 até 2024, 4,00 de 2025-2027, 4,25 de 2028-2030, 4,50 de 2031-2025, apurado anualmente em Dezembro.	IPCA + 5,927366% a.a.	Juros no período de carência trimestral até 08/2022 , após segue mensal. Principal e juros mensais a partir de 09/2022	a.Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil			
(-) Custo de transação	EDP Comercialização	30/11/2021 a 15/12/2035							
Cédula de Crédito Bancário nº 091200(	EDP Comercialização	14/12/2021 a 14/01/2022		0 CDI +0,249000% a.m.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.			
(-) Custo de transação	EDP Comercialização	14/12/2021 a 14/01/2022							
MFUG - Cédula de Câmbio	EDP Comercialização	12/11/2021 a 13/11/2023	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,165% a.a.	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	253,088		
(-) Custo de transação	EDP Comercialização	12/11/2021 a 13/11/2023					-		
MFUG - Cédula de Câmbio	EDP Comercialização	09/09/2021 a 09/03/2023	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 0,99% a.a.	Principal à partir 09/09/2022 em parcelas semestrais e juros parcelas semestrais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	102,433		
(-) Custo de transação	EDP Comercialização	05/04/2021 a 05/04/2022					-		
MFUG - Cédula de Câmbio	EDP Comercialização	05/04/2021 a 05/04/2022	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 0,65% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil	208,648		
(-) Custo de transação	EDP Comercialização	05/04/2021 a 05/04/2022					-		

(continuação na próxima página)

	Empresa	Vigência do contrato	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
MFUG - Cédula de Câmbio	EDP Comercialização	25/07/2019 a 22/07/2021		CDI + 0,44% a.a. até 21/07/2020 e CDI + 1,89% a.a. até 22/07/2021	Principal e Juros em parcela única no final	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil	-	152,545	153,823
(-) Custo de transação		25/07/2019 a 22/07/2021					-	-	-
MFUG - Cédula de Câmbio	EDP Transmissão SP-MG	08/06/2020 a 08/06/2021		CDI + 1,85% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	-	102,205	-
(-) Custo de transação	EDP Transmissão SP-MG	08/06/2020 a 08/06/2021			Principal e juros com parcela única ao final do contrato		-	-	-
MFUG - Cédula de Câmbio	EDP Transmissão SP-MG	08/06/2021 a 10/12/2021	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 0,75% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil	-		
(-) Custo de transação	EDP Transmissão SP-MG	08/06/2021 a 10/12/2021			Amortização mensal do custo de transação		-		
CCB ITAÚ	Mata Grande Transmissora de Energia	19/05/2021 a 17/08/2021		CDI + 1,30% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato	Aval EDP - Energias do Brasil	-		
(-) Custo de transação	Mata Grande Transmissora de Energia	19/05/2021 a 17/08/2021			Amortização mensal do custo de transação		-		
Notas Promissórias (1ª Emissão)	Enerpeixe	03/04/2020 a 29/03/2021	Dívida Líquida em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 3,00% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato		-	176,689	-
(-) Custo de transação	Enerpeixe	03/04/2020 a 29/03/2021			Principal e juros com parcela única ao final do contrato		-	(425)	-
Notas Promissórias (1ª Emissão)	Energest	15/05/2020 a 16/05/2022	Dívida Líquida em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 2,75% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato		-	103,068	-
(-) Custo de transação	Energest	15/05/2020 a 16/05/2022			Principal e juros com parcela única ao final do contrato		-	(1,226)	-
							<b>2,680,490</b>	<b>3,517,214</b>	<b>2,277,117</b>

(continuação na próxima página)

	Empresa	Vigência do contrato	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
<b>Derivativos</b>									
4131 Scotiabank - SWAP	EDP GRID	12/04/2021 a 12/04/2022		Swap de variação cambial de USD + 0,62% a.a. para CDI + 0,79% a.a.	Em parcela única no final do contrato.		3,957		
4131 Scotiabank - SWAP	Mata Grande Transmissora de Energia	16/08/2021 a 16/08/2022		Swap de variação cambial de USD + 0,66% a.a. para CDI + 0,86% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final		(3,038)		
Scotia Bank	EDP Transmissão SP- MG	23/12/2020 a 10/12/2021		Swap de variação cambial e de Pré 0,95% a.a. para CDI + 0,45% a.a.	Conforme fluxo de amortização de principal e juros da dívida protegida.		-	(4,627)	
							<b>919</b>	<b>(4,627)</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>							<b>2,873,131</b>	<b>3,818,691</b>	<b>2,277,117</b>

(i) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

(ii) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais" e com outras rubricas não operacionais que tenham efeito no caixa.

(iii) Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela controlada indireta Investco, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e descontado a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações.

(continuação na próxima página)

**(ii) Debêntures****CONSOLIDADO EDP - ENERGIAS DO BRASIL**

Agente Fiduciário	Empresa	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia	176,800	3ª emissão em 27/08/2014	27/08/2014 a 27/08/2020	Alongamento da dívida e capital de giro.	CDI + 1,50%	Principal semestral a partir de 27/08/2018 e juros semestral		-	-	72,429
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia		3ª emissão em 27/08/2014				Amortização mensal		-	- -	20
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia	190,000	5ª emissão em 07/04/2017	07/04/2017 a 07/04/2022	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	108,75% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de abril/2020 e juros semestral		38,711	114,540	192,352
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia		5ª emissão em 07/04/2017				Amortização mensal	-	17 -	150 -	414
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia	120,000	6ª emissão em 20/12/2017	20/12/2017 a 20/01/2021	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	107,50% do CDI a.a.	Principal anual a partir de janeiro/2020 e juros semestral.		-	111,027	225,688
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia	(1,438)	6ª emissão em 20/12/2017	20/12/2017 a 20/01/2021			Amortização mensal	- -		14 -	289
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	190,000	7ª emissão em 15/08/2018	15/07/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	Principal anual a partir de agosto/2023 e juros semestral		234,031	211,503	202,027
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo	(2,941)	7ª emissão em 15/08/2018	15/07/2025			Amortização mensal	-	1,299 -	1,793 -	2,284
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia	300,000	8ª emissão em 30/03/2019	09/04/2019 a 30/03/2024	Refinanciar e alongar o prazo média da dívida e capital de giro	106,90% do CDI a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		305,910	301,516	303,989
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia						Amortização mensal	-	481 -	694 -	908
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia	150,000	9ª emissão em 09/04/2020	09/04/2020 a 15/07/2025	Capital de Giro	CDI + 3,00% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final		-	155,194	
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia						Amortização mensal		- -	354	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia	500,000	10ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/07/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 3,26%	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		510,680		
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia			12/02/2021 a 15/07/2025			Amortização mensal	-	6,702		

(continuação na próxima página)

Agente Fiduciário	Empresa	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia	400,000	11ª emissão em 04/08/2021	04/08/2021 a 15/07/2025	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Principal no final do contrato e juros semestral		412,779		
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia			04/08/2021 a 15/07/2025			Amortização mensal	-	1,253		
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo Distribuição de Energia	300,000	5ª emissão em 30/04/2014	30/04/2014 a 30/04/2019	Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro.	CDI + 1,39%	Principal semestral a partir de abril/2017 e juros semestral		-	-	-
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo Distribuição de Energia		5ª emissão em 30/04/2014				Amortização mensal		-	-	-
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo Distribuição de Energia	150,000	7ª emissão em 07/04/2017	07/04/2017 a 07/04/2022	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	108,75% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de abril/2020 e juros semestral		30,857	90,718	152,477
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo Distribuição de Energia		7ª emissão em 07/04/2017				Amortização mensal	-	14 -	121 -	335
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	EDP São Paulo distribuição de energia	100,000	8ª emissão em 20/12/2017	20/12/2017 a 20/01/2022	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	107,50% do CDI a.a.	Principal anual a partir de janeiro/2020 e juros semestral.		-	100,933	205,171
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo distribuição de energia	(1,317)	8ª emissão em 20/12/2017	20/12/2017 a 20/01/2022			Amortização mensal	-	-	13 -	263
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo Distribuição de Energia	260,000	9ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/08/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	Principal anual a partir de agosto/2023 e juros semestral		319,962	289,133	275,835
(-) Custos de emissão		(3,948)	9ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/08/2025			Amortização mensal	-	1,745 -	2,407 -	3,069
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo Distribuição de Energia	200,000	10ª emissão em 30/03/2019	09/04/2019 a 30/03/2024	Refinanciar e alongar o prazo média da dívida e capital de giro	106,60% do CDI a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		203,929	201,008	202,652
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo Distribuição de Energia						Amortização mensal	-	386 -	557 -	728
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	700,000	11ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/01/2026	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 3,91%	Principal anual a partir de janeiro/2025 e juros semestral		726,550		
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo			12/02/2021 a 15/01/2026			Amortização mensal	-	2,240		
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	350,000	12ª emissão em 04/08/2021	04/08/2021 a 20/07/2026	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Amortizações anuais a partir de julho de 2024 e juros semestral		361,181		
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo			04/08/2021 a 20/07/2026			Amortização mensal	-	1,106		

(continuação na próxima página)

Agente Fiduciário	Empresa	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	450,000	13ª emissão em 20/12/2021	20/12/2021 a 20/12/2026	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,38% a.a.	Amortizações anuais a partir de dezembro de 2024 e juros semestral		451,086		
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo			20/12/2021 a 20/12/2026			Amortização mensal		-	1,944	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Transmissão	115,000	1ª emissão em 15/05/2018	15/05/2018 a 15/05/2033	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 24 do leilão 13/2015-ANEEL	IPCA + 7,0267% a.a.	Principal e juros semestral a partir de maio/2021	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil; b. alienação fiduciária das ações.			
(-) Custos de emissão	EDP Transmissão	(7,774)	1ª emissão em 15/05/2018	15/05/2018 a 15/05/2033			Amortização mensal				
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	179,887	2ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2021	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,3201% a.a.	Amortizações anuais a partir de setembro de 2019 e juros semestral		-	86,213	147,619
Pentágono S.A. Distribuidor	EDP - Energias do Brasil	48,066	3ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2024	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,2608% a.a.	Amortizações anuais a partir de setembro de 2022 e juros semestral		66,075	51,604	59,168
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil		3ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2024			Amortização mensal		-	191 -	462 - 956
Simplific Pavarini Distribuidor	EDP Transmissão Aliança	1,200,000	1ª emissão em 15/10/2018	15/10/2018 a 15/10/2028	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 21 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 6,7200% a.a.	Principal semestral a partir de abril/2023 e juros semestral	a. Fianças Corporativas da EDP - Energias do Brasil e da Celesc proporcionais às suas participações acionárias; b. Depósitos caucionados.	1,457,577	1,317,568	1,260,557
(-) Custos de emissão	EDP Transmissão Aliança	(56,660)	1ª emissão em 15/10/2018	15/10/2018 a 15/10/2028			Amortização mensal		-	34,764 -	41,681 - 47,557
Pentágono S.A. Distribuidor	Lajeado Energia	450,000	1ª emissão em 25/11/2013	25/11/2013 a 25/11/2019	Pagamento aos acionistas a título de reembolso das ações decorrente da redução de capital social ocorrida em 03/05/2013	CDI + 1,20%	Principal anual e juros semestral	Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil	-	-	-
(-) Custos de emissão	Lajeado Energia		1ª emissão em 25/11/2013				Amortização mensal		-	-	-
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado Energia 1ª série	100,000	2ª emissão em 08/12/2017	08/12/2017 a 08/12/2020	Readequação da estrutura de capital, com redução de capital social.	109% do CDI a.a.	Principal em parcela única em dezembro/2020 e juros semestral		-	-	100,285
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado Energia 2ª série	200,000	2ª emissão em 08/12/2017	08/12/2017 a 08/12/2022	Readequação da estrutura de capital, com redução de capital social.	113,70% do CDI a.a.	Principal anual a partir de dezembro/2021 e juros semestral		100,667	200,271	200,597
(-) Custos de emissão	Lajeado Energia								-	78 -	238 - 518

(continuação na próxima página)

Agente Fiduciário	Empresa	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Lajeado Energia	100,000	3ª emissão em 14/11/2018	14/11/2018 a 20/10/2022	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	109,25% do CDI a.a.	Principal anual a partir de outubro/2021 e juros semestral		50,836	100,410	101,013
(-) Custos de emissão	Lajeado Energia	(351)	3ª emissão em 14/11/2018	14/11/2018 a 20/10/2022			Amortização mensal	-	41 -	133 -	417
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado Energia	100,000	4ª emissão em 19/11/2019	19/11/2019 a 19/11/2020	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 0,20% a.a.	Principal e juros em parcela única no vencimento		-	-	100,493
(-) Custos de emissão	Lajeado Energia			19/11/2019 a 19/11/2020			Amortização mensal	-	- -	-	43
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado Energia	150000	5ª emissão em 21/06/2021	21/06/2021 a 17/06/2024	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,05% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros		150,702		
(-) Custos de emissão	Lajeado Energia			21/06/2021 a 17/06/2024			Amortização mensal	-	493		
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Energest	54,000	2ª Série da 2ª emissão em 20/04/2016	20/04/2016 a 20/04/2020	Reforço de capital de giro e refinanciamento do endividamento da emissora.	CDI + 2,65% a.a.	Principal semestral a partir de abril/2018 e juros semestrais		-	-	-
(-) Custos de emissão	Energest	(640)	2ª Série da 2ª emissão em 20/04/2016	20/04/2016 a 20/04/2020			Amortização mensal	-	-	-	-
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	EDP - Energias do Brasil	250,000	5ª emissão em 22/03/2016	22/03/2016 a 15/04/2022	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,3479% a.a.	Amortizações anuais a partir de abril de 2021 e juros semestrais		170,937	306,204	291,190
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil	(7,097)	5ª emissão em 22/03/2016	22/03/2016 a 15/04/2022			Amortização mensal	-	192 -	1,029 -	2,484
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Enerpeixe	350,000	1ª emissão em 22/11/2016	22/11/2016 a 22/05/2020	Redução de capital e distribuição de recursos aos acionistas	114,50% do CDI a.a. até 22/11/2019; e 100% do CDI + 0,43% a.a. até 22/05/2020	Principal anual a partir de novembro/2018 e juros semestral	Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios de Contratos de Energia	-	-	88,029
(-) Custos de emissão	Enerpeixe		1ª emissão em 22/11/2016	22/11/2016 a 22/05/2020			Amortização mensal	-	-	-	-
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enerpeixe	320,000	2ª emissão em 20/11/2017	20/11/2017 a 20/12/2022	Realavancagem e redução de capital	116% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de junho/2020 e juros semestral	Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios de Contratos de Energia	107,140	213,505	320,380
(-) Custos de emissão	Enerpeixe	(2,048)	2ª emissão em 20/11/2017	20/11/2017 a 20/12/2022			Amortização mensal	-	127 -	431 -	913
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enerpeixe	255,000	3ª emissão em 23/11/2018	23/11/2018 a 23/11/2023	Alongamento da dívida.	112,48% do CDI a.a.	Principal em parcela única em novembro/2023 e juros semestral		257,614	255,582	256,222
(-) Custos de emissão	Enerpeixe	(510)	3ª emissão em 23/11/2018	23/11/2018 a 23/11/2023			Amortização mensal	-	197 -	301 -	405

(continuação na próxima página)

Agente Fiduciário	Empresa	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enerpeixe	275,000	4ª emissão em 30/03/2021	30/03/2021 a 20/03/2026	Capital de giro	CDI + 1,75% a.a.	Principal anual a partir de março/2025 e juros semestral		281,939		
(-) Custos de emissão	Enerpeixe			30/03/2021 a 20/03/2026			Amortização mensal	-	887		
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Porto do Pecém	330,000	1ª emissão em 14/11/2016	14/11/2016 a 14/11/2021	Liquidação antecipada do financiamento junto ao BID	CDI + 2,95% a.a.	Principal anual a partir de novembro/2020 e juros semestral	Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	-	166,010	333,061
(-) Custos de emissão	Porto do Pecém		1ª emissão em 14/11/2016	14/11/2016 a 14/11/2021			Amortização mensal	-	-	345	1,086
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	EDP Transmissão SP-MG	250,000	1ª emissão em 13/12/2018	29/01/2019 a 15/06/2020	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	CDI + 0,20% a.a.	Principal e juros em parcela única no vencimento	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	-	-	268,819
(-) Custos de emissão	EDP Transmissão SP-MG	(984)		29/01/2019 a 15/06/2020			Amortização mensal	-	-	-	311
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Transmissão SP-MG	800,000	2ª emissão em 15/07/2019	15/07/2019 a 15/07/2039	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 4,45% a.a.	Principal semestral a partir de julho/2022 e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	1,037,221	897,800	816,081
(-) Custos de emissão	EDP Transmissão SP-MG	(56,278)		15/07/2019 a 15/07/2039			Amortização mensal	-	45,776	50,159	54,546
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Transmissão SP-MG	525,000	3ª emissão em 05/11/2021	05/11/2021 a 05/11/2023	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	CDI + 1,10% a.a.	Principal no final e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	530,785		
(-) Custos de emissão	EDP Transmissão SP-MG			05/11/2021 a 05/11/2023			Amortização mensal	-	1,166		
<b>Total</b>									<b>7,706,070</b>	<b>5,216,201</b>	<b>6,187,721</b>
Safra	EDP São Paulo	700,000	10ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/01/2026	Plano de Investimento 2019, 2020 e 2021	Swap de IPCA + 3,91% a.a. para CDI + 1,50% a.a.	Principal anual a partir de janeiro/2025 e juros semestral		7,012		
Itaú	EDP Espírito Santo	500,000	11ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/07/2025	Plano de Investimento 2019, 2020 e 2021	Swap de IPCA + 3,26% a.a. para CDI + 1,15% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		11,301		
<b>Total</b>									<b>7,724,383</b>	<b>5,216,201</b>	<b>6,187,721</b>

**(iii) grau de subordinação entre as dívidas**

Na visão de nossos Diretores, não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Companhia e de suas controladas.

Adicionalmente, cumpre informar que as linhas de crédito contratadas pelas distribuidoras e pela Porto do Pecém junto ao BNDES contam com prestação de garantias reais sobre os ativos, de cessão fiduciária e de recebíveis.

Em relação à Companhia, por ser uma holding, há uma subordinação estrutural das dívidas da Companhia em relação às das controladas.

Em eventual concurso universal de credores, após a realização dos ativos da Companhia, serão satisfeitos, nos termos da lei, os créditos trabalhistas, previdenciários e fiscais, com preferência em relação aos credores que contem com garantia real, flutuante e quirografários.

**(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Os principais *covenants* financeiros a que nossas empresas estão obrigadas a cumprir são os seguintes:

- Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5 vezes, para as empresas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest e Lajeado, totalmente atendidos em 2019. A partir do fechamento de 2020 (inclusive) nenhuma companhia do grupo possuía mais o *covenant* financeiro de dívida bruta em relação ao Ebitda.
- Dívida líquida em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5 vezes para a EDP Energias do Brasil Consolidada, e para a Enerpeixe, a Lajeado, a EDP São Paulo, a EDP Espírito Santo, totalmente atendidos em 2021, 2020 e 2019.
- ICSD – Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 vezes para a Porto do Pecém, totalmente atendido em 2021, 2020 e 2019.

Os *covenants* assumidos pela Companhia, pela EDP São Paulo e pela EDP Espírito Santo, que possuem apurações semestrais, permanecem totalmente atendidos. Os *covenants* assumidos pela Companhia, que possuem apurações trimestrais, permanecem totalmente atendidos.

A controlada Porto do Pecém, além do ICSD, possui restrição de pagamento de dividendos superior ao mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, embora uma vez atendido o ICSD e o ICSD projetado sejam acima de 1,3 vezes, é possível aumento nesse percentual.

Os nossos Diretores destacam que o descumprimento de qualquer desses *covenants* pode resultar na antecipação do vencimento dos contratos de financiamento das nossas controladas, o que poderia ter um impacto financeiro negativo na Companhia.

Os nossos Diretores ressaltam, ainda, que a Companhia e suas controladas monitoram todos esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam sempre atendidas. No entendimento dos nossos Diretores, todas as condições restritivas e demais *covenants* assumidos por nós e por nossas controladas estão adequadamente atendidos. Na visão dos Diretores, esses índices restritivos estão de acordo com as métricas do mercado, e não acarretam em riscos excessivos à Companhia.

**g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Os Diretores informam que, atualmente, a Mata Grande Transmissora de Energia Ltda. possui contrato de financiamento junto ao BNB, com limite total de utilização de R\$ 59,9 milhões sem nenhum desembolso até 31 de dezembro de 2021. Já a EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. possui contrato de financiamento com o BNDES, com limite total de utilização de R\$ 250,0 milhões, também sem nenhum desembolso até 31 de dezembro de 2021.

Na visão de nossos Diretores, os limites de utilização dos financiamentos contratados são adequados, pois

## h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A discussão a seguir sobre a situação financeira e o resultado das operações da Companhia reflete o entendimento dos nossos Diretores e deverá ser lida junto com as demonstrações financeiras da Companhia relativa aos exercícios sociais de 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, e respectivas notas explicativas, bem como com as informações constantes dos demais itens. Os valores nas tabelas estão apresentados em milhões de reais, conjuntamente com os comentários explicativos, exceto quando indicado.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Itens em R\$ Milhões ou %	31/12/2019	AV	31/12/2020	AV	31/12/2021	AV	Variação 2021-2020 (%)	Variação 2020-2019 (%)
<b>Receita Operacional Líquida<sup>1</sup></b>	<b>12.556,8</b>	100,0%	<b>13.207,7</b>	100,0%	<b>16.672,5</b>	100,0%	26,2%	5,2%
Receita de Construção	2.589,8	20,6%	1.772,7	13,4%	2.150,8	12,9%	21,3%	-31,6%
Margem Construção Transmissoras	81,7	0,7%	3,4	0,0%	50,9	0,3%	1381,1%	n.a
<b>Gastos Não Gerenciáveis</b>	<b>(8.479,5)</b>	<b>-67,5%</b>	<b>(8.381,6)</b>	<b>-63,5%</b>	<b>(11.262,3)</b>	<b>-67,6%</b>	<b>34,4%</b>	<b>-1,2%</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(6.926,4)	-55,2%	(7.204,6)	-54,5%	(8.834,3)	-53,0%	22,6%	4,0%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(957,3)	-7,6%	(1.121,0)	-8,5%	(1.238,8)	-7,4%	10,5%	17,1%
Outros	(595,7)	-4,7%	(56,0)	-0,4%	(1.189,2)	-7,1%	2021,7%	-90,6%
<b>Margem Bruta</b>	<b>4.159,0</b>	<b>33,1%</b>	<b>4.829,5</b>	<b>36,6%</b>	<b>5.461,0</b>	<b>32,8%</b>	<b>13,1%</b>	<b>16,1%</b>
<b>Gastos Gerenciáveis</b>	<b>(1.244,8)</b>	<b>-9,9%</b>	<b>(1.447,6)</b>	<b>-11,0%</b>	<b>(1.148,0)</b>	<b>-6,9%</b>	<b>-20,7%</b>	<b>16,3%</b>
<b>PMSO</b>	<b>(1.151,4)</b>	<b>-9,2%</b>	<b>(1.353,8)</b>	<b>-10,3%</b>	<b>(1.395,2)</b>	<b>-8,4%</b>	<b>3,1%</b>	<b>17,6%</b>
Pessoal	(376,9)	-3,0%	(523,2)	-4,0%	(540,0)	-3,2%	3,2%	38,8%
Material	(63,7)	-0,5%	(86,0)	-0,7%	(71,7)	-0,4%	-16,6%	35,1%
Serviços de Terceiros	(472,4)	-3,8%	(469,7)	-3,6%	(521,9)	-3,1%	11,1%	-0,6%
Provisões	(157,2)	-1,3%	(191,4)	-1,4%	(166,5)	-1,0%	-13,0%	21,8%
Outros	(81,2)	-0,6%	(83,4)	-0,6%	(95,1)	-0,6%	14,0%	2,7%
Ganhos/Perdas na Desativação/Alienação de Bens	(93,4)	-0,7%	(93,9)	-0,7%	(73,3)	-0,4%	-21,9%	0,4%
Ganhos Alienação de Investimento	-	0,0%	-	0,0%	320,6	1,9%	0,0%	0,0%
<b>EBITDA</b>	<b>2.914,2</b>	<b>23,2%</b>	<b>3.381,9</b>	<b>25,6%</b>	<b>4.313,1</b>	<b>25,9%</b>	<b>27,5%</b>	<b>16,0%</b>
Depreciação e Amortização	(621,8)	-5,0%	(648,6)	-4,9%	(738,5)	-4,4%	13,9%	4,3%
Resultado das Participações Societárias	68,1	0,5%	80,0	0,6%	242,4	1,5%	203,2%	17,3%
Resultado Financeiro Líquido	(433,2)	-3,4%	(451,3)	-3,4%	(801,6)	-4,8%	77,6%	4,2%
IR e Contribuição Social	(444,8)	-3,5%	(648,1)	-4,9%	(647,9)	-3,9%	0,0%	45,7%
<b>Lucro Líquido antes dos Minoritários</b>	<b>1.482,5</b>	<b>11,8%</b>	<b>1.713,9</b>	<b>13,0%</b>	<b>2.367,5</b>	<b>14,2%</b>	<b>38,1%</b>	<b>15,6%</b>
Participação dos Minoritários	(144,6)	-1,2%	(205,9)	-1,6%	(207,7)	-1,2%	0,9%	42,4%
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>1.337,9</b>	<b>10,7%</b>	<b>1.508,0</b>	<b>11,4%</b>	<b>2.159,8</b>	<b>13,0%</b>	<b>43,2%</b>	<b>12,7%</b>

<sup>1</sup>Não considera receita de construção.

A tabela acima apresenta os valores relativos à demonstração de resultados consolidada e as variações ocorridas nos períodos apresentados.

## Resultados em 2021 e 2020

A Margem Bruta por segmento de negócio está apresentada conforme abaixo:

Itens em R\$ Milhões ou %	Geração Hídrica 2021	Geração Térmica 2021	Distribuição 2021	Comerc. + Var. 2021	Transmissão 2021	Holding 2021	Outros <sup>2</sup> 2021	Eliminações 2021	Consolidado <sup>3</sup> 2021
<b>Receita Operacional Líquida<sup>1</sup></b>	<b>1.487,1</b>	<b>2.336,9</b>	<b>10.608,8</b>	<b>3.136,4</b>	<b>642,4</b>	<b>3,0</b>	<b>78,3</b>	<b>(1.620,5)</b>	<b>16.672,5</b>
Receita de Construção	-	-	1.097,5	-	1.053,3	-	-	-	2.150,8
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	50,9	-	-	-	50,9
<b>Gastos Não Gerenciáveis</b>	<b>(325,3)</b>	<b>(1.702,1)</b>	<b>(7.838,9)</b>	<b>(2.989,6)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(21,7)</b>	<b>-</b>	<b>(11.262,3)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(388,6)	(288,4)	(6.762,1)	(2.984,5)	-	-	-	1.589,2	(8.834,3)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(101,1)	(83,0)	(1.075,0)	(2,7)	-	-	-	23,0	(1.238,8)
Outros	164,4	(1.330,8)	(1,9)	(2,4)	-	-	(21,7)	3,1	(1.189,2)
<b>Margem Bruta</b>	<b>1.161,8</b>	<b>634,8</b>	<b>2.769,9</b>	<b>146,9</b>	<b>693,3</b>	<b>3,0</b>	<b>56,6</b>	<b>(5,2)</b>	<b>5.461,0</b>

Itens em R\$ Milhões ou %	Geração Hídrica 2020	Geração Térmica 2020	Distribuição 2020	Comerc. + Var. 2020	Transmissão 2020	Holding 2020	Outros <sup>2</sup> 2020	Eliminações 2020	Consolidado <sup>3</sup> 2020
<b>Receita Operacional Líquida<sup>1</sup></b>	<b>1.237,4</b>	<b>1.745,0</b>	<b>7.721,5</b>	<b>4.073,3</b>	<b>387,9</b>	<b>2,8</b>	<b>87,1</b>	<b>(2.047,4)</b>	<b>13.207,7</b>
Receita de Construção	-	-	751,9	-	1.020,8	-	-	-	1.772,7
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	3,4	-	-	-	3,4
<b>Gastos Não Gerenciáveis</b>	<b>(24,1)</b>	<b>(1.055,2)</b>	<b>(5.487,3)</b>	<b>(3.849,1)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(8,4)</b>	<b>2.042,5</b>	<b>(8.381,6)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(319,4)	(726,4)	(4.518,1)	(3.468,5)	-	-	-	1.827,8	(7.204,6)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(92,7)	(76,9)	(967,4)	(16,1)	-	-	-	32,0	(1.121,0)
Outros	387,9	(252,0)	(1,8)	(364,5)	-	-	(8,4)	182,7	(56,0)
<b>Margem Bruta</b>	<b>1.213,3</b>	<b>689,9</b>	<b>2.234,2</b>	<b>224,2</b>	<b>391,3</b>	<b>2,8</b>	<b>78,7</b>	<b>(4,9)</b>	<b>4.829,5</b>

Itens em R\$ Milhões ou %	Geração Hídrica Var.	Geração Térmica Var.	Distribuição Var.	Comerc. + Var. Var.	Transmissão Var.	Holding Var.	Outros <sup>2</sup> Var.	Eliminações Var.	Consolidado <sup>3</sup> Var.
<b>Receita Operacional Líquida<sup>1</sup></b>	<b>20,2%</b>	<b>33,9%</b>	<b>37,4%</b>	<b>-23,0%</b>	<b>65,6%</b>	<b>5,5%</b>	<b>-10,1%</b>	<b>-20,8%</b>	<b>26,2%</b>
Receita de Construção	n.a	n.a	46,0%	n.a	3,2%	n.a	n.a	n.a	21,3%
Margem Construção Transmissoras	n.a	n.a	n.a	n.a	1381,1%	n.a	n.a	n.a	1381,1%
<b>Gastos Não Gerenciáveis</b>	<b>1248,1%</b>	<b>61,3%</b>	<b>42,9%</b>	<b>-22,3%</b>	<b>n.a</b>	<b>n.a</b>	<b>157,6%</b>	<b>-20,9%</b>	<b>34,4%</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	21,7%	-60,3%	49,7%	-14,0%	n.a	n.a	n.a	-13,1%	22,6%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	9,1%	7,9%	11,1%	-83,0%	n.a	n.a	n.a	-28,3%	10,5%
Outros	-57,6%	428,2%	0,8%	-99,3%	n.a	n.a	157,6%	-98,3%	2021,7%
<b>Margem Bruta</b>	<b>-4,2%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>24,0%</b>	<b>-34,5%</b>	<b>77,2%</b>	<b>5,5%</b>	<b>-28,1%</b>	<b>6,4%</b>	<b>13,1%</b>

<sup>1</sup>Não considera receita de construção. <sup>2</sup>Considera Serviços e Ventures. <sup>3</sup>Considera eliminação intragrupo.

A Margem Bruta aumentou 13,1%, no ano, decorrente de:

- Hídrica: redução de R\$ 51,5 milhões, reflexo da adesão da repactuação do risco hidrológico no ACL, que possibilitou a contabilização de R\$ 388,9 milhões em 2020, além do efeito do complemento da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”), totalizando R\$ 165,1 milhões em 2021. Excluindo esses efeitos, a margem bruta apresentaria aumento de 20,9%, decorrente do aumento de volume de energia transacionado e do reajuste anual dos contratos de venda, além da estratégia assertiva de mitigação do risco hidrológico ao longo do ano;
- Comercializadora: redução de R\$ 77,3 milhões, decorrente dos efeitos já mencionados no trimestre;
- Transmissão: aumento de R\$ 301,9 milhões, decorrente dos efeitos de atualização dos ativos de concessão, além da aquisição de dois lotes de transmissão no mercado secundário;
- Pecém: redução de R\$ 55,1 milhões, decorrente dos efeitos já mencionados, além do efeito positivo referente a contabilização da caducidade do saldo do ADOMP, ocorrido em 2020. Se excluirmos esses efeitos, a Margem Bruta apresentaria aumento de 6,7%.
- Distribuição: aumento de R\$ 535,7 milhões, decorrente dos efeitos já mencionados, além de: (i) reconhecimento do VNR (+R\$ 214,8 milhões); (ii) crescimento do mercado de energia distribuída em 5,5%; e (iii) outras receitas.

### **Gastos Gerenciáveis**

A Companhia em continuidade à trajetória de eficiência, gerenciamento de gastos e automatização de processos, iniciada desde a implementação da Orçamento Base Zero em 2015, já capturou mais de R\$ 390 milhões.

O ano foi marcado pela retomada da recuperação da economia, refletindo na revisão de contratos, na retomada de projetos estruturantes, no aumento das manutenções das unidades geradoras e na contratação de novos funcionários, decorrente do alargamento das atividades operacionais. Neste sentido, o PMSO recorrente foi de R\$ 1,1 bilhão, aumento 5,2%, ano, mantendo suas despesas abaixo da inflação, uma vez que o IPCA e o IGP-M foram de 10,0% e de 17,8%, respectivamente, nos últimos doze meses.

Os principais itens que influenciaram o PMSO no ano foram:

- Pessoal: aumento de 3,2% (+R\$ 16,8 milhões), decorrente do aumento das despesas de headcount relacionados aos novos segmentos da Companhia, além dos efeitos já comentados no trimestre, relacionados horas extras, reajuste salarial e utilização do plano de saúde;
- Material: redução de 16,6% (-R\$ 14,3 milhões), conforme efeitos já mencionados no trimestre, minimizado pelo aumento dos custos de manutenção em Pecém, decorrente do maior despacho ocorrido ao longo do ano, além dos gastos com veículos;
- Serviços de Terceiros: aumento de 11,1% (+R\$ 52,2 milhões), reflexo dos efeitos mencionados no trimestre, além das medidas de combate à inadimplência e das iniciativas de melhorias de processos de relacionamento com cliente (atendimento e call center); e
- Outros: aumento de 14,0% (+R\$ 11,7 milhões), reflexo do efeito mencionado no trimestre relativo ao seguro de Pecém.
- Provisões: reduziu 13,0% no ano, principalmente na rubrica de Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrente de ação judicial, objetivando a cobrança retroativa dos períodos de 2002 a 2005, em razão do não processamento das retificações das declarações decorrentes da recomposição tarifária extraordinária. Em razão de decisão desfavorável no Tribunal Superior, o provisionamento da contingência ocorreu em 2020.

### **Ganhos Alienação de Investimento**

Em 28 de dezembro, a Companhia concluiu a alienação de 100% do capital social dos ativos EDP Transmissão S.A. (“Lote 24”), EDP Maranhão I S.A. (“Lote 7”) e EDP Maranhão II S.A. (“Lote 11”) para uma empresa detida pela Actis Assessoria Investimentos Ltda (“Actis”). Os três ativos de transmissão possuem 439 Km de extensão e R\$ 131 milhões de RAP, gerando no exercício de 2021 um ganho de R\$ 320,6 milhões.

### Resultado das participações societárias

Itens em R\$ Milhões ou %	2021	2020	Var
Santo Antonio do Jari (50%) <sup>1</sup>	63,0	38,4	64,2%
Cachoeira Caldeirão (50%) <sup>1</sup>	(5,6)	(13,6)	-58,7%
São Manoel (33,33%) <sup>1</sup>	(26,6)	(26,8)	-0,8%
Celesc (29,90%) <sup>1</sup>	211,6	92,4	129,1%
Outros <sup>2</sup>	(0,1)	(10,4)	-99,1%
<b>Resultado das Participações Societárias</b>	<b>242,3</b>	<b>80,0</b>	<b>n.a</b>

<sup>1</sup> Considera participação dos ativos; <sup>2</sup> Considera equivalência de Pecém TM, Pecém OM e Mabe

O aumento do Resultado das Participações Societárias no ano, reflete os maiores resultados em Jari e Cachoeira Caldeirão, decorrente da melhoria operacional gerada pela expansão do número de clientes e redução das perdas, além da revisão tarifária ocorrida em 2021.

### Resultado financeiro

No ano, a Receita Financeira reduziu 22,7%, em decorrência de:

(i) Redução na rubrica de juros e variações monetárias, decorrente da atualização do saldo passivo de energia livre ocorrida em 2020 (mudança do indexador Selic para IGP-M), além da redução na rubrica de juros e multas sobre tributos. Minimizando esses efeitos, na rubrica de juros e multas foram contabilizados por atraso do pagamento de contas das distribuidoras, no valor de R\$ 212,3 milhões; e

(ii) Aumento na conta de swap e hedge decorrente do efeito de variação cambial relacionado ao funding das linhas de transmissão, principalmente do lote 18, e como contrapartida efeito na capitalização de juros, considerando os lotes em construção.

A Despesa Financeira aumentou 30,7% no ano, em decorrência de:

(i) Aumento dos encargos de dívidas, reflexo do aumento nas rubricas de empréstimos e debêntures, decorrente do aumento dos indexadores atreladas às dívidas (CDI e TJLP), além do aumento de saldo de dívida; e

(ii) Aumento na rubrica de provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, no ano, resultante da atualização dos saldos dos processos.

### IR e Contribuição Social

O IR/CS foi de R\$ 647,9 milhões, em linha no ano, decorrente do aumento do JCP e do aumento do resultado de equivalência patrimonial, além dos ajustes de exercícios sociais anteriores, resultando em uma alíquota efetiva de 21,5%.

### Resultados em 2020 e 2019

#### Margem Bruta

A Margem Bruta por segmento de negócio está apresentada conforme abaixo:

Itens em R\$ Milhões ou %	Geração Hídrica 2020	Geração Térmica 2020	Distribuição 2020	Comerc. + Var. 2020	Transmissão 2020	Holding 2020	Outros <sup>2</sup> 2020	Eliminações 2020	Consolidado <sup>3</sup> 2020
<b>Receita Operacional Líquida<sup>1</sup></b>	<b>1.237,4</b>	<b>1.745,0</b>	<b>7.721,5</b>	<b>4.073,3</b>	<b>387,9</b>	<b>2,8</b>	<b>87,1</b>	<b>(2.047,4)</b>	<b>13.207,7</b>
Receita de Construção	-	-	751,9	-	1.020,8	-	-	-	1.772,7
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	3,4	-	-	-	3,4
<b>Gastos Não Gerenciáveis</b>	<b>(24,1)</b>	<b>(1.055,2)</b>	<b>(5.487,3)</b>	<b>(3.849,1)</b>	-	-	<b>(8,4)</b>	<b>2.042,5</b>	<b>(8.381,6)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(319,4)	(726,4)	(4.518,1)	(3.468,5)	-	-	-	1.827,8	(7.204,6)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(92,7)	(76,9)	(967,4)	(16,1)	-	-	-	32,0	(1.121,0)
Outros	387,9	(252,0)	(1,8)	(364,5)	-	-	(8,4)	182,7	(56,0)
<b>Margem Bruta</b>	<b>1.213,3</b>	<b>689,9</b>	<b>2.234,2</b>	<b>224,2</b>	<b>391,3</b>	<b>2,8</b>	<b>78,7</b>	<b>(4,9)</b>	<b>4.829,5</b>

Itens em R\$ Milhões ou %	Geração Hídrica 2019	Geração Térmica 2019	Distribuição 2019	Comerc. + Var. 2019	Transmissão 2019	Holding 2019	Outros <sup>2</sup> 2019	Eliminações 2019	Consolidado <sup>3</sup> 2019
<b>Receita Operacional Líquida<sup>1</sup></b>	<b>1.676,1</b>	<b>1.983,9</b>	<b>7.591,5</b>	<b>3.895,9</b>	<b>164,0</b>	<b>4,6</b>	<b>65,8</b>	<b>(2.825,0)</b>	<b>12.556,8</b>
Receita de Construção	-	-	646,9	-	1.942,9	-	-	-	2.589,8
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	81,7	-	-	-	81,7
<b>Gastos Não Gerenciáveis</b>	<b>(816,7)</b>	<b>(1.364,5)</b>	<b>(5.337,9)</b>	<b>(3.777,2)</b>	-	-	<b>(8,0)</b>	<b>2.824,8</b>	<b>(8.479,5)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(727,6)	(711,5)	(4.521,3)	(3.760,3)	-	-	-	2.794,2	(6.926,4)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(87,9)	(66,8)	(814,9)	(15,3)	-	-	-	27,5	(957,3)
Outros	(1,2)	(586,1)	(1,7)	(1,7)	-	-	(8,0)	3,0	(595,7)
<b>Margem Bruta</b>	<b>859,4</b>	<b>619,4</b>	<b>2.253,7</b>	<b>118,7</b>	<b>245,6</b>	<b>4,6</b>	<b>57,9</b>	<b>(0,3)</b>	<b>4.159,0</b>

<sup>1</sup>Não considera receita de construção. <sup>2</sup>Considera Serviços e Ventures. <sup>3</sup>Considera eliminação intragrupo.

A Margem Bruta aumentou 16,1% no ano, decorrente de:

- **Geração Hídrica:** aumento de R\$ 353,9 milhões, reflexo da adesão da repactuação do risco hidrológico no ACL. Excluindo esse efeito, a margem bruta reduziria 4,1%, decorrente dos efeitos: (i) menor PLD no ano, refletindo a redução de demanda, devido as medidas de isolamento recomendadas pela pandemia e o desaquecimento da economia; e (ii) redução dos contratos bilaterais, além da menor energia secundária no primeiro trimestre do ano;
- **Geração Térmica:** aumento de R\$ 70,5 milhões, decorrente da caducidade do saldo de adomp, maior eficiência em relação à estratégia de compra de carvão e do reajuste da receita fixa anual, ocorrido em novembro, que foram mitigados pela maior receita com serviços ancilares contabilizada em 2019;
- **Distribuição:** redução de R\$ 19,5 milhões, resultante do efeito positivo ocorrido no terceiro trimestre de 2019 quando foi contabilizado o VNR decorrente da revisão tarifária de ambas as distribuidoras (R\$ 156,3 milhões). Excluindo esse efeito, a margem bruta cresceria 7,0%, em função dos reajustes tarifários em ambas distribuidoras (efeito tarifa), além da contabilização de outras receitas adicionais, como compartilhamento de rede;
- **Comercialização:** aumento de R\$ 105,5 milhões, decorrente da contabilização da marcação a mercado; e
- **Transmissão:** aumento de R\$ 145,7 milhões, decorrente dos efeitos de atualização dos ativos de concessão, refletindo as normas estabelecidas pelo IFRS.

## Gastos Gerenciáveis

Em continuidade ao programa de Orçamento Base Zero (“OBZ”), iniciado em 2015, a Companhia tem demonstrado uma trajetória eficiente de controle e gerenciamento dos gastos, mesmo em períodos de pandemia com o novo coronavírus, reiterando seu compromisso de crescimento abaixo da inflação.

O PMSO recorrente do foi de R\$ 1.068,6 milhões. redução de 3,6%, mantendo suas despesas abaixo da inflação, uma vez que o IPCA e o IGP-M aumentaram 4,52% e 23,14%, respectivamente, em 2020.

O ano foi marcado pelos efeitos da pandemia do novo coronavírus, e, apesar dos consequentes desafios, a Companhia conseguiu manter as medidas de eficiência e melhorias em diversos processos, tais como: (i) otimização dos gastos com manutenção na térmica; (ii) redução e postergação de despesas nas usinas; (ii) redução de despesas com aluguel; (iii) redução de gastos com viagens; (iv) avanço da digitalização de processos, em particular dos canais de atendimento, refletindo em aumento expressivo das ferramentas de atendimento digital; (v) redução de horas extras, além de outras medidas; e (vi) priorização dos gastos de publicidade e propaganda. A Companhia manteve o compromisso, assumido durante a pandemia, de não realizar desligamentos ou reduções

salariais e implementou iniciativas através do programa de recuperação de resultados, visando a saúde financeira da EDP.

Os principais itens que impactaram o PMSO no ano, foram:

- **Pessoal:** aumento de 38,8% (-R\$ 146,3 milhões), reflexo do efeito ocorrido em 2019 conforme já mencionado. Excluindo esse efeito, a rubrica aumentaria 1,7% (-R\$ 8,6 milhões), decorrente do reajuste salarial anual conforme já mencionado;
- **Material:** aumento de 35,1% (-R\$ 22,3 milhões), conforme explicado no trimestre. Excluindo esse efeito, a rubrica reduziria 5,5%, advindo da redução de compra de materiais para manutenções e reparos nos sistemas elétricos das distribuidoras e em Pecém, assim como para manutenções prediais;
- **Serviços de Terceiros:** redução de 0,6% (+R\$ 2,7 milhões), refletindo os efeitos mencionados no trimestre, além da renegociação dos contratos de consultoria e de terceiros; e
- **Outros:** aumento de 2,7% (-R\$ 2,2 milhões), reflexo do efeito ocorrido em 2019 quando houve a contabilização do crédito resultante do ajuste do contrato de venda da EDP PCH (aumento da garantia física), além das doações efetuadas para o combate à pandemia. Mitigando esse efeito, o ressarcimento de seguro e as reduções de despesas com viagens devido a pandemia. A conta de Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens, apresentou redução de 25,2% no trimestre e aumento de 0,4% no ano. A redução no trimestre é decorrente do maior saldo contabilizado no 4T19, refletindo maior substituição de medidores e religadores na EDP ES, naquele período, além da baixa de ativos referente à mais valia de Pecém.
- **Provisões:** A conta de Provisões aumentou 73,8% e 21,8%, no trimestre e no ano, respectivamente, especificamente na rubrica de PECLD, que será detalhado no capítulo de distribuição.

## Resultado das participações societárias

Itens em R\$ Milhões ou %	2020	2019	Var
Santo Antonio do Jari (50%) <sup>1</sup>	38,4	40,0	-4,0%
Cachoeira Caldeirão (50%) <sup>1</sup>	(13,6)	(11,9)	14,0%
São Manoel (33,33%) <sup>1</sup>	(26,8)	(4,4)	508,8%
Celesc (29,90%) <sup>1</sup>	92,4	46,5	98,7%
Outros <sup>2</sup>	(10,4)	(2,0)	424,7%
<b>Resultado das Participações Societárias</b>	<b>80,0</b>	<b>68,1</b>	<b>n.a</b>

1 Considera participação dos ativos; 2 Considera equivalência de Pecém TM, Pecém OM e Mabe

## Resultado financeiro

A Receita Financeira apresentou redução de 76,9% no 4º trimestre e de 47,7% no ano, em decorrência de:

**Receita Financeira:** Redução na rubrica de juros e variações monetárias, resultante de:

(i) saldo contabilizado no 4T19 na rubrica de Juros e Multa sobre tributos, advindo da não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS na EDP SP, sem efeito no resultado, uma vez que há contrapartida na despesa financeira; (ii) redução de renda de aplicação financeira, decorrente da queda de CDI. Minimizando esses efeitos, no ano foram contabilizados R\$ 163,5 milhões referentes a juros e multa por atraso do pagamento de contas das distribuidoras; e (iii) redução de juros capitalizados, reflexo da capitalização da renda de aplicações financeiras obtidas com o funding das linhas de transmissão e da queda na taxa do CDI.

A Despesa Financeira apresentou redução de 34,8% e de 28,8%, no 4º trimestre e no ano, respectivamente, em decorrência de:

**Despesa Financeira:** Aumento dos juros capitalizados, reflexo da capitalização da renda de aplicações financeiras obtidas com o funding das linhas de transmissão, minimizado pelo aumento no trimestre na rubrica de encargos

de dívidas, em função do aumento do saldo de dívida. No ano, a rubrica encargos de dívidas atrelada a empréstimos e debêntures reduziu 3,7%, reflexo da queda dos indexadores atreladas às dívidas (CDI e TJLP); e Redução de juros e variações monetárias no trimestre, principalmente na rubrica de ativos/passivos financeiros setoriais, decorrente do reconhecimento da não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, contabilizado no 4T19 na EDP SP, conforme já explicado na receita financeira, mitigados pelo reajuste do UBP e do GSF, indexados a IGP-M. No ano, além dos efeitos já comentados no trimestre, a variação no saldo deve-se também a contabilização do reconhecimento da não inclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS da EDP ES, no 2T19.

## IR e Contribuição Social

O IR/CS foi de R\$ 239,5 milhões no trimestre e de R\$ 648,1 milhões no ano, respectivamente, decorrente do aumento do resultado entre os períodos analisados.

## BALANÇO PATRIMONIAL

Itens em R\$ Milhões ou %	31/12/2019	AV	31/12/2020	AV	31/12/2021	AV	Variação 2021-2020 (%)	Variação 2020-2019 (%)
<b>ATIVO</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	2.638,6	9,6%	2.735,9	9,0%	2.699,5	8,1%	-1,3%	3,7%
Títulos e valores mobiliários	135,3	0,5%	154,0	0,5%	11,7	0,0%	-92,4%	13,8%
Contas a receber	2.625,9	9,6%	2.958,0	9,8%	2.856,3	8,6%	-3,4%	12,6%
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	123,3	0,4%	206,9	0,7%	280,8	0,8%	35,7%	67,9%
Outros tributos compensáveis	670,4	2,4%	633,7	2,1%	553,0	1,7%	-12,7%	-5,5%
Tributos diferidos	0,0	0,0%	7,7	0,0%	56,7	0,2%	635,8%	0,0%
Dividendos	22,5	0,1%	35,7	0,1%	50,0	0,1%	40,2%	58,5%
Estoques	168,7	0,6%	183,1	0,6%	460,4	1,4%	151,5%	8,5%
Cauções e depósitos vinculados	130,9	0,5%	4,9	0,0%	10,0	0,0%	105,1%	-96,3%
Ativos financeiros setoriais	228,0	0,8%	226,9	0,7%	643,2	1,9%	183,5%	-0,5%
Ativos da Concessão	17,4	0,1%	33,9	0,1%	55,2	0,2%	63,0%	94,5%
Compromissos futuros	0,0	0,0%	76,6	0,3%	440,7	1,3%	475,1%	0,0%
Outros créditos	222,2	0,8%	211,9	0,7%	425,4	1,3%	100,8%	-4,6%
Ativos não circulantes mantidos para venda	341,8	1,2%	0,0	0,0%	1.328,5	4,0%	0,0%	-100,0%
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>7.325,0</b>	<b>26,6%</b>	<b>7.469,1</b>	<b>24,7%</b>	<b>9.871,3</b>	<b>29,6%</b>	<b>32,2%</b>	<b>2,0%</b>
<b>Não Circulante</b>								
Ativo financeiro indenizável	3.000,6	10,9%	3.487,0	11,5%	4.377,9	13,1%	25,5%	16,2%
Ativos da concessão	3.200,2	11,6%	4.844,3	16,0%	5.685,0	17,0%	17,4%	51,4%
Contas a receber	100,5	0,4%	83,0	0,3%	104,0	0,3%	25,3%	-17,5%
Títulos e valores mobiliários	1,8	0,0%	1,8	0,0%	2,5	0,0%	42,9%	0,0%
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	93,8	0,3%	95,9	0,3%	139,8	0,4%	45,8%	2,3%
Outros tributos compensáveis	1.663,0	6,0%	1.479,7	4,9%	931,0	2,8%	-37,1%	-11,0%
Tributos diferidos	741,7	2,7%	710,6	2,3%	601,4	1,8%	-15,4%	-4,2%
Empréstimos a receber	26,2	0,1%	4,5	0,0%	12,7	0,0%	181,4%	-82,7%
Cauções e depósitos vinculados	402,4	1,5%	433,0	1,4%	419,8	1,3%	-3,1%	7,6%
Ativos financeiros setoriais	131,4	0,5%	318,6	1,1%	786,3	2,4%	146,8%	142,4%
Compromissos futuros	0,0	0,0%	349,3	1,2%	427,6	1,3%	22,4%	0,0%
Outros créditos	61,7	0,2%	39,4	0,1%	32,6	0,1%	-17,4%	-36,1%
	<u>9.423,3</u>	<u>34,3%</u>	<u>11.847,1</u>	<u>39,1%</u>	<u>13.520,5</u>	<u>40,5%</u>	<u>14,1%</u>	<u>25,7%</u>
Investimentos	2.097,7	7,6%	2.032,3	6,7%	1.311,9	3,9%	-35,4%	-3,1%
Propriedades para investimentos	11,6	0,0%	11,4	0,0%	11,4	0,0%	-0,1%	-1,4%
Imobilizado	6.306,1	22,9%	6.271,8	20,7%	6.068,2	18,2%	-3,2%	-0,5%
Intangível	2.325,5	8,5%	2.659,6	8,8%	2.595,5	7,8%	-2,4%	14,4%
	<u>10.740,8</u>	<u>39,1%</u>	<u>10.975,1</u>	<u>36,2%</u>	<u>9.987,0</u>	<u>29,9%</u>	<u>-9,0%</u>	<u>2,2%</u>
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>20.164,1</b>	<b>73,4%</b>	<b>22.822,2</b>	<b>75,3%</b>	<b>23.507,4</b>	<b>70,4%</b>	<b>3,0%</b>	<b>13,2%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>27.489,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>30.291,3</b>	<b>100,0%</b>	<b>33.378,7</b>	<b>100,0%</b>	<b>10,2%</b>	<b>10,2%</b>

Itens em R\$ Milhões ou %	31/12/2019	AV	31/12/2020	AV	31/12/2021	AV	Variação 2021-2020 (%)	Variação 2020-2019 (%)
<b>ATIVO</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	2.638,6	9,6%	2.735,9	9,0%	2.699,5	8,1%	-1,3%	3,7%
Títulos e valores mobiliários	135,3	0,5%	154,0	0,5%	11,7	0,0%	-92,4%	13,8%
Contas a receber	2.625,9	9,6%	2.958,0	9,8%	2.856,3	8,6%	-3,4%	12,6%
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	123,3	0,4%	206,9	0,7%	280,8	0,8%	35,7%	67,9%
Outros tributos compensáveis	670,4	2,4%	633,7	2,1%	553,0	1,7%	-12,7%	-5,5%
Tributos diferidos	0,0	0,0%	7,7	0,0%	56,7	0,2%	635,8%	0,0%
Dividendos	22,5	0,1%	35,7	0,1%	50,0	0,1%	40,2%	58,5%
Estoques	168,7	0,6%	183,1	0,6%	460,4	1,4%	151,5%	8,5%
Cauções e depósitos vinculados	130,9	0,5%	4,9	0,0%	10,0	0,0%	105,1%	-96,3%
Ativos financeiros setoriais	228,0	0,8%	226,9	0,7%	643,2	1,9%	183,5%	-0,5%
Ativos da Concessão	17,4	0,1%	33,9	0,1%	55,2	0,2%	63,0%	94,5%
Compromissos futuros	0,0	0,0%	76,6	0,3%	440,7	1,3%	475,1%	0,0%
Outros créditos	222,2	0,8%	211,9	0,7%	425,4	1,3%	100,8%	-4,6%
Ativos não circulantes mantidos para venda	341,8	1,2%	0,0	0,0%	1.328,5	4,0%	0,0%	-100,0%
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>7.325,0</b>	<b>26,6%</b>	<b>7.469,1</b>	<b>24,7%</b>	<b>9.871,3</b>	<b>29,6%</b>	<b>32,2%</b>	<b>2,0%</b>
<b>Não Circulante</b>								
Ativo financeiro indenizável	3.000,6	10,9%	3.487,0	11,5%	4.377,9	13,1%	25,5%	16,2%
Ativos da concessão	3.200,2	11,6%	4.844,3	16,0%	5.685,0	17,0%	17,4%	51,4%
Contas a receber	100,5	0,4%	83,0	0,3%	104,0	0,3%	25,3%	-17,5%
Títulos e valores mobiliários	1,8	0,0%	1,8	0,0%	2,5	0,0%	42,9%	0,0%
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	93,8	0,3%	95,9	0,3%	139,8	0,4%	45,8%	2,3%
Outros tributos compensáveis	1.663,0	6,0%	1.479,7	4,9%	931,0	2,8%	-37,1%	-11,0%
Tributos diferidos	741,7	2,7%	710,6	2,3%	601,4	1,8%	-15,4%	-4,2%
Empréstimos a receber	26,2	0,1%	4,5	0,0%	12,7	0,0%	181,4%	-82,7%
Cauções e depósitos vinculados	402,4	1,5%	433,0	1,4%	419,8	1,3%	-3,1%	7,6%
Ativos financeiros setoriais	131,4	0,5%	318,6	1,1%	786,3	2,4%	146,8%	142,4%
Compromissos futuros	0,0	0,0%	349,3	1,2%	427,6	1,3%	22,4%	0,0%
Outros créditos	61,7	0,2%	39,4	0,1%	32,6	0,1%	-17,4%	-36,1%
	<u>9.423,3</u>	<u>34,3%</u>	<u>11.847,1</u>	<u>39,1%</u>	<u>13.520,5</u>	<u>40,5%</u>	<u>14,1%</u>	<u>25,7%</u>
Investimentos	2.097,7	7,6%	2.032,3	6,7%	1.311,9	3,9%	-35,4%	-3,1%
Propriedades para investimentos	11,6	0,0%	11,4	0,0%	11,4	0,0%	-0,1%	-1,4%
Imobilizado	6.306,1	22,9%	6.271,8	20,7%	6.068,2	18,2%	-3,2%	-0,5%
Intangível	2.325,5	8,5%	2.659,6	8,8%	2.595,5	7,8%	-2,4%	14,4%
	<u>10.740,8</u>	<u>39,1%</u>	<u>10.975,1</u>	<u>36,2%</u>	<u>9.987,0</u>	<u>29,9%</u>	<u>-9,0%</u>	<u>2,2%</u>
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>20.164,1</b>	<b>73,4%</b>	<b>22.822,2</b>	<b>75,3%</b>	<b>23.507,4</b>	<b>70,4%</b>	<b>3,0%</b>	<b>13,2%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>27.489,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>30.291,3</b>	<b>100,0%</b>	<b>33.378,7</b>	<b>100,0%</b>	<b>10,2%</b>	<b>10,2%</b>

## **Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020**

Segue abaixo os comentários dos Diretores acerca das variações das principais contas do Balanço Patrimonial.

### **Ativo**

#### ***Ativo Circulante***

**Títulos e valores mobiliários:** redução de 92,4% refere-se substancialmente aos títulos da controlada Porto do Pecém e são decorrentes de aplicação financeira em fundo de investimento, pertencente à instituição financeira, com carteira substancialmente composta por LFTs, com rentabilidade equivalente a 99,68% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

**Contas a receber:** a redução de 3,4% refere-se às transações com energia elétrica e encargos realizadas no âmbito da CCEE, (i) A redução de R\$107.557 refere-se à controlada Enerpeixe, tendo ocorrido o recebimento integral das liquidações junto à CCEE dos valores oriundos da conclusão dos impactos atrelados ao; e (ii) A redução de R\$150.478 refere-se à controlada Porto do Pecém, a variação ocorreu devido ao despacho da usina substancialmente ocorrido por conta da escassez hídrica no exercício, não fazendo necessária a operações de venda de energia no curto prazo. Mitigadas pelo aumento do fornecimento não faturado, principalmente, em decorrência da aplicação da Resolução ANEEL nº 863/2019, a partir de janeiro de 2021, onde os consumidores do grupo A, Livres e avençados incluindo o grupo B4 de iluminação pública, passaram a serem medidos no período do mês civil e toda energia passa a ser contabilizada como fornecimento não faturado. Adicionalmente, houve impactos do último reajuste tarifário nas duas controladas de Distribuição, com aumento da parcela B.

**Tributos diferidos:** acréscimo de 635,8% refere-se a Pis/Cofins sobre compromissos futuros da EDP Trading

**Dividendos:** aumento de 40,2% nos dividendos recebidos das empresas controladas em conjuntos Celesc e Ceja.

**Estoques:** acréscimo de 151,5%, deve-se ao aumento do estoque de carvão na controlada Porto do Pecém devido sua disponibilidade de 94% no exercício, sendo despachada substancialmente devido ao cenário hidrológico desfavorável que reduziu em dezembro

**Ativos financeiros setoriais:** a variação positiva de 183,5% corresponde à: (i) Compra de Energia: A variação da apropriação referente aos valores de Compra de Energia deve-se a uma conjuntura de sazonalidade associada ao cenário energético, em que principalmente os custos do despacho termelétrico dentro da ordem de mérito apresentarem-se superiores no exercício em análise, com relação ao cenário médio previsto para o ano tarifário das distribuidoras; (ii) Custo da Energia de Itaipu, devido a variação do câmbio no exercício superior ao concedido como cobertura tarifária; (iii) Encargos de Serviço do Sistema - ESS / Encargos de Energia de Reserva - EER: Os custos do ESS/EER atribuídos às controladas de distribuição no exercício mostraram-se superiores aos montantes previstos de cobertura tarifária, em decorrência principalmente do acionamento de usinas termelétricas com CVU (Custo Variável Unitário); e (iv) transferência do longo prazo.

**Ativos da concessão:** acréscimo de 63,0%, as transmissoras reconhecem receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

**Compromissos futuros:** acréscimo de 475,1%, correspondem a contratos de compromisso futuro, por apresentarem característica de liquidação em energia prontamente conversíveis em montante financeiro, reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado na EDP Trading.

**Outros créditos:** aumento de 100,8%, principalmente pelos descontos tarifários e adiantamentos de descontos tarifários.

**Ativos não circulantes mantidos para venda:** ocorreram alienações de ativos que estavam mantidos para venda (controladas EDP Transmissão, EDP Transmissão TMA I e EDP Transmissão TMA II) e classificação de novos ativos como mantidos para venda (controlada Energest e das controladas em conjunto Companhia Energética do Jari – CEJA (“UHE Jari”) e Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (“UHE Cachoeira Caldeirão”).

#### **Ativo Não Circulante**

**Ativo financeiro indenizável:** esses ativos financeiros refletem o saldo remanescente dos ativos intangíveis das distribuidoras e transmissoras não amortizáveis até o final do prazo de concessão e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. O saldo, 25,1% superior refere-se a transferência dos ativos da concessão e a atualização financeira pelo Valor Novo de Reposição.

**Ativos da concessão:** a variação positiva de 17,4%, é decorrente, principalmente dos ativos de transmissão, que são os valores a receber referentes aos serviços de implantação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão.

**Contas a receber:** aumento de 25,3% é decorrente do montante de arrendamentos a receber, referente ao reconhecimento do valor mínimo a receber de projetos de Usinas Solares, que entraram em operação entre 2020 e 2021 na controlada EDP Smart Serviços, e também a entrada de projetos da controlada indireta Inova Soluções de Energia, adquirida pela controlada EDP Smart Serviços em 2021. Adicionalmente, existem projetos de Centrais de Geração de Vapor movidas a biomassa, que entraram em operação em 2021 na controlada indireta EDP Smart Soluções.

**Outros tributos compensáveis:** a redução de 32,0% é decorrente, principalmente pela compensação de créditos devido ao recálculo de tributos nas controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, no exercício de 2021 e a exclusão dos valores do ICMS próprio da base de cálculo do PIS e da COFINS.

**Tributos diferidos:** redução de 15,4%, refere-se principalmente pela compensação entre ativos e passivos diferidos, mitigado pelo aumento da variação de imposto de renda e contribuição social sobre compromissos

futuros da EDP Trading.

**Ativos financeiros setoriais:** a variação positiva de 146,8%, corresponde constituição de ativos de CVA, que serão incorporadas às tarifas em ciclos tarifários superiores a 12 meses.

**Compromissos futuros:** acréscimo de 22,4%, correspondem a contratos de compromisso futuro, por apresentarem característica de liquidação em energia prontamente conversíveis em montante financeiro, reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado na EDP Trading

## **Passivo**

### ***Passivo circulante***

**Fornecedores:** redução de 13,7% decorrente, principalmente, às transações de energia comercializada e encargos no âmbito da CCEE. A variação é decorrente substancialmente: (i) do aumento das transações de energia e de encargos comercializados no âmbito da CCEE, por sazonalização operacionalizada nas controladas de Distribuição, os quais foram impactados pelo aumento da carga contratada do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCS-D. Adicionalmente, o aumento observado decorre do cenário de crise hídrica, ocasionando um aumento dos encargos associados a esta operação; e (ii) redução do Generation Scaling Factor - GSF, que é o fator que mede o volume de energia gerado pelas hidrelétricas, acrescido de atualização monetária desde março de 2015.

**Imposto de renda e Contribuição social a recolher:** aumento de 35,7% em decorrência dos resultados das Companhias.

**Outros tributos a recolher:** acréscimo de 19,4%, decorrente, principalmete, do ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica e imposto de renda e contribuição social dos juros sobre capital próprio.

**Tributos diferidos:** acréscimo 484,9% oriundo do PIS/COFINS diferido dos compromissos futuros da EDP Trading.

**Debêntures:** redução de 38,2% decorrente da liquidação antecipada do financiamento junto ao BID.

**Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas:** redução de 61,0% decorrente dos pagamentos ocorridos do valor principal acrescido de juros no decorrer do ano de 2021.

**Encargos Setoriais:** aumento de 19,1%, principalmente pela constituição de saldo na Conta de desenvolvimento energético – CDE.

**Provisões:** redução de 36,4%, principalmente pelo item de Licenças Ambientais.

**Compromissos futuros:** correspondem a contratos de compromisso futuro, por apresentarem característica de liquidação em energia prontamente conversíveis em montante financeiro, reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

**Outros créditos:** aumento de 32,3%, principalmente pelos descontos .

**Passivos não circulantes mantidos para venda:** ocorreram alienações de ativos que estavam mantidos para venda (controladas EDP Transmissão, EDP Transmissão TMA I e EDP Transmissão TMA II) e classificação de novos ativos como mantidos para venda (controlada Energest e das controladas em conjunto Companhia Energética do Jari – CEJA (“UHE Jari”) e Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (“UHE Cachoeira Caldeirão”).

### ***Passivo Não Circulante***

**Tributos diferidos:** acréscimo de 10,7% oriundo do PIS/COFINS diferido dos compromissos futuros da EDP Trading.

**Debêntures:** acréscimo de 75,6% decorrente da captação nas controladas EDP São Paulo R\$1.500, EDP Espírito Santo R\$900, EDP Transmissão SP-MG R\$525, Enerpeixe R\$275 e Lajeado R\$150.

**Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas:** acréscimo de 17,4% relacionado a captações de dívidas na EDP Espírito Santo R\$650 e EDP Trading R\$300.

**Uso do bem público:** o UBP corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão como contraprestação ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão associados das controladas Enerpeixe e Investco calculados até o final dos contratos de concessão ou outro período pré-estabelecido, e reconhecidos a valor presente. São indexados ao IGPM e o aumento de 13,7% está relacionado atualizações monetárias do período.

**Passivos financeiros setoriais:** Saldo a pagar de passivos regulatórios que serão devolvidos ao consumidor em 12 meses via tarifa no próximo reajuste tarifário, além do movimento de ultrapassagem de demanda e energia reativa que são contabilizados nessa linha e só serão incorporados na tarifa na próxima revisão tarifária.

**Compromissos futuros:** correspondem a contratos de compromisso futuro, por apresentarem característica de liquidação em energia prontamente conversíveis em montante financeiro, reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

**Patrimônio líquido:** acréscimo de 10,6%, principalmente pelo aumento do dividendo adicional proposto.

#### **Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019**

Segue abaixo os comentários dos Diretores acerca das variações das principais contas do Balanço Patrimonial.

#### **Ativo**

##### ***Ativo Circulante***

**Títulos e valores mobiliários:** acréscimo de 13,8% refere-se principalmente a variação dos títulos da controlada Porto do Pecém e são decorrentes de aplicação financeira em fundo de investimento, pertencente à instituição financeira, com carteira substancialmente composta por LFTs, com rentabilidade equivalente a 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

**Contas a receber:** o aumento de 12,6% observado deve-se substancialmente a classe residencial, onde ocorreu expansão do número de clientes em 2020 decorrente principalmente das medidas de isolamento social, incentivadas como medidas de prevenção da COVID-19, tendo como principal a vedação da suspensão de fornecimento por inadimplemento de unidades consumidoras relativas aos serviços e atividades considerados essenciais, principalmente no segundo semestre do exercício, que influenciaram a população a se manterem em suas casas, resultando no aumento do consumo da classe.

**Impostos e contribuições sociais e Outros tributos Compensáveis:** a variação positiva de 62,4% é decorrente, principalmente pela constituição de créditos devido ao recálculo de tributos nas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Pecém e Enerpeixe.

**Estoques:** acréscimo de 8,5% com principais impactos em Pecém, principalmente, pelo estoque de carvão e nos lotes de transmissão que estão em fase de construção.

**Cauções e depósitos vinculados:** a redução de 96,3% refere-se principalmente a EDP Transmissão Aliança, decorrente da garantia de Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 21 do leilão 05/2016-ANEEL. Esta caução foi liberada para livre aplicação após cumprimento das exigências contratuais da debênture.

**Ativos da concessão:** acréscimo de 94,5% decorrente da entrada em operação do LT11.

**Compromissos futuros:** correspondem a contratos de compromisso futuro, por apresentarem característica de liquidação em energia prontamente conversíveis em montante financeiro, reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

**Ativos não circulantes mantidos para venda:** reversão da constituição da alienação dos 100% de participação no investimento Energest S.A.

#### ***Ativo Não Circulante***

**Ativo financeiro indenizável:** esses ativos financeiros refletem o saldo remanescente dos ativos intangíveis das distribuidoras e transmissoras não amortizáveis até o final do prazo de concessão e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. O saldo, 16,2% superior se deve às adições do período e a atualização financeira pelo Valor Novo de Reposição.

**Outros tributos compensáveis:** a redução de 11% é decorrente, principalmente pela compensação de créditos devido ao recálculo de tributos nas controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, no exercício de 2017 e a exclusão dos valores do ICMS próprio da base de cálculo do PIS e da COFINS.

**Empréstimos a receber:** a redução de 82,7% está relacionado ao fim do mútuo a receber da MABE.

**Ativos da concessão:** a variação positiva de 51,4%, é decorrente, principalmente dos ativos de transmissão, que são os valores a receber referentes aos serviços de implantação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão.

**Ativos financeiros setoriais:** a variação positiva de 142,4%, dentre outras especificidades, está relacionada ao recebimento de R\$ 574 da conta COVID de acordo com o despacho nº 2.177, de 24 de julho de 2020. A Conta-COVID constitui fundo setorial destinado a obter recursos para o enfrentamento do setor elétrico à crise ocasionada pela pandemia da COVID-19, permitindo a fluidez financeiro da cadeia de valor, assim como para aliviar impactos tarifários aos consumidores de energia elétrica.

**Compromissos futuros:** correspondem a contratos de compromisso futuro, por apresentarem característica de liquidação em energia prontamente conversíveis em montante financeiro, reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

#### **Passivo**

##### ***Passivo circulante***

**Fornecedores:** acréscimo de 7,0% decorrente, principalmente, do despacho termoeletrico pelo Operador Nacional do Sistema – ONS, que aumenta o pagamento da parcela variável dos contratos de produção de energia por disponibilidade e transações energia comercializada e encargos no âmbito da CCEE.

**Imposto de renda e Contribuição social a recolher:** aumento de 129,1% em decorrência dos resultados das Companhias.

**Tributos diferidos:** acréscimo R\$10 oriundo do PIS/COFINS diferido dos compromissos futuros da EDP Comercialização.

**Debêntures:** redução de 8,1% decorrente do pagamento das debêntures do LT18.

**Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas:** aumento de 232,6% referente a novas captações para a construção das transmissoras, capital de giro, refinanciamento de dívida e programas de investimentos das distribuidoras.

**Ressarcimento por indisponibilidade:** decréscimo de 91,5% refere-se a previsão em Prescrição da Cobrança de Valores Líquidos de Contratos que prescreve em cinco anos a possibilidade de reaver os valores financeiros retidos

oriundos dos ressarcimentos, assim sendo, a Porto do Pecém reverteu os valores relativos aos citados períodos.

**Compromissos futuros:** correspondem a contratos de compromisso futuro, por apresentarem característica de liquidação em energia prontamente conversíveis em montante financeiro, reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

**Passivos não circulantes mantidos para venda:** reversão da constituição da alienação dos 100% de participação no investimento Energest S.A.

### **Passivo Não Circulante**

**Tributos diferidos:** acréscimo de R\$48 oriundo do PIS/COFINS diferido dos compromissos futuros da EDP Comercialização.

**Debêntures:** redução de 17,1% decorrente dos pagamentos ocorridos do valor principal acrescido de juros no decorrer do ano de 2020.

**Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas:** acréscimo de 6,4% relacionado a captações de dívidas nas Transmissoras que estão em fase de construção (LT07 R\$328; LT11 R\$156; LT18 R\$135).

**Uso do bem público:** o UBP corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão como contraprestação ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão associados das controladas Enerpeixe e Investco calculados até o final dos contratos de concessão ou outro período pré-estabelecido, e reconhecidos a valor presente. São indexados ao IGPM e o aumento de 38,2% está relacionado a extensão do prazo de concessão mediante a repactuação do GSF.

**Passivos financeiros setoriais:** Saldo a pagar de passivos regulatórios que serão devolvidos ao consumidor em 12 meses via tarifa no próximo reajuste tarifário, além do movimento de ultrapassagem de demanda e energia reativa que são contabilizados nessa linha e só serão incorporados na tarifa na próxima revisão tarifaria.

**Compromissos futuros:** correspondem a contratos de compromisso futuro, por apresentarem característica de liquidação em energia prontamente conversíveis em montante financeiro, reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

**Patrimônio líquido:** redução de 2,5%. Em outubro de 2021 a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, nesta data, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão. O objetivo da recompra é adquirir ações de própria emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, com o objetivo de aplicar recursos disponíveis para maximizar a geração de valor para os acionistas, uma vez que, na visão da administração da Companhia, o valor atual de suas ações não reflete o real valor dos seus ativos combinado com a perspectiva de rentabilidade e geração de resultados futuros.

### **Fluxo de caixa**

A tabela a seguir apresenta o nosso fluxo de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento para os períodos indicados:

Itens em R\$ Milhões ou %	31/12/2019	AV	31/12/2020	AV	31/12/2021	AV
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	2.503,5	575,2%	2.091,8	2151,0%	1.304,3	-3586,2%
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(2.324,4)	-534,1%	(1.452,8)	-1493,9%	(1.318,7)	3625,9%
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	256,1	58,8%	(541,8)	-557,1%	(22,0)	60,4%
Disponibilidades no início do exercício	2.203,4	506,3%	2.638,6	2713,3%	2.735,9	-7522,5%
<b>Disponibilidades no final do exercício</b>	<b>2.638,6</b>	<b>606,3%</b>	<b>2.735,9</b>	<b>2813,3%</b>	<b>2.699,5</b>	<b>-7422,5%</b>
Aumento (redução) nas disponibilidades	435,2	100,0%	97,2	100,0%	(36,4)	100,0%
Aumento (redução) nas disponibilidades (%)	19,8%		3,7%		-1,3%	

Itens em R\$ Milhões ou %	Varição 2021-2020	Varição 2021-2020	Varição 2020-2019	Varição 2020-2019
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(787,5)	-37,6%	(411,7)	-16,4%
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	134,1	-9,2%	871,6	-37,5%
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	519,8	-95,9%	(797,8)	-311,6%
Disponibilidades no início do exercício	97,2	3,7%	435,2	19,8%
<b>Disponibilidades no final do exercício</b>	<b>(36,4)</b>	<b>-1,3%</b>	<b>97,2</b>	<b>3,7%</b>
Aumento (redução) nas disponibilidades	(133,6)	-137,4%	(338,0)	-77,7%

### **Comparação do Fluxo de Caixa nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020**

Segue abaixo comentários dos Diretores acerca dos fluxos de caixa das atividades operacionais, das atividades de financiamento e das atividades de investimento:

O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais apresentou redução de R\$787,5, entre os períodos. As principais variações são: (i) liminar da controlada Enerpeixe paga em abril/2021, (ii) piora no cenário hidrológico com aumento do PLD e redução do GSF, impactando diretamente as Distribuidoras e Geração Hídricas; e (iii) e aumento do custo com estoque de carvão na Térmica.

O fluxo de caixa das atividades de investimento apresentou uma variação positiva de R\$134,1 com destaque para redução do capex nos ativos de concessão das transmissoras (da previsão, 85% do capex já foi executado).

O fluxo de caixa das atividades de financiamento uma variação positiva de R\$519,8 entre os períodos. Esta variação é decorrente principalmente do (i) efeito líquido entre captações e pagamentos de empréstimos e debêntures e (ii) recompras de ações ordinárias. O objetivo da recompra é adquirir ações de própria emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, com o objetivo de aplicar recursos disponíveis para maximizar a geração de valor para os acionistas, uma vez que, na visão da administração da Companhia, o valor atual de suas ações não reflete o real valor dos seus ativos combinado com a perspectiva de rentabilidade e geração de resultados futuros.

### **Comparação do Fluxo de Caixa nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019**

Segue abaixo comentários dos Diretores acerca dos fluxos de caixa das atividades operacionais, das atividades de financiamento e das atividades de investimento:

O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais apresentou redução de R\$411,7, entre os períodos. As principais variações são: (i) em outros tributos compensáveis a variação está relacionado a contabilização dos efeitos da não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS no ano de 2019; (ii) redução dos gastos com materiais e serviços para a construção da infraestrutura da transmissoras (80% do Capex previsto já realizado); e (iii) efeito líquido dos ativos e passivos setoriais das distribuidoras do Grupo.

O fluxo de caixa das atividades de investimento apresentou uma variação positiva de R\$871,6 com destaque para redução do capex nos ativos de concessão das transmissoras (da previsão, 80% do capex já foi executado).

O fluxo de caixa das atividades de financiamento apresentou decréscimo de R\$797,8 entre os períodos. Esta variação é decorrente principalmente do (i) efeito líquido entre captações e pagamentos de empréstimos e debêntures e (ii) recompras de ações ordinárias. O objetivo da recompra é adquirir ações de própria emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, com o objetivo de aplicar recursos disponíveis para maximizar a geração de valor para os acionistas, uma vez que, na visão da administração da Companhia, o valor atual de suas ações não reflete o real valor dos seus ativos combinado com a perspectiva de rentabilidade e geração de resultados futuros.

## 10.2. Comentários dos Diretores da Companhia sobre:

(Em milhões de reais, exceto quando indicado. Os comparativos com a receita operacional líquida não consideram a receita de construção, exceto quando indicado)

A receita de construção, registrada nas distribuidoras, está diretamente associada às adições do ativo intangível em formação (Direito de concessão – infraestrutura), não sendo incorporada margem nesta atividade de construção, assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida à Custo com construção da infraestrutura, em igual montante. Em síntese, por se tratar de receita meramente contábil, sem efeito no resultado líquido, a Companhia expurga seus efeitos para fins de explicação das variações.

### a) Resultados das operações

Os nossos Diretores destacam que os quatro principais segmentos de atuação da Companhia são distribuição, geração, comercialização e transmissão. Estes segmentos realizam compras e vendas de energia elétrica entre eles. Os segmentos de geração e comercialização vendem energia também para nossas distribuidoras. Nossos Diretores ressaltam que, com o intuito de evitar a duplicidade das receitas e despesas, os resultados das operações inter-segmento são eliminados de nossas demonstrações consolidadas. Todavia, os Diretores entendem que a análise individual dos segmentos não seria a mais adequada caso estas operações fossem desconsideradas. Como consequência, as vendas e despesas entre os segmentos não foram eliminados na discussão dos resultados apresentados abaixo.

#### *(i) Descrição de quaisquer componentes da receita*

##### Distribuição

A receita no segmento de distribuição é proveniente, principalmente, do faturamento do consumo de energia dos consumidores das áreas de concessão das distribuidoras EDP São Paulo e EDP Espírito Santo. Outra parte relevante da receita deste segmento está relacionada à cobrança da tarifa pelo uso da rede de distribuição (TUSD).

As tarifas cobradas dos consumidores são estabelecidas pelo órgão regulador (ANEEL) sendo que quaisquer modificações nas regras vigentes para o setor ou na metodologia de cálculo das tarifas podem afetar a receita da Companhia.

A quantidade de energia vendida varia, principalmente, em função de fatores externos, tais como, temperatura, massa salarial e atividade econômica da área de concessão de nossas distribuidoras, além da própria atividade econômica do País.

##### Geração

A receita do segmento de geração é proveniente da venda da energia gerada nas usinas (hidrelétricas e termelétrica) para as distribuidoras e comercializadoras. Atualmente, o Grupo EDP – Energias do Brasil possui 4 usinas hidrelétricas e 1 usina térmica em operação (vide item 7.3 a.). Uma parte dessa receita é distribuída aos acionistas não controladores.

##### Comercialização

A receita no segmento de comercialização é proveniente da EDP Comercializadora decorrente da venda de energia para consumidores livres, concessionárias, permissionárias e outras comercializadoras.

##### Transmissão

A receita no segmento de transmissão é proveniente da operação e manutenção (O&M) das linhas, construção e remuneração do ativo financeiro.

#### *(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

Segue abaixo os montantes de receita líquida, EBITDA ajustado e Lucro líquido, segregados por segmento, e o percentual de representatividade em relação ao consolidado:

Receita líquida (*)											
	Distribuição	%	Geração	%	Comercialização + Varejista	%	Transmissão	%	Outros/ Eliminações	%	
2021	10.608,8	63,6%	3.824,0	22,9%	3.136,4	18,8%	642,4	3,9%	(1.539,2)	-9,2%	16.672,5
2020	7.721,5	58,5%	2.982,5	22,6%	4.073,3	30,8%	387,9	2,9%	(1.957,4)	-14,8%	13.207,7
2019	7.591,5	60,5%	3.660,0	29,1%	3.895,9	31,0%	164,0	1,3%	(2.754,6)	-21,9%	12.556,8

EBITDA Ajustado											
	Distribuição	%	Geração	%	Comercialização + Varejista	%	Transmissão	%	Outros/ Eliminações	%	Total
2021	1.739,2	40,3%	1.592,9	36,9%	121,7	2,8%	665,2	15,4%	194,1	4,5%	4.313,1
2020	1.172,1	34,7%	1.724,9	51,0%	190,0	5,6%	370,1	10,9%	(75,2)	-2,2%	3.381,9
2019	1.350,9	46,4%	1.293,6	44,4%	97,4	3,3%	232,4	8,0%	(60,2)	-2,1%	2.914,2

Lucro líquido (desconsiderando a participação dos acionistas não controladores)											
	Distribuição	%	Geração	%	Comercialização + Varejista	%	Transmissão	%	Outros/ Eliminações	%	Total
2021	891,1	59,1%	596,4	39,5%	73,4	4,9%	356,2	23,6%	242,9	16,1%	2.159,8
2020	656,5	43,5%	665,2	44,1%	114,4	7,6%	211,8	14,0%	(139,9)	-9,3%	1.508,0
2019	738,4	55,2%	510,9	38,2%	61,6	4,6%	139,3	10,4%	(112,3)	-8,4%	1.337,9

	Receita líquida		EBITDA Ajustado		Lucro líquido	
	Δ 2021 x 2020 (%)	Δ 2020 x 2019 (%)	Δ 2021 x 2020 (%)	Δ 2020 x 2019 (%)	Δ 2021 x 2020 (%)	Δ 2020 x 2019 (%)
Distribuição	37,4%	1,7%	48,4%	-13,2%	35,7%	-11,1%
Geração	28,2%	-18,5%	-7,7%	33,3%	-10,3%	30,2%
Comercialização	-23,0%	4,6%	-36,0%	95,0%	-35,8%	85,8%
Transmissão	65,6%	136,6%	79,8%	59,3%	68,1%	52,0%
Outros/ Eliminações	-21,4%	-28,9%	-358,0%	25,0%	-273,6%	24,6%
<b>Total</b>	<b>26,2%</b>	<b>5,2%</b>	<b>27,5%</b>	<b>16,0%</b>	<b>43,2%</b>	<b>12,7%</b>

(\*) Desconsiderando a receita com construção

Na opinião dos nossos Diretores, as variações nas receitas dos nossos segmentos são provenientes, essencialmente, das seguintes circunstâncias: (i) na distribuição, por influência das tarifas de energia elétrica cobradas dos consumidores que, por sua vez, são reguladas e reajustadas pela ANEEL, assim como pelo consumo de energia elétrica por parte dos clientes da área de concessão das distribuidoras; (ii) na geração, por influência das tarifas estabelecidas nos contratos de venda de energia, reajustadas pela inflação; (iii) na comercialização, por influência da tarifa e volume de venda de energia; e (iv) na transmissão, por receita de O&M e atualização dos Ativos da Concessão.

Em relação ao EBITDA ajustado, na opinião dos Diretores, além das variações na receita, indicadas no parágrafo acima, outro aspecto relevante são os gastos operacionais.

Os gastos operacionais mais relevantes para a distribuição são: (i) os gastos com energia comprada para revenda e encargos de uso da rede, que são repassados para a tarifa cobrada dos consumidores nos reajustes tarifários, mas podem impactar entre os períodos de reajustes regulatórios; e (ii) os gastos com pessoais, serviços de terceiros, materiais e provisões, entre outros, que são aqueles que podem ser administrados e são constantemente controlados.

Já os gastos operacionais mais relevantes para a geração são: (i) os gastos com energia comprada para revenda e encargos de uso da rede; e (ii) os gastos com pessoais, serviços de terceiros, materiais e provisões, entre outros, utilizados na produção e operação das usinas.

Para a comercialização, os gastos operacionais mais relevantes são com energia elétrica comprada para revenda.

Para a transmissão os gastos com pessoais, serviços de terceiros, materiais e provisões, entre outros, utilizados na manutenção das linhas de transmissão.

Em relação ao lucro líquido, na opinião dos Diretores, além das variações na receita e dos gastos operacionais, indicadas nos parágrafos acima, outros aspectos relevantes são o resultado financeiro líquido (receitas com

aplicações financeiras e encargos de empréstimos e financiamentos contratados influenciados pelos indexadores como CDI e a TJLP) e tributações sobre o lucro.

Nossos Diretores destacam a seguir os principais fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais, advindos das políticas públicas.

Para informações detalhadas sobre os fatores que influenciaram o resultado de cada segmento da Companhia em cada período, vide o item 10.1 (h) “Demonstração do Resultado”.

## 2021

Os principais temas que impactaram o ano de 2021 são:

### Reajuste tarifário anual

Na EDP Espírito Santo, o efeito médio percebido pelos consumidores foi de 9,75%, sendo 6,89% para as unidades consumidoras atendidas em alta e média tensão e 10,96% para os clientes do subgrupo B1. Na EDP São Paulo, o efeito médio percebido pelos consumidores foi de 12,39%, sendo 4,41% o efeito médio para os consumidores atendidos em alta e média tensão e 16,74% o efeito médio para os consumidores atendidos em baixa tensão.

### Transmissoras - Reajustes e Revisão tarifária

Os Contratos de Concessão estabelecem que as controladas de Transmissão, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP original, conforme Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica anualmente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com os contratos de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura dos mesmos, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Em 13 de julho de 2021, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 2.895, estabelecendo critérios para as controladas que passaram por revisão e ajustes e foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2021 à 30 de junho de 2022, atualizado monetariamente com base no IPCA, além da alteração do WACC no processo de Revisão Tarifária para a controlada EDP Transmissão Litoral Sul. A RAP das controladas de transmissão de 2021 foram estabelecidas conforme Nota Técnica nº 149/2021-SGT/ANEEL, e estão demonstradas a seguir:

	<b>RAP 2021</b> <b>REH nº 2.895</b>	<b>RAP 2020</b> <b>REH nº 2.725</b>
EDP Transmissão Aliança SC	214.070	198.110
EDP Transmissão Litoral Sul	54.399	47.387
EDP Transmissão SP-MG	248.444	229.922
Mata Grande Transmissora de Energia	9.080	8.403
	<u>525.993</u>	<u>483.822</u>

### Extensão do prazo de concessão das outorgas - Lei nº 14.182/21, REH nº 2.919/21 e REH nº 2.932/21

Em 13 de julho de 2021 foi publicada a Lei nº 14.182/2021, que dispõe sobre a desestatização da Eletrobras, contratação de geração termelétrica movida a gás natural pelo poder concedente, na modalidade de leilão de reserva de capacidade no montante de 1.000 MW na Região Nordeste, no montante de 2.500 MW na Região Norte, no montante de 2.500 MW na Região Centro-Oeste, com inflexibilidade de, no mínimo, 70% para o gás natural e a prorrogação dos contratos do Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

(Proinfra) por 20 anos, dentre outras providências. Entre outros temas, quanto ao GSF, o art. 18 da referida Lei alterou a Lei nº 13.203/15 para que a parcela da energia do Ambiente de Contratação Regulado (ACR) pré-2015 considerada não repactuada, permitindo agora sua repactuação nos mesmos termos da Lei nº 14.052/20 (GSF do ACL).

Adicionalmente, em 12 de agosto de 2021 foi publicada a REH nº 2.919/21 e em 17 de setembro de 2021 a Resolução Homologatória nº 2.932/21, que homologam o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE e os valores referentes ao caput do art. 2º-D da Lei nº 13.203, de 2015, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182/2021.

## **2020**

Os principais temas que impactaram o ano de 2020 são:

### **Reajuste tarifário anual**

Na EDP Espírito Santo, o efeito médio percebido pelos consumidores foi de 8,02%, sendo 10,32% o efeito médio para os consumidores atendidos em alta e média tensão e 7,05% o efeito médio para os consumidores atendidos em baixa tensão. Na EDP São Paulo, o efeito médio percebido pelos consumidores foi de 4,82%, sendo 6,52% o efeito médio para os consumidores atendidos em alta e média tensão e 3,92% o efeito médio para os consumidores atendidos em baixa tensão.

### **Repactuação hidrológica**

Em Reunião do Conselho de Administração - RCA realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a adesão dos preceitos da Resolução ANEEL nº 895/2020, que regulamenta as novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica.

A operação está sujeita à verificação de determinadas condições precedentes usuais a esse tipo de transação, além de outras medidas de natureza societária e contratual necessárias para a sua conclusão, a qual está prevista para ocorrer ao longo de 2021.

### **Medidas de assistência governamental**

Em 24 de março de 2020, foi publicada a Resolução Normativa nº 878 pela ANEEL, com medidas que visam estabelecer a preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da COVID-19, tendo como principal a vedação da suspensão de fornecimento por inadimplemento de unidades consumidoras relativas aos serviços e atividades considerados essenciais, conforme Decretos nº 10.282 e nº 10.288, de 2020 e o art. 11 da Resolução Normativa nº 414/2010, onde existam pessoas usuárias de equipamentos de autonomia limitada, vitais à preservação da vida humana e dependentes de energia elétrica e das classes residenciais rural e baixa renda.

Posteriormente, em 21 de julho de 2020, a ANEEL aprovou a revisão da Resolução Normativa nº 878/2020, tendo como novas regras a partir de 1º de agosto de 2020: (i) diversas atividades de prestação de serviços ao consumidor devem ser retomadas pelas distribuidoras; (ii) manter a proibição de cortes de energia por falta de pagamento para os consumidores classificados como Baixa Renda enquanto durar o estado de emergência da pandemia; e (iii) volta a ser permitida a possibilidade de cortes de energia por falta de pagamento para consumidores residenciais e serviços e atividades considerados essenciais, onde a distribuidora deve enviar ao consumidor nova notificação sobre existência de pagamentos pendentes, ainda que já tenha encaminhado em período anterior para o mesmo débito.

### **Medida emergencial BNDES**

O BNDES aprovou em março de 2020, em caráter emergencial, medidas socioeconômicas de execução imediata que tiveram por objetivo ajudar a mitigar os efeitos da COVID-19 no Brasil. Uma das medidas foi a possibilidade de concessão da suspensão temporária por prazo de até seis meses de amortizações de empréstimos contratados junto ao BNDES, nas modalidades direta e indireta às empresas afetadas pela crise ( medida ficou conhecida como *Standstill*). O BNDES concedeu, em 13 de abril de 2020, autorização para a suspensão temporária do pagamento dos financiamentos do BNDES da EDP São Paulo e da EDP Espírito Santo, no período de abril a setembro de 2020. Em outubro de 2020 os pagamentos voltaram a ser efetuados pelas distribuidoras.

## **Implantação do programa 3R – Reagir, Recuperar e Reformular**

**São as três fases implantadas pela Companhia para mitigar os impactos da pandemia no ano de 2020.**

- “Reagir” os principais destaques contemplam iniciativas rigorosas de prevenção e proteção dos colaboradores com (i) adoções do “home-office” para o setor administrativo, e para as equipes de eletricitistas que trabalham em campo foram realizadas escalas diferenciadas e orientações por canais remotos, (ii) distribuição de máscaras para todos os colaboradores, (iii) antecipação da vacinação contra a gripe H1N1 (iv) cancelamento de viagens internacionais e redução de viagens nacionais e (v) doações para compras de equipamentos hospitalares (respiradores, medicamentos e demais insumos hospitalares) para combate a pandemia
- “Recuperação” composto por mais de 50 iniciativas destinadas a recuperar totalmente o impacto da pandemia no seu desempenho econômico-financeiro do exercício de 2020, a fim de manter a resiliência de seus resultados e eficiência operacional, tais como: reformulação do Orçamento Base Zero - OBZ, cujo objetivo é trazer eficiência ao centro corporativo, no âmbito de processos, de tecnologia e de pessoas; e iniciativas de PMSO (Pessoas, Materiais, Serviços e Outros gastos) como redução de horas extras, repriorização de viagens, redução com aluguéis, reavaliação de despesas com marketing e consultorias.
- “Reformular” composto por oportunidades de crescimento no mercado de distribuição, transmissão e serviços com oportunidades de M&A (Fusões e Aquisições), criação de novas tecnologias para o atendimento ao cliente, digitalização do processo de trabalho e programa de inclusão e diversidade.

### **2019**

Os principais temas que permearam os debates regulatórios ao longo do ano de 2019 foram i) a expectativa de uma solução para o GSF; ii) PLD Horário; iii) a nova metodologia para o cálculo do WACC regulatório; iv) subsídios dados à Geração Distribuída; entre outros.

Rumo a uma conclusão para o destravamento do mercado de curto prazo através da solução dos passivos do GSF, o projeto de lei que trata do ressarcimento do risco hidrológico foi aprovado na Câmara dos Deputados em 26 de junho, seguindo para a votação em Senado, onde permanece tramitando.

Em relação às discussões sobre os preços horários para o mercado de curto prazo, a sua implementação foi adiada para 2021. Em 2020, ficou definida a operação com despacho semi-horário, sem a sua efetiva utilização para o processo de formação de preço.

A Consulta Pública referente à mudança na metodologia de cálculo e atualização do WACC Regulatório das distribuidoras foi aberta entre outubro e dezembro, após a Aneel anunciar números preliminares para os três segmentos (6,81% para Geração e Transmissão e 7,17% para a Distribuição). Entre outras alterações, a proposta deve priorizar parâmetros nacionais, bem como apresentar maior simplificação, embora possa reduzir a estabilidade regulatória devido à sua atualização anual. A resolução deve ser homologada até março de 2020.

Os incentivos dados à Geração Distribuída foram outro tema regulatório de grande destaque. A ANEEL abriu uma Audiência Pública buscando obter subsídios para a análise do impacto regulatório das regras para a micro e minigeração, e o assunto avançou em outubro para uma Consulta Pública, com propostas para o fim gradual dos subsídios. O tema ainda não foi encerrado e continuará sendo discutido ao longo de 2020.

Dando continuidade ao processo de abertura do mercado livre para consumidores a partir de 2.000 kW iniciado em 2018, foi estabelecido um cronograma de ampliação progressiva do acesso para agentes com consumo até 500 kW – sendo 1.500 kW a partir de 2021, 1.000 kW a partir de 2022 e 500 kW a partir de 2023. Novos estudos para avaliar a abertura do mercado aos consumidores abaixo de 500 kW a partir 2024 deverão ser apresentados até 31 de janeiro 2022.

Entre as mudanças implementadas ao longo do ano, a revisão do mecanismo de acionamento das Bandeiras Tarifárias foi um destaque na distribuição, agora com o gatilho baseado no GSF calculado com a Garantia Física Flat – reduzindo a sazonalidade da garantia física na composição da arrecadação da conta bandeira. O novo mecanismo de acionamento faz com que a arrecadação prevista, com os valores propostos, se aproxime mais

dos custos incorridos. Houve também aumento da arrecadação em caso de acionamento, passando a adicionar R\$ 1,343 a cada 100 kWh consumidos na bandeira amarela e, para a bandeira vermelha, +R\$ 4,169 no patamar 1 e +R\$ 6,243 no patamar 2.

#### **b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Os Diretores entendem que o resultado das nossas operações é direto e significativamente impactado pela mudança nas tarifas de energia elétrica reguladas pela ANEEL, sendo que as nossas receitas operacionais e margens (essencialmente no caso das nossas controladas distribuidoras) dependem do processo de revisão/reajuste tarifário. Buscamos manter um bom relacionamento com o órgão regulador e com os demais participantes do mercado, para que o processo de revisão/reajuste tarifário reflita de forma transparente e adequada os interesses dos consumidores e acionistas.

Já os contratos de venda de energia da geração estão atrelados ao IGPM e/ou IPCA, corrigidos anualmente. Sendo assim, a receita líquida é diretamente afetada pelos impactos causados pela inflação e pelo órgão regulador.

A receita líquida, excluindo a receita de construção, atingiu R\$16.672,5 em 2021, acréscimo de 26,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, com principais impactos nos segmentos de distribuição em função agravamento da crise hídrica e aumento da bandeira tarifária.

A receita líquida, excluindo a receita de construção, atingiu R\$13.207,7 em 2020, acréscimo de 5,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, com principais impactos nos segmentos de distribuição em função dos reajustes tarifários em ambas as distribuidoras, comercialização com destaque a contabilização dos compromissos futuros, e transmissão principalmente pela atualização dos ativos de concessão em atendimento as normas IFRS.

A receita líquida, excluindo a receita de construção, atingiu R\$12.556,8 em 2019, redução de 2,3% ao mesmo período do ano anterior. Na visão dos nossos Diretores, essa variação é resultante de maiores operações intragrupo.

#### **c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante.**

Os Diretores destacam que todas as nossas operações se encontram no território nacional. Dessa maneira, o desempenho geral da economia brasileira afeta a demanda por energia elétrica e a inflação afeta nossos custos e margens. A inflação afeta os negócios basicamente pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras.

Já a depreciação da moeda brasileira eleva os custos de aquisição de energia elétrica da hidrelétrica de Itaipu, além de reduzir em dólar (ou euro) o montante de dividendos a ser distribuído aos acionistas ou mesmo o equivalente em dólares (ou euros) ao preço de mercado de nossas ações ordinárias.

Nossos Diretores acreditam que possuímos uma política adequada de proteção contra flutuações na taxa de juros e de câmbio.

Adicionalmente, os nossos Diretores destacam que os impactos decorrentes das alterações tarifárias sobre a nossa receita líquida dos últimos três exercícios sociais e do exercício corrente, foram comentados no item 10.2. (b).

### **10.3. Comentários dos Diretores da Companhia sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados (em milhares de reais, exceto quando indicado).**

Os Diretores da Companhia tomaram conhecimento das informações descritas neste item e as transações aqui mencionadas estão alinhadas com as estratégias de negócio da Companhia.

#### **a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Os Diretores informam que nos exercícios sociais de 2021, 2020 e 2019 não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

## **b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Nossos Diretores entendem que os eventos listados no presente item são decorrentes do cumprimento das nossas estratégias de: (i) descarbonização, investimento em fontes renováveis e a transição energética, aliada a uma forte agenda ESG, necessária para dar suporte à evolução da demanda por energia prevista em todo o mundo. Para a EDP Brasil, o foco estratégico é reforçar o investimento em transmissão, distribuição e energia solar, de forma a acelerar o processo de transição energética, além da reciclagem de capital, que permitirá cristalizar cada vez mais valor à Companhia, e assim estarmos preparados para o futuro, mantendo a continuidade da nossa entrega superior de valor; e (ii) maximizarmos a rentabilidade dos nossos acionistas, como no caso do aproveitamento de benefícios fiscais e redução de custos decorrente das reorganizações societárias descritas a seguir.

Segue abaixo resumo das principais operações de constituição, aquisição ou alienação de participação societária, ocorridas nos últimos três exercícios:

- 1) Aquisição de Linha de Transmissão no Maranhão
- 2) Aquisição de portfólio de geração distribuída da AES Inova
- 3) Conclusão do Investimento na Blue Sol Participações S.A.
- 4) Conquista do Lote 1 Leilão de Transmissão nº 1/2021
- 5) Aquisição da CELG-T
- 6) Alienação de 100% do capital social das subsidiárias de transmissão
- 7) Rotação de Ativos de Geração
- 8) Desenvolvimento de Projeto Solar em larga escala
- 9) Aquisição participação na Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC
- 10) Aquisição Lote Q - Litoral Sul do Leilão de Transmissão nº 013/2015

Seguem abaixo os detalhes e os comentários dos Diretores com relação à cada uma destas operações:

### 1) Aquisição de Linha de Transmissão no Maranhão

Em 11 de fevereiro de 2021 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, na data de 10 de fevereiro de 2021, assinou contrato de compra e venda com o consórcio formado pela I.G. Distribuição e Transmissão de Energia S.A e ESS Energias Renováveis LTDA para aquisição de 100% das quotas da Mata Grande Transmissora de Energia Ltda. (Mata Grande Transmissora).

O consórcio arrematou o lote 18, no Leilão de Transmissão para Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 002/2018, realizado pela ANEEL em 28 de junho de 2018, com 23,63% de deságio sobre a RAP máxima.

A Mata Grande Transmissora é composta por uma linha de transmissão de 230 kV com 113 km de extensão no estado do Maranhão. O projeto já possui licença de instalação e deverá entrar em operação com antecipação frente ao cronograma da ANEEL, de setembro de 2022. A linha está próxima aos lotes 11 e 7, este em fase final de desenvolvimento, o que permitirá sinergias de construção e operação.

O investimento total estimado é de R\$88,5 milhões, considerando o valor de aquisição e o CAPEX total, bem como os benefícios fiscais. A RAP é de R\$8,4 milhões caracterizando um rácio de 9,4% RAP/CAPEX. A alavancagem foi estimada em aproximadamente 80%, sendo o regime tributário da MGTE o de lucro presumido.

Em 11 de maio de 2021 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que efetivou a aquisição da Mata Grande Transmissora após as vendedoras I.G. Distribuição e Transmissão de Energia S.A. e ESS Energias Renováveis Ltda. terem atendido a todas as condições precedentes estipuladas no contrato de compra e venda firmado citado anteriormente.

Os Diretores afirmam que a transação reforça o ciclo de crescimento da Companhia, com ênfase no segmento de distribuição, transmissão e energia renovável.

## 2) Aquisição de portfólio de geração distribuída da AES Inova

Em 25 de fevereiro de 2021 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, nesta data, assinou através de sua controlada EDP Smart Serviços, um contrato de compra e venda com a AES Tietê Energia S.A. para aquisição de 100% das quotas, com direito de voto, representativas do capital social da Inova Soluções de Energia, e suas respectivas subsidiárias, a Nova Geração Solar e a Inova Soluções de Energia II.

A AES Inova é uma plataforma de investimento em geração solar distribuída detentora de um portfólio de aproximadamente 34 MWp localizados nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, em diferentes estágios de desenvolvimento. Deste total, aproximadamente 16 MWp referem-se a empreendimentos contratados e em operação comercial, garantindo acréscimo de receita no curtíssimo prazo. Os demais 18 MWp são caracterizados por projetos ready to build em Minas Gerais, que permitirão à Companhia o desenvolvimento da obra, a contratação em um mercado estratégico e o aproveitamento de sinergias operacionais com outros ativos na região.

No 1º semestre 2021, a controlada EDP Smart Serviços, com base no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, contratou laudo de avaliação, junto a consultores independentes para mensuração dos ativos e passivos adquiridos a valor justo.

Com a conclusão da aquisição da Inova Soluções de Energia em 14 de junho de 2021, e os valores estabelecidos no momento da negociação passaram por avaliação de consultoria especializada, contratada pela Companhia, para realização de cálculo dos montantes a serem contabilizados a valor presente. O montante total trazido a valor presente foi de R\$100.245, deste total foram pagos à vista o montante de R\$66.656. Foi retido o montante de R\$33.589 do saldo de aquisição base, com a finalidade de garantir o cumprimento das obrigações pós fechamento.

Os Diretores afirmam que a transação reforça o ciclo de crescimento da Companhia, com ênfase no segmento de distribuição, transmissão e energia renovável.

## 3) Conclusão do Investimento na Blue Sol Participações S.A.

Em 04 de março de 2021 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, nesta data, na sequência do Comunicado ao Mercado divulgado em 28 de dezembro de 2020, foi concluído o Acordo de Investimentos para aquisição de 28,05% do capital votante da Blue Sol Participações S.A. ("Blue Sol"), detentora da Blue Sol Energia Solar LTDA., Blue Sol Franquia LTDA. e Blue Sol Educacional LTDA., através de sua controlada EDP Ventures, tendo ainda a opção de adquirir o seu controle após 3 anos e meio após a presente data.

O preço de aquisição foi de R\$20.000, dos quais R\$11.700 foram pagos na data do referido comunicado e R\$8.305 foram pagos em 07 de outubro de 2021, em função do cumprimento de metas de vendas definidas no Acordo de Investimento. As metas estavam condicionadas ao volume de venda em período de tempo determinado. Após a realização da transação, atendendo aos precedentes, a Companhia investiu percentual adicional de ações de 11,95%, totalizando a participação inicialmente acordada de 40% do capital votante da Blue Sol.

Os Diretores afirmam que a transação reforça o ciclo de crescimento da Companhia, com ênfase no segmento de distribuição, transmissão e energia renovável.

## 4) Conquista do Lote 1 Leilão de Transmissão nº 1/2021

Em 30 de junho de 2021 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, no Leilão para Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 1/2021, realizado pela ANEEL nesta data, a Companhia foi vencedora do Lote 1, situado nos estados do Acre e Rondônia, com RAP de R\$38,6 milhões, deságio de 36,6%. Este lote possui uma subestação e 350 km de linha de transmissão. Os contratos firmados com as empresas de construção (EPCistas) e fornecedores refletem um pacote de garantias adequadas para projetos desta natureza, demonstrando a solidez da alocação de capital da Companhia. O financiamento dos projetos prevê Emissões de Debêntures de Infraestrutura com alavancagem total estimada de até 70%. O fato deu origem

a constituição da EDP Transmissão Norte como subsidiária da EDP Trading.

Os Diretores afirmam que a transação reforça o ciclo de crescimento da Companhia, com ênfase no segmento de distribuição, transmissão e energia renovável.

#### 5) Aquisição da CELG-T

Em 14 de outubro de 2021 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, nesta data, venceu a licitação na modalidade de leilão, realizado na forma do edital CelgPar nº 02/2021, para alienação de 100% das ações da Celg Transmissão S.A. (“Celg-T”) pertencentes à Companhia Celg de Participações – CelgPar, pelo montante de R\$1.977.000. Nos termos do edital, a liquidação do leilão e a consumação da aquisição das ações Celg-T, por meio da celebração de contrato de compra e venda de ações, estão sujeitas a homologação do resultado do leilão pela Comissão de Licitação, aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, anuência da ANEEL e consumação do direito de preferência dos acionistas minoritários da CelgPar, que totalizam 0,1% de participação. As referidas aprovações e homologações ocorreram até 07 de fevereiro de 2022.

A CELG-T possui um portfólio de 755,5 Km de rede e opera 14 subestações (12 próprias e 2 como acessantes) no Estado de Goiás. O prazo de concessão vai até 2043 e 2046 e apresenta RAP de R\$223.000 (ciclo 2021/2022).

Os Diretores afirmam que a transação reforça o ciclo de crescimento da Companhia, com ênfase no segmento de distribuição, transmissão e energia renovável.

#### 6) Alienação de 100% do capital social das subsidiárias de transmissão

Em 19 de outubro de 2021 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, nesta data, foi assinado o contrato de compra e venda com empresa detida pela Actis Assessoria Investimentos Ltda (“Actis”) para formalizar a alienação de 100% do capital social detido pela Companhia referente 3 ativos de transmissão, sendo eles EDP Transmissão (“Lote 24”), EDP Transmissão TMA I (“Lote 7”) e EDP Transmissão TMA II (“Lote 11”), totalizando 439 Km de extensão e R\$131 milhões de RAP.

Em 28 de dezembro de 2021 a Companhia divulgou novo Comunicado ao Mercado informando a conclusão da venda, uma vez que foram atendidas todas as condições precedentes.

Devido a conclusão destas alienações, a Companhia baixou os saldos de Ativos e Passivos Não Circulantes Mentidos para Venda destes investimentos, que haviam sido desta forma classificados em agosto de 2021.

Os Diretores afirmam que a transação reforça a reciclagem de capital, permitindo cristalizar cada vez mais valor à Companhia.

#### 7) Rotação de Ativos de Geração

Em outubro de 2021, foram cumpridas as condições previstas no CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada (IFRS 5 - Ativos não correntes detidos para venda), para a classificação de 3 ativos de geração hídrica no Brasil como ativos e passivos não correntes mantidos para venda, sendo eles Energest S.A., Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A., e Companhia Energética do Jari - CEJA, que em conjunto totalizam o correspondente a 810MWm de capacidade instalada. Na referida data, a Companhia transferiu o saldo dos investimentos das empresas para a rubrica de Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda.

Os Diretores afirmam que a transação reforça a reciclagem de capital, permitindo cristalizar cada vez mais valor à Companhia.

#### 8) Desenvolvimento de Projeto Solar em larga escala

Em 25 de outubro de 2021, a EDP comunicou ao mercado que irá investir no desenvolvimento da usina fotovoltaica Monte Verde Solar (“Monte Verde ou Projeto”), com capacidade instalada de 209 MWac, em

conjunto com a EDP Renováveis S.A. (“EDPR”) em um co-investimento em partes iguais. Monte Verde está localizado no estado do Rio Grande do Norte, nas cidades de Pedro Avelino, Lajes e Jandaíra, já está outorgado e possui garantia de conexão ao sistema de transmissão, com previsão de início de operação em 2024. O projeto possui um contrato PPA de 15 anos com a EDP Trading, que por sua vez já alocou esta energia em contratos com a mesma maturidade. Este investimento reforça a orientação estratégica do Grupo EDP - Energias do Brasil, sendo o primeiro projeto de larga escala buscando ampliar sua participação no segmento de geração solar.

Os Diretores afirmam que a transação reforça o ciclo de crescimento da Companhia, com ênfase no segmento de distribuição, transmissão e energia renovável.

#### 9) EDP - Energias do Brasil adquire participação na Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC

Em 19 de dezembro de 2017 a Companhia divulgou Fato Relevante informando da celebração, naquela data, de Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual comprometeu-se a adquirir da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, 33,1% das ações ordinárias equivalentes a 5.140.868 ações, e 1,9% das ações preferenciais equivalentes a 437.807 ações, representando em conjunto, 14,46% do total de ações de emissão da CELESC.

A CELESC é uma holding de capital aberto que tem como atividade preponderante a geração, a transmissão e a distribuição de energia elétrica. Além disso, possui a controlada em conjunto Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS que atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

Nos termos do Contrato de Compra e Venda, a conclusão da operação estava sujeita à verificação de determinadas condições precedentes usuais a este tipo de transações, dentre as quais se incluíam: (i) a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, realizada em 14 de fevereiro de 2018; e (ii) a aprovação pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, realizada em 23 de fevereiro de 2018.

Em 21 de março de 2018 a Companhia divulgou Fato Relevante comunicando o atingimento da totalidade das condições precedentes, concluindo a aquisição das ações da CELESC pelo preço atualizado de R\$244.004, conforme previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações anteriormente celebrado.

Em 27 de março de 2018 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado, com posterior aditamento em 4 de abril de 2018, com o Edital de Oferta Pública Voluntária para Aquisição de Ações - OPA, nos termos da Lei das S.A. e do artigo 31 da Instrução CVM nº 361/02, para a aquisição de até 7.374.000 ações preferenciais correspondentes a, aproximadamente, 32% das ações preferenciais de emissão da CELESC. A OPA foi concluída em 26 de abril de 2018, tendo sido adquiridas 1.990.013 ações preferencias, pelo preço de R\$27,00 cada, totalizando no valor de R\$53.730.

Em 7 de novembro de 2018 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado a aquisição de 1.518.000 ações preferenciais da CELESC ao preço médio de R\$41,93, totalizando o montante de R\$63.653.

Em 02 de dezembro de 2019 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que adquiriu ações preferenciais adicionais da CELESC. Foram adquiridas, ao todo, 691.700 ações preferencias pelo preço médio de R\$41,15 cada, totalizando o valor de R\$28.463.

Entre os meses de junho a setembro de 2020, a Companhia adquiriu outras ações preferenciais da coligada. Foram adquiridas, ao todo, 1.753.200 ações preferencias pelo preço médio de R\$53,98 cada, totalizando o montante de R\$94.644.

Após a conclusão das operações acima, a Companhia passou a deter 6.390.720 ações preferenciais, acrescidas a 5.14.868 ações ordinárias, totalizando 11.531.588 ações, que representam 29,90% do capital social total da CELESC.

Os Diretores afirmam que a transação reforça o ciclo de crescimento da Companhia, com ênfase no segmento de distribuição e transmissão, além de ampliar a presença no Estado de Santa Catarina, iniciada com a parceria feita com a CELESC para a construção do Lote 21 de Transmissão.

#### 10) EDP - Energias do Brasil adquiri o Lote Q - Litoral Sul do Leilão de Transmissão nº 013/2015

Em 28 de maio de 2019 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando da celebração, em 27 de maio de 2019, a assinatura do contrato de compra e venda da CEE Power e Brafer para aquisição de 100% das quotas da Litoral Sul Transmissora de Energia Ltda. ("LSTE") com a controlada EDP Comercializadora. Por meio do Despacho nº 2.062/19, a ANEEL anuiu previamente a transferência de controle societário da LSTE à EDP Comercializadora, mediante a entrega dos documentos comprobatórios da formalização da operação. Em 09 de agosto de 2019, após a entrega dos respectivos documentos, a EDP Comercializadora passou a ser detentora da totalidade das quotas representativas do capital social da LSTE.

A LSTE arrematou o lote Q na 1ª etapa de leilão de transmissão 13/2015, ocorrido em abril de 2016, com 0% de deságio sobre a RAP máxima. O lote é composto por 2 subestações e 142 km de extensão de linha. O projeto está dividido em 2 trechos, sendo um em Santa Catarina, que já possui licença de instalação, representando 42% da RAP, e o outro entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, representando os 58% remanescentes, ambos com previsão de RAP parcial na entrada da operação.

O investimento total estimado é de R\$406.497, considerando o valor de aquisição e o Capex total nominal, bem como benefícios fiscais REIDI e Pró-Emprego. A alavancagem foi estimada em 85%. A RAP atualizada por IPCA é de R\$45,8 milhões. Considerando as premissas mencionadas, a rentabilidade real alavancada do investimento é superior a 12%.

O valor pela aquisição dos ativos foi de R\$75.631, atualizados monetariamente, sendo que R\$74.631 foram pagos em 09 de agosto de 2019 e R\$1.000 refere-se à holdback Regulatório da EDP Transmissão Litoral Sul relacionado à riscos de multas decorrente de atraso na escrituração de obrigações regulatórias à título de garantia.

A Assembleia Geral ocorrida em 16 de agosto de 2019, aprovou as seguintes alterações: (i) transformação do tipo societário da sociedade, passando de "sociedade limitada" para "sociedade por ações de capital fechado"; e (ii) alteração da denominação social de Litoral Sul Transmissora de Energia Ltda. para EDP Transmissão Litoral Sul S.A..

Os Diretores afirmam que o resultado no leilão reforça a presença da Companhia no segmento de Transmissão, diversificando a sua atuação na cadeia de valor do setor elétrico com perspectiva de rentabilidade adequada e risco controlado.

#### **c) Eventos ou operações não usuais**

Os Diretores entendem que este item não é aplicável, considerando que nos 3 últimos exercícios sociais não ocorreram eventos ou operações não usuais.

## 10.4. Comentários dos Diretores da Companhia sobre:

### (a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

#### 2021

A Companhia e suas controladas avaliaram em 2021 as seguintes alterações em práticas contábeis:

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR)	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato)	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Impostos diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

#### 2020

A Companhia e suas controladas avaliaram em 2020 as seguintes alterações em práticas contábeis:

## Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro ( <i>Conceptual Framework</i> )	Apresenta novos conceitos acerca da apresentação, mensuração e divulgação	<i>Conceptual Framework</i>	Estrutura Conceitual	10/12/2019
CPC 15 - Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 48 - Instrumentos Financeiros; CPC 40 - Instrumentos Financeiros – Evidenciação; e CPC 38 - Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR)	IFRS 9 / IFRS 7 e IAS 39	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis	IAS 1 e IAS 8	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos	IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2020
OCPC 09 – Relato integrado	Melhoria da qualidade da informação disponível aos investidores e demais <i>stakeholders</i> ; a promoção de uma abordagem mais coesa e eficiente do relato corporativo; e, entre outros	N/A	Orientação	01/01/2021

## Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 06 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR)	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2021
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato)	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade	IFRS 17	Pronunciamento	N/A

As alterações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e sua controlada estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

### 2019

A Companhia e suas controladas, a partir de 1º de janeiro de 2019, passaram a adotar a nova normas e interpretações, conforme descrito abaixo:

#### 1) CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento operacional que a Companhia e suas controladas possuem em aberto. Nos casos em que a Companhia ou suas controladas são arrendatárias, as mesmas reconheceram: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia e suas controladas deixaram de registrar no resultado os gastos relativos à aluguéis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2).

A Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 06 (R2), utilizando o expediente prático C8 (b) (ii), a partir de 1º de janeiro de 2019 retrospectivamente, com efeito cumulativo, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos

saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia e suas controladas não adotaram o expediente prático que as isentariam de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance CPC 06 (R1).

## 2) ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia e de suas controladas concluem que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia e de suas controladas entendem que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

## 3) Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPC's em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 – 2017. A Companhia e suas controladas não identificaram impactos significativos decorrentes das alterações destes normativos.

## 4) CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

Em março de 2018, diante das muitas alterações passadas feitas em diversas normas e interpretações, o IASB revisou a “Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro” (Conceptual Framework), conhecida no Brasil como Pronunciamento Técnico CPC 00. Diante dessa revisão pelo Comitê Internacional, no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 1º de novembro de 2019, conforme as disposições da Resolução CFC n.º 1.055/05 e alterações posteriores, aprovou o CPC 00 (R2), tornando pública sua aplicação no país.

Apesar da Estrutura Conceitual não ser um pronunciamento propriamente dito, sendo que nada contido nela se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento, para o Grupo é notória a importância de sua avaliação e divulgação de suas revisões, uma vez que a mesma é utilizada como base para reconhecimento contábil, conforme previsto no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (em correlação IAS 1). Ademais, sua importância se fundamenta também em seus seguintes objetivos práticos, a saber: nortear o desenvolvimento de normas futuras; auxiliar os preparadores das demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes (quando nenhum outro pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil); e auxiliar todos os usuários e preparadores a entender e interpretar os Pronunciamentos.

Conforme mencionado, as principais mudanças trazidas pela revisão se concentraram em atualizar a estrutura perante as normas emitidas pelo Comitê nos últimos anos, sendo as principais: (i) objetivo do relatório financeiro, que passa a ser o de fornecer informações úteis para a tomada de decisões de alocação de recursos, (ii) inclusão do conceito de prudência (definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos em condições de incerteza), como componente da neutralidade, (iii) definição da entidade que reporta, que pode ser tanto uma entidade legal, quanto também uma parte dela, e (iv) revisão das definições de ativo e passivo.

Conforme as decisões do Comitê Internacional, sua aplicação e efetividade são imediatas para àqueles que

desenvolvem as normas (IASB e IFRS Interpretations Committee), mas somente requerida para os preparadores das demonstrações a partir de 1º de janeiro de 2020. A Administração da Companhia e de suas controladas avaliaram a nova estrutura conceitual e não esperam que sua adoção cause impactos materiais nas Demonstrações Financeiras.

**(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis referentes aos 3 últimos exercícios sociais 2021 e 2020**

Na opinião dos Diretores da Companhia, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não houve efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia relativos às alterações nas práticas contábeis em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

**2019**

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2), a EDP – Energias do Brasil e suas controladas aplicaram o CPC 06 (R2), utilizando o expediente prático C8 (b) (ii), a partir de 1º de janeiro de 2019 retrospectivamente, com efeito cumulativo, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, conforme demonstrado abaixo:

	<b>Controladora</b>		
	<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>Ajustes adoção inicial</b>	<b>Saldo em 1º de janeiro de 2019</b>
<b>Ativo</b>			
Imobilizado	31.734	8.666	40.400
<b>Passivo</b>			
Outras contas a pagar (Circulante)	43.901	4.269	48.170
Outras contas a pagar (Não circulante)	6.488	4.397	10.885
	<b>Consolidado</b>		
	<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>Ajustes adoção inicial</b>	<b>Saldo em 1º de janeiro de 2019</b>
<b>Ativo</b>			
Imobilizado	6.661.984	80.520	6.742.504
<b>Passivo</b>			
Outras contas a pagar (Circulante)	238.369	33.341	271.710
Outras contas a pagar (Não circulante)	44.255	47.179	91.434

Na opinião dos Diretores da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, com exceção do CPC 06 (R2) acima destacado, não houve efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia relativos às demais alterações nas práticas contábeis em relação ao último exercício social, ou seja, o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

**(c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**

**2021, 2020 e 2019**

Os Diretores salientam que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes de acordo com as

práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e conforme as normas internacionais de relatório financeiro, *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo IASB, e que as mesmas não possuem ressalvas ou ênfases.

**10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimentos de receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que os Diretores da Companhia e os de suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados e consequências finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Os Diretores da Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao plano de benefícios pós-emprego, que é revisado semestralmente e a consequente redução ao valor recuperável, a qual é revisada conforme critérios detalhados abaixo.

Os Diretores da Companhia destacam abaixo as principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras:

#### ***Redução ao valor recuperável***

Em relação à redução ao valor recuperável, na opinião dos Diretores destacam-se os seguintes critérios utilizados na determinação no mesmo:

#### Ativos financeiros e Ativos contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

#### Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia e de suas controladas identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

A Administração da Companhia avaliou os possíveis impactos oriundos da pandemia da COVID-19 em relação a sua posição patrimonial e financeira, com o objetivo de identificar a existência de fatores que requeressem a realização de teste relativo ao valor recuperável de seus ativos não financeiros. Como resultado dessa avaliação, a Administração da Companhia concluiu com base em suas análises, que nesse momento, não há indicativos quanto a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos não financeiros.

Para a controlada em conjunto São Manoel, os Diretores destacam que, por meio de testes de sensibilidade, alterações regulatórias, e análise de indicadores, identificaram em 2019 indicativos de que o cálculo de valor recuperável da usina poderia estar subavaliado, tendo efeito sobre o lançamento de *impairment* reconhecido em 2016. Os indicadores identificados vão desde a homologação da nova Garantia Física, até fatores de melhora no cenário macroeconômico, componentes para desconto de fluxo de caixa na avaliação de investimentos, utilizados para cálculo do valor recuperável. Após realizadas as análises de indicadores e performedo o teste de recuperabilidade, utilizando as fontes internas e externas de informação previstas no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a São Manoel procedeu com o registro da reversão no montante de R\$111.191.

Para a controlada EDP Smart Serviços, verificou-se que o valor contábil líquido registrado dos ativos não é recuperável na EDP Smart Soluções, portanto, houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável na controlada EDP Smart Serviços no valor de R\$45.200.

Os Diretores destacam que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, após proceder ao teste de recuperabilidade dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos controlados é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão ou reversão para redução ao valor recuperável.

#### ***Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD***

Os Diretores destacam que, conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Contas a receber e, de acordo com a abordagem simplificada e quando necessário, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

Para as controladas de distribuição e comercialização, a PECLD foi registrada sobre toda a vida do recebível com base em aplicação de percentual calculado a partir de estudo histórico de inadimplência segregados por parâmetros de: (i) classe de consumidor; (ii) tensão; (iii) data de faturamento; e (iv) data de vencimento. Desta forma, foi constituída matriz de risco por período de inadimplência, ajustada pela expectativa econômica do exercício corrente, obtida por meio da previsão dos parâmetros do índice de inadimplência de mercado do Banco Central, sendo segregada pelo consumo regular e irregular. Para a PECLD dos recebíveis renegociados, os percentuais são aplicados com base nos vencimentos originais de cada documento renegociado.

As controladas de geração avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, as controladas de geração não identificaram a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas se mostram imateriais e controláveis.

Em relação às controladas de serviços, a PECLD é calculada levando em consideração o risco de crédito de seus clientes junto à Instituições de Crédito. Sempre que houver deterioração no rating do cliente em comparação ao momento em que ocorreu a venda, a perda é incrementada para os próximos 12 meses, independentemente de haver atraso. O atraso é um fator adicional considerado no cálculo da PECLD para determinar se a mesma é calculada ao longo da vida ou para os próximos 12 meses.

As controladas de transmissão não apresentam histórico e nem expectativas de perdas nos seus valores a receber, uma vez que possuem garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas correntes operacionalizadas pelo ONS ou diretamente pela Companhia e, portanto, não constitui perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

Para as controladas de Distribuição, apesar da Resolução Normativa ANEEL nº 936/21 que estendeu até setembro de 2021, o prazo de 30 para 120 dias para suspensão de energia de consumidor cativo inadimplente e mantém a suspensão para clientes classificados como Baixa Renda, a referida Resolução não extingue o débito, prevendo inclusive a cobrança de juros de mora e multa, no caso de atraso.

#### ***Ativos financeiros setoriais***

Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito a receber e são calculados utilizando premissas observáveis para as distribuidoras do setor de energia elétrica nos períodos de reajustes e revisões tarifárias. Sua mensuração leva em consideração a diferença temporal entre os custos orçados pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os Diretores destacam que as principais incertezas sobre este instrumento financeiro se devem ao risco do não reconhecimento de parte desses ativos pelo Poder Concedente.

### ***Realização dos créditos fiscais diferidos***

O Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

Os Diretores da Companhia e suas controladas elaboram projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente. Na opinião dos Diretores a Companhia e suas controladas possuem a capacidade de realização desses créditos fiscais nos próximos exercícios.

### ***Ativo financeiro indenizável***

Para as controladas de distribuição, estes ativos financeiros estão registrados pelo valor justo do direito na data da demonstração financeira e são calculados com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, homologados pela ANEEL a cada 3 ou 4 anos em laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Os Diretores destacam que as principais incertezas sobre este instrumento financeiro se devem ao risco do não reconhecimento de parte desses ativos pelo Poder Concedente e de seus respectivos preços de reposição ao término da concessão.

### ***Ativos da concessão***

#### Distribuição

Refere-se ao direito contratual da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo Intangível, conforme a forma de remuneração.

Os Diretores destacam que as principais incertezas sobre estes ativos se devem ao risco do não reconhecimento de parte desses ativos pelo Poder Concedente quando transferidos para o Ativo financeiro indenizável ou para o Ativo Intangível.

#### Transmissão

Os ativos contratuais incluem os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, conforme CPC 47.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, as transmissoras reconhecem receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de “ativo de contrato” até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque as transmissoras ainda detêm obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pelas controladas de transmissão.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

As controladas de transmissão receberão os ativos contratuais por meio da Receita Anual Permitida - RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuários da Rede Básica, que corresponde aos fluxos de caixa previstos no contrato de concessão.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Os Diretores destacam que as controladas de transmissão não estão expostas a um elevado risco de crédito.

#### ***Vida útil do imobilizado e intangível***

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

Os ágios estão sendo amortizados pela curva da expectativa de resultados futuros e pelo prazo de concessão e os direitos de concessão são amortizados pelo prazo remanescente da concessão.

Os Diretores acreditam que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos imobilizados e intangíveis.

#### ***Benefício pós-emprego***

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Anualmente, as controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest e Investco contratam atuários independentes para realização de avaliação atuarial de seus planos na modalidade de benefício definido, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado. São reconhecidas as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação na data do balanço é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes". Os custos com serviços passados são reconhecidos no período em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente. Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

Os Diretores salientam que as principais incertezas são as alterações nas premissas atuariais que podem acarretar impactos nas demonstrações financeiras.

#### ***Provisões***

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. Os Diretores destacam que as provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

Em relação às provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, as mesmas são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas.

#### ***Receita***

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados para os clientes, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados para o cliente ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e suas controladas, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e suas controladas reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os Diretores destacam que as receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

#### Distribuição

- i. *Fornecimento - Faturado*: São reconhecidos por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas com base na tarifa vigente homologada pelo órgão regulador
- ii. *Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado*: São reconhecidas pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos), sendo o valor justo da contraprestação calculado conforme tarifa de uso do sistema, a qual é definida pelo órgão regulador.
- iii. *Não faturado*: Refere-se a energia fornecida e/ou ao uso do sistema de distribuição que ainda não foram faturados correspondentes ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento das demonstrações financeiras. É estimada e reconhecida como receita não faturada considerando-se como base a carga real de energia distribuída no mês, o índice de perda anualizado e a tarifa vigente.
- iv. *Resultados de ativos financeiros setoriais*: É reconhecido mensalmente pela diferença entre os custos pertencentes à Parcela "A" efetivamente incorridos no resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica previstos na tarifa vigente pela ANEEL.
- v. *Suprimento - Faturado*: Refere-se a energia elétrica fornecida para outra concessionária, segundo condições contratuais. O montante da contraprestação é determinado pela quantidade de energia entregue multiplicada pela tarifa vigente estabelecida pelo órgão regulador.
- vi. *Energia de curto prazo*: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.
- vii. *Receita de construção*: O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições aos Ativos da concessão, não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida à Custo com construção da infraestrutura em igual montante.
- viii. *Subvenções vinculadas ao serviço concedido*: É reconhecida quando da efetiva aplicação de descontos nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo daquela efetivamente aplicada a consumidores beneficiários desses subsídios.

- ix. *Arrendamentos e alugueis*: A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

#### Geração

- i. *Suprimento de energia elétrica*: A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A controlada poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
- ii. *Energia de curto prazo*: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

#### Transmissão

- i. • *Receita de construção da Infraestrutura de construção*: A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS. As margens da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2021 está entre -23,72% e 47,25% sobre o custo real incorrido de construção no resultado. A referida margem é estimada pelas transmissoras levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL. Conforme o modelo praticado pelas transmissoras, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.
- ii. *Receita de Operação e Manutenção (O&M)*: A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem. As margens da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2021 equivalem a 5,00% a 218,00%. Conforme o modelo de negócios praticado pelas transmissoras, que trabalham com faixa de mark up para precificação que deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.
- iii. *Atualização dos Ativos da concessão*: O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão. O Ofício-circular SEP nº

01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento. As taxas de remuneração dos Ativos da Concessão das transmissoras representam de 5% a 13,65% a.a para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento das transmissoras, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos. As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador..

#### Comercialização

A receita é reconhecida com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE. Os contratos de compromisso futuro, são classificados como Instrumentos Financeiros, reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado conforme orientação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

#### Serviços

O reconhecimento da receita está diretamente associado à medição da prestação de serviços e de outros custos diretamente alocados, por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. Determinados contratos possuem componente de financiamento significativo, os quais são reconhecidos proporcionalmente ao longo do contrato utilizando a taxa de financiamento que seria refletida em uma transação separada entre as partes.

#### ***Mensuração à valor justo dos instrumentos financeiros***

Para apuração do valor justo, a Companhia e suas controladas projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

A Companhia elabora análises de sensibilidade que tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia e suas controladas mensurados a valor justo. Os Diretores destacam que, não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

#### **10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:**

(valores apresentados em milhares de Reais)

##### **a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

Os Diretores destacam que os valores apresentados abaixo referem-se aos montantes Consolidados do Grupo EDP – Energias do Brasil devidamente atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que representa o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP – Energias do Brasil.

##### ***(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos***

Os Diretores salientam que não existem carteiras de recebíveis não registradas nas Demonstrações Financeiras da Companhia e de suas controladas para os exercícios findos em 2021, 2020 e 2019.

##### ***(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços***

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações de compra com: (i) materiais; (ii) serviços; (iii) energia; (iv) encargos de conexão e transporte de energia; e (v) comercialização de energia	56.603.728	54.532.633	55.609.008

**(iii) contratos de construção não terminada**

Os Diretores salientam que os contratos de construção estão divulgados no item (iii) acima, uma vez que se caracterizam como contratos de prestação de serviços.

**(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Em 2021, segue abaixo a posição dos créditos contratados e ainda não recebidos:

Empresa	Instituição financeira	Montante total contratado	Montante recebido	Montante não recebido	Objeto
Mata Grande	Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	59.906	0	59.906	Financiamento de CAPEX para a construção do projeto de transmissão
EDP Trading	BNDES	250.000	0	250.000	Financiamento de CAPEX para a construção do projeto de transmissão da EDP Transmissão Litoral Sul
<b>Total</b>		<b>309.906</b>	<b>0</b>	<b>309.906</b>	

**b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os Diretores destacam que, adicionalmente aos montantes destacados acima, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Prêmio de risco - GSF	24.660	26.301	22.077
Juros vincendos de empréstimos, financiamentos e debêntures	3.090.752	2.366.318	2.380.327

**10.7. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:**

**a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Os Diretores destacam que os montantes apresentados no item 10.6 são compromissos futuros assumidos junto à fornecedores, prestadores de serviços, instituições financeiras e etc. e, quando houver a realização do serviço, recebimento dos produtos ou mercadorias, ou a competência dos juros, os montantes em questão serão registrados nas demonstrações financeiras do emissor afetando, principalmente, os custos e despesas operacionais e as despesas financeiras.

**b) Natureza e o propósito da operação**

Os Diretores destacam que os valores apresentados no item 10.6 refletem essencialmente os acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e suas controladas, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão.

**c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Os montantes envolvidos e as naturezas das operações encontram-se destacados no item 10.6.

**10.8. Comentários sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia:**

(em milhões de reais, exceto quando indicado)

**a) Investimentos, incluindo:**

**(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Os Diretores afirmam que os investimentos da Companhia totalizaram R\$2.424,9 em 2021 nos empreendimentos onde a Companhia detém controle integral (desconsiderando as participações das UHEs Santo Antônio do Jari, Cachoeira Caldeirão e São Manoel), sendo que a Distribuição correspondeu a 45,23%, a Transmissão a 43,44%, a Geração a 2,05%, e os demais negócios correspondem a 9,26%.

Em 2020, os investimentos totalizaram R\$1.894,5 nos empreendimentos onde a Companhia detém controle integral (desconsiderando as participações das UHEs Santo Antônio do Jari, Cachoeira Caldeirão e São Manoel), sendo que a Distribuição correspondeu a 39,69%, a Geração a 3,9%, a Transmissão a 53,88% e os demais negócios correspondem a 3,34%.

Em 2019, os investimentos totalizaram R\$2.818,2 nos empreendimentos onde a Companhia detém controle integral (desconsiderando as participações das UHEs Santo Antônio do Jari, Cachoeira Caldeirão e São Manoel), sendo que a Distribuição correspondeu a 23,0%, a Geração a 2,8%, a Transmissão a 71,2% e os demais negócios correspondem a 3,0%.

Em relação a valores previstos, os Diretores mantem a prática de não divulgar previsão ou projeções futuras de quaisquer naturezas, incluídas as projeções de investimentos.

**(ii) fontes de financiamento dos investimentos**

Os nossos Diretores afirmam que as principais fontes de financiamento dos nossos investimentos foram e deverão continuar sendo a nossa capacidade de geração de caixa bem como a obtenção de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras e emissões públicas e restritas de valores mobiliários.

Dentre as fontes de financiamento dos nossos investimentos, nossos Diretores destacam que o BNDES é o principal parceiro financeiro de longo prazo dado que possuem características aderentes aos padrões da Companhia, mas possuímos relacionamentos com outros parceiros financeiros que podem complementar essa atuação do BNDES.

**(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Em 2021 a administração da Companhia visou estrategicamente a alienação de 100% de participação nos investimentos das controladas EDP Transmissão, EDP Transmissão TMA I e EDP Transmissão TMA II. Portanto, em agosto de 2021, os ativos e passivos relativos foram apresentados nos grupos de não circulante mantidos para venda. Em 19 de outubro de 2021, foi firmado junto à empresa detida pela Actis Assessoria Investimentos Ltda. contrato de compra e venda de 100% do capital social detido pela EDP - Energias do Brasil das respectivas empresas. Com a conclusão dos processos de alienação, em 28 de dezembro de 2021 e os ativos deixaram de integrar os ativos mantido para venda e conseqüentemente o consolidado da Companhia

Em outubro de 2021, a Companhia reclassificou seu investimento na Energest S.A., cuja participação societária é de 100%, para a rubrica de Ativos não circulantes mantidos para venda.

Em 2020, mediante o cenário econômico decorrente da COVID-19, a Administração da Companhia declinou sobre a intenção da alienação da participação no investimento Energest S.A., a qual volta a integrar o grupo

de investimento do Grupo EDP - Energias do Brasil S/A.

Em 2019, a Companhia reclassificou seu investimento na Energest S.A., cuja participação societária é de 100%, para a rubrica de Ativos não circulantes mantidos para venda.

Para mais informações sobre as operações já concluídas, vide item 10.3 deste Formulário de Referência.

**10.9. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:**

Segundo os Diretores da Companhia, não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção "10".

\* \* \*

## ANEXO IV

### Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2021

Item 9-1-II

(em milhares de reais, exceto quando indicado)

**1. Informar o lucro líquido do exercício:**

Lucro Líquido (em reais)	Lucro Líquido Ajustado - LLA (em reais)
R\$ 2.159.838.338,73	R\$ 2.159.838.338,73

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio, já declarados:**

(a) Juros Sobre Capital Próprio (JSCP) (em reais)	Valor por ação (JSCP) (em reais)
R\$ 454.811.000,00	R\$ 0,7892318369
R\$ 386.589.350 (*)	R\$ 0,6708470613 (*)

(\*) JSCP líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

(b) Dividendos Adicionais (em reais)	Valor por ação (em reais)
R\$ 803.189.000,00	R\$ 1,3937708847

**3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:**

%Lucro Líquido (*)	%LLA
61,31%	61,31%

(\*) Lucro Líquido deduzido da constituição da reserva legal

**4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:**

A Companhia não distribuiu dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

**a) O valor bruto do dividendo e juros sobre capital próprio de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:**

(b) Dividendos Adicionais (em reais)	Valor por ação (em reais)
R\$ 803.189.000,00	R\$ 1,3937708847 (*)

(\*) O valor por ação do dividendo adicional mencionado neste item poderá ser alterado para refletir o número de ações ex-tesouraria à data da Assembleia Geral tendo em vista a evolução do Programa de Recompra de ações da Companhia em curso.

**b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio:**

Os dividendos e juros sobre o capital próprio serão pagos aos acionistas até 30 de junho de 2022.

**c) Eventual incidência de atualização e juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio:**

Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio.

**d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para**

**identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:**

Os juros sobre o capital próprio deliberado pelo conselho de administração em reunião realizada em 29 de dezembro de 2021, foram creditados aos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia na data-base de 05 de janeiro de 2022, inclusive. Os dividendos adicionais, serão pagos aos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia na data-base da Assembleia Geral da EDP Brasil, agendada para se realizar no dia 05 de abril de 2022, passando as ações de emissão da Companhia a serem negociadas ex-dividendos a partir de 06 de abril de 2022 (quinta-feira), inclusive.

**Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores:****a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados:**

Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

**b) Informar a data dos respectivos pagamentos:**

Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:****a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores:**

31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
R\$ 3,69863	R\$2,49565	R\$2,21204	R\$2,09953

**b) Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores:**

Juro sobre Capital Próprio		
31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
R\$ 0,27124854	R\$ 0,39020773	R\$ 0,7241259

Dividendos		
31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
R\$ 0,728751453	R\$ 0,194262378	R\$ 0,061338999

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:****a) Identificar o montante destinado à reserva legal:**

Reserva Legal (em reais)
R\$ 107.991.916,94

**b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:**

A Reserva Legal é constituída aplicando 5% no lucro líquido ajustado até o limite de 20% do capital social.

**9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:****a) escrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos:**

A Companhia não possui ações preferenciais.

**b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos:**

A Companhia não possui ações preferenciais.

**c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa:**

A Companhia não possui ações preferenciais.

**d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais:**

A Companhia não possui ações preferenciais.

**e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

A Companhia não possui ações preferenciais.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório:**

**a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:**

A parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 I, II, e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída ao acionista como dividendo anual mínimo obrigatório.

**b) Informar se ele está sendo pago integralmente:**

O dividendo será pago integralmente.

**c) Informar o montante eventualmente retido:**

Não houve montante retido.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia:**

**a) Informar o montante da retenção:**

Não houve montante retido.

**b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez ao capital de giro e fluxos de caixa positivos:**

Não houve montante retido.

**c) Justificar a retenção dos dividendos:**

Não houve dividendo retido.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:**

**a) Identificar o montante destinado à reserva:**

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

**b) Identificar a perda considerada provável e sua causa:**

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

**c) Explicar porque a perda foi considerada provável:**

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

**d) Justifica a constituição da reserva:**

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:**

**a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar:**

Não houve destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

**b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva:**

Não houve destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:**

**a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva:**

Não houve destinação de resultado para reservas estatutárias.

**b) Identificar o montante destinado à reserva:**

Não houve destinação de resultado para reservas estatutárias.

**c) Descrever como montante foi calculado:**

Não houve destinação de resultado para reservas estatutárias.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:**

**a) Identificar o montante da retenção**

Retenção de lucros no montante de **R\$793.846.421,79**, observados eventuais acréscimos ou deduções, em razão do cálculo para apuração do dividendo adicional.

**b) Fornecer cópia do orçamento de capital**

Abaixo segue a proposta de orçamento de capital:

A EDP - Energias do Brasil S.A. planeja investir 2.187.607.631,39 no ano de 2022 nos segmentos de Distribuição, Transmissão, Geração Distribuída, Geração Hídrica e Termoelétrica, com o objetivo de dar continuidade à sua estratégia de expansão, destacando-se os investimentos no segmento de Transmissão, além dos investimentos relacionados com a atividade de distribuição de energia nas respectivas áreas de concessão para atendimento do mercado, projetos especiais e regulatórios, de modo a contribuir para o atingimento do objetivo estratégico de consolidar a sua presença no setor elétrico brasileiro, assim como para trazer maior equilíbrio ao portfólio de negócios com vistas à geração de valor para os acionistas.

Para a viabilização dos projetos orçados para 2022 serão utilizados recursos próprios e de terceiros, assim como aqueles consignados na Reserva de Retenção de Lucros. Desse modo, com o objetivo de dar continuidade aos investimentos em curso, bem como iniciar projetos que atendam ao seu objetivo estratégico, a Companhia propõe destinar o valor de R\$ 793.846.421,79 para a Reserva de Retenção de Lucros, conforme orçamento de capital, cuja aprovação é submetida aos acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores.

A seguir é apresentado o resumo das aplicações e origens do Programa de Investimentos (orçamento de capital):

**PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PARA 2022 APLICAÇÕES**

Os investimentos em energia elétrica compreendem aplicações em projetos já em andamento da companhia, bem como novos projetos para expansão das operações no Brasil.

<b>TOTAL</b>	<b>R\$2.187.607.631,39</b>
<b>RECURSOS</b>	
Retenção de lucros 2020	<b>R\$ 793.846.421,79 *</b>
Recursos próprios e/ ou de terceiros	<b>R\$ 1.393.761.209,60</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$2.187.607.631,39</b>

\* Observados eventuais acréscimos ou deduções, em razão do cálculo para apuração do dividendo adicional, indicada no item 5 deste Anexo IV.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

**a) Informar o montante destinado à reserva**

Não houve destinação de resultado para reservas de incentivos fiscais.

**b) Explicar a natureza da destinação**

Não houve destinação de resultado para reservas de incentivos fiscais.

\* \* \*

## ANEXO V

### Informações sobre os Conselheiros de Administração a serem eleitos e matérias correlatas

Nos termos do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

De acordo com a Lei das S.A., a eleição de membros do Conselho de Administração pode ser realizada por votação majoritária, processo de voto múltiplo e/ou votação em separado. Como os diversos procedimentos de votação podem impactar na fixação do número de membros do Conselho de Administração, para melhor compreensão da dinâmica dessa eleição os processos de votação são detalhados a seguir:

#### ***Votação Majoritária***

Nesta hipótese, a votação dos candidatos poderá ser feita de forma individualizada, considerando-se cada um dos candidatos isoladamente ou por chapa única de candidatos, sendo que, **a Administração propõe que a eleição seja realizada por chapa única indicada no item 12.5 abaixo**. Para permitir a maior participação dos acionistas, o presidente da Assembleia Geral colocará em votação o nome da chapa indicada pela administração e, se for o caso, pelos demais acionistas da Companhia. Dessa forma, os acionistas poderão manifestar seus votos favoráveis, contrários ou de abstenção para chapa indicada. Tendo em vista que o artigo 129 da Lei das S.A. prevê que as deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria absoluta de votos, desconsideradas as abstenções, a eleição dos membros do conselho de administração dependerá do voto favorável de mais da metade dos votos válidos dos presentes proferidos em tal eleição.

#### ***Voto Múltiplo***

Considerando que o capital social da Companhia é de R\$ 5.502.715.947,12, nos termos da Instrução CVM 165, conforme alterada, os Acionistas da Companhia, representando no mínimo 5% do capital social, poderão requerer, por escrito, a adoção do processo de voto múltiplo. Os Acionistas que pretendam requerer a adoção do processo de voto múltiplo deverão fazê-lo, por escrito, à Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral, aos cuidados da Gerência de Relações com Investidores.

Se validamente requerida a adoção de procedimento de voto múltiplo, serão atribuídos a cada ação tantos votos quantos sejam os cargos a serem preenchidos, sendo permitido ao Acionista o direito de acumular votos em um só candidato ou distribuí-los entre vários candidatos. Na Assembleia Geral, a mesa, com base nas informações constantes no “Livro de Presença”, em cumprimento no disposto no artigo 141, § 1.º, *in fine*, da Lei das S.A., informará o número de votos necessário para, em qualquer cenário, eleger 1 (um) membro do conselho de administração no âmbito do voto múltiplo.

#### ***Eleição em separado***

Além da utilização do processo de voto múltiplo, o artigo 141, §4º a Lei das S.A. garante o direito de exigir a realização de uma votação separada para eleição de 1 (um) membro do conselho de administração e respectivo suplente, à maioria dos acionistas titulares de, pelo menos, 10% do total de ações com direito a voto (de acordo com interpretação do Colegiado da CVM do artigo 141, §5º da Lei das S.A., conforme reuniões de 08/11/2005 - Processo CVM RJ2005/5664 de 11/04/2006), sendo os demais membros eleitos pelo voto múltiplo ou votação majoritária, conforme o caso.

Ressaltamos que em consonância com o artigo 16 do estatuto social e em cumprimento ao Regulamento do Novo Mercado, no mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do conselho de administração deverão ser conselheiros independentes, tendo conselheiro independente a definição atribuída no Regulamento do Novo Mercado. Também é considerado conselheiro independente o eleito mediante exercício do direito de eleição em separado dos acionistas minoritários previsto no artigo 141, § 4.º, inciso I, da Lei das S.A.

Assim, com a reeleição dos membros do Conselho de Administração da EDPBR sua composição passará a ser a seguinte:

<b>Posição no Conselho de Administração</b>	<b>Nome</b>
<i>Presidente</i>	<i>Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas</i>
<i>Vice-Presidente</i>	<i>João Manuel Veríssimo Marques da Cruz</i>
<i>Membro</i>	<i>Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira</i>
<i>Membro</i>	<i>Vera de Moraes Pinto Pereira Carneiro</i>
<i>Membro</i>	<i>Ana Paula Garrido Pina Marques</i>
<i>Membro (Conselheiro Independente)</i>	<i>Pedro Sampaio Malan</i>
<i>Membro (Conselheiro Independente)</i>	<i>Francisco Carlos Coutinho Pitella</i>
<i>Membro (Conselheiro Independente)</i>	<i>Modesto Souza Barros Carvalhosa</i>
<i>Membro (Conselheiro Independente)</i>	<i>Juliana Rozenbaum Munemori</i>

**Eleição dos membros do Conselho de Administração para o exercício de 2022/2024**  
Item 12.5

Composição proposta para o Conselho de Administração da Companhia para o mandato 2022-2024

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF/Passaporte	Cargo Eletivo ocupado	Data da Eleição-prevista	Data da Posse	Prazo de Mandato	Eleito pela Controladora	Outros Cargos exercidos na Companhia	Membro Independente	Número de mandatos consecutivos
Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas	12.11.1970	Engenheiro	233.022.348-05	Presidente do Conselho	AGO de 05.04.2022	Até 30 dias após a eleição	2 (dois) anos	Sim	•Presidente do Comitê de Remuneração	Não	8
João Manuel Veríssimo Marques da Cruz	23.05.1961	Economista	CB401904	Vice-Presidente do Conselho	AGO de 05.04.2022	Até 30 dias após a eleição	2 (dois) anos	Sim	•Diretor Presidente •Membro do Comitê de Sustentabilidade •Membro do Comitê de Inclusão e Diversidade	Não	6
Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira	11.10.1972	Engenheiro	CB890423	Conselheiro de Administração	AGO de 05.04.2022	Até 30 dias após a eleição	2 (dois) anos	Sim	•Membro do Comitê de Auditoria •Membro do Comitê de Remuneração	Não	2
Ana Paula Garrido de Pina Marques	03.12.1973	Economista	CB779570	Conselheira de Administração	AGO de 05.04.2022	Até 30 dias após a eleição	2 (dois) anos	Sim	•Membro do Comitê de Inclusão e Diversidade	Não	2
Vera de Moraes Pinto Pereira Carneiro	23.04.1974	Economista	CB588673	Conselheira de Administração	AGO de 05.04.2022	Até 30 dias após a eleição	2 (dois) anos	Sim	•Membro do Comitê de Inclusão e Diversidade	Não	2
Pedro Sampaio Melani	19.02.1943	Economista	028.897.227-91	Conselheiro	AGO de 05.04.2022	Até 30 dias após a eleição	2 (dois) anos	Não	•Presidente do Comitê de Sustentabilidade	Sim	15
Francisco Carlos Coutinho Pitellari	09.02.1953	Engenheiro-Civil	370.030.977-53	Conselheiro	AGO de 05.04.2022	Até 30 dias após a eleição	2 (dois) anos	Não	•Presidente do Comitê de Auditoria •Membro do Comitê de Governança Corporativa e Partes Relacionadas	Sim	14
Modesto Souza Barros Carvalho	15.03.1932	Advogado	007.192.698-49	Conselheiro	AGO de 05.04.2022	Até 30 dias após a eleição	2 (dois) anos	Não	•Presidente do Comitê de Governança Corporativa e Partes Relacionadas •Membro do Comitê de Auditoria •Membro do Comitê de Remuneração	Sim	16
Juliana Rozenbaum Munemori	21.07.1976	Economista	081.606.157-28	Conselheira	AGO de 05.04.2022	Até 30 dias após a eleição	2 (dois) anos	Não	•Presidente do Comitê de Inclusão e Diversidade •Membro do Comitê de Governança Corporativa e Partes Relacionadas •Membro do Comitê de Sustentabilidade	Sim	3

## Currículos

### Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas

Permaneceu no Brasil de 2008 a 2021. Miguel Setas assumiu, em janeiro de 2014, a Presidência da EDP Energias do Brasil. Entre 2010 e 2013, foi o Vice-Presidente responsável pelo negócio da Distribuição (CEO das empresas EDP Bandeirante e EDP Escelsa - *Subsidiárias Integrais da Emissora*) e anteriormente, durante 2 anos, o Vice-Presidente responsável pelos Novos Negócios, Comercialização e Renováveis. Entrou para o Grupo EDP (Portugal) em 2006, como Chefe de Gabinete do Presidente do Conselho de Administração Executivo da EDP Energias de Portugal (*Acionista Controladora da Emissora 51%*). Foi ainda membro da Administração da EDP Inovação (onde ainda se mantém), da Portgás e da Fundação EDP. Formou-se em Engenharia Física no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, onde também fez o Mestrado em Engenharia Electrotécnica e de Computadores. Em 1996, fez o MBA na Universidade Nova de Lisboa. Entrou para o sector da Energia em 1998, como Diretor Corporativo da GDP - Gás de Portugal. Desde então manteve-se ligado ao sector energético, tendo sido Administrador da Setgás, entre 1999 e 2001, e Administrador Executivo da LisboaGás, entre 2000 e 2001. Até 2004, foi Diretor de Marketing Estratégico do Grupo Galp Energia. Entre 2004 e 2006 foi Administrador da CP - Comboios de Portugal. Neste período presidiu à Comissão Executiva da CP Lisboa. Começou a sua vida profissional em 1995, como Consultor na McKinsey & Company, onde desenvolveu atividade em sectores tão diversos como Energia, Banca, Seguros, Distribuição e Indústria. Foi eleito em 21 de Abril de 2015 para exercer funções como membro do Conselho de Administração Executivo da EDP Energias de Portugal.

### João Manuel Veríssimo Marques da Cruz

Licenciado em Gestão pelo ISE – Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa (1984), MBA de Gestão na Universidade Técnica de Lisboa (1989) e Pós-graduação em Marketing e Gestão de Linhas Aéreas pela IATA – International Air Travel Association e Bath University – UK (1992). Entre 1984 e 1999 assumiu na TAP Air Portugal várias funções, tendo sido nomeadamente Director-Geral. Entre 1997 e 1999 assumiu o cargo de Administrador na TAPGER. Entre 2000 e 2002 foi Administrador da EMEF e em outras Companhias do grupo CP. De Dezembro de 2002 a fevereiro de 2005 assumiu funções de Presidente da Comissão Executiva da Air Luxor. Entre 2005 e 2007 foi Presidente do ICEP - Instituto do Comércio Externo de Portugal. Foi membro do Conselho de Administração da EDP Internacional entre 2007 e 2012 e em 2009 foi nomeado Presidente do Conselho de Administração da CEM - Companhia de Electricidade de Macau. Foi eleito para membro do conselho de Administração Executivo da EDP Renováveis em Maio 2012, eleito Presidente da Câmara Comércio Luso-Chinesa em Abril de 2012 e Presidente da EDP Internacional em Setembro de 2014. Foi eleito para membro do Conselho de Administração Executivo da EDP Energias de Portugal (*Acionista Controladora da Emissora 51%*) em 20 de Fevereiro de 2012 e reeleito em 21 de Abril de 2015. É membro do conselho de administração da EDP – Energias do Brasil desde abril de 2015.

### Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira

É membro do Conselho de Administração Executivo do Grupo EDP, CEO interino da EDP Renováveis, CEO da EDP Espanha e membro do Conselho de Patronos da Fundación EDP. É também responsável pela Unidade de Gestão de Energia do Grupo EDP. Está no Grupo EDP desde março de 2004, onde liderou o Planeamento e Controle Corporativo até 2007. Nesse ano, assumiu o cargo de CFO da EDP Renewables Europe e da EDP Renováveis. De 2008 a 2015, integrou o Conselho de Administração e a Comissão Executiva da EDP Renováveis. Em 21 de abril de 2015, foi eleito membro do Conselho de Administração Executivo da EDP e reeleito em 5 de abril de 2018. Entre abril de 2015 e julho de 2020 ocupou o cargo de Presidente do Conselho de Administração da EDP Gestão da Produção de Energia. De 1996 a 1997, foi adjunto do Diretor do Departamento Comercial Marítimo da Gellweiler – Sociedade de Equipamentos Marítimos e Industriais. Entre 1997 e 2001 trabalhou na Det Norske Veritas como Project Manager e Surveyor em estruturas offshore, construção naval e reparação naval. Em seguida, foi consultor da McKinsey & Company de 2001 a 2004, onde se concentrou nas áreas de energia, transporte marítimo e banca de retalho. É licenciado em Engenharia Naval pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa, tem um MBA pela Universidade Nova de Lisboa e é graduado pela Harvard Business School no Advanced Management Program.

### Ana Paula Marques

Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia do Porto (FEP), concluiu um MBA, no INSEAD, em 2002, em França e em Singapura. Frequentou programas para Gestão de Executivos no IMD de Lausanne e na Harvard Business School. Iniciou a sua carreira profissional na área de Marketing da Procter & Gamble, entre 1996 e 1998. Integrou a Optimus em 1998 na Unidade de Negócio de PMEs. Entre 2003 e 2007 foi Directora de Marketing da Unidade de Negócio Particulares, tendo acumulado a função de Directora de Marca e Comunicação a partir de 2005. Entre 2008 e 2009 assumiu a Direção de Marketing e Vendas da Unidade de Negócio Particulares. De janeiro de 2010 a setembro de 2013, foi Administradora Executiva da Optimus com as áreas de Marketing e Vendas Residencial, Serviço ao Cliente, Operações e Programas Transversais. Entre 2011 e 2014 foi Presidente da APRITEL (Associação Portuguesa dos Operadores de Telecomunicações). Desde 2013, é membro do Conselho de Administração Executivo da NOS SGPS e Vice-Presidente desde abril de 2019, com as áreas de Transformação, Digital, Pessoas e Organização, Marca e Comunicação, Serviço ao Cliente, Logística, Instalação e Manutenção, entre outros. Desde 2016, é administradora não-executiva do Conselho da SportTV. É também Professora Convidada na Porto Business School, desde 2007, e na Faculdade de Economia do Porto, desde 2013.

### **Vera de Morais Pinto Pereira Carneiro**

Licenciada em Economia pela Universidade NOVA de Lisboa, conclui em 2000 um MBA, no INSEAD, em Fontainebleau, França. Iniciou a sua carreira profissional como associada da Mercer Management Consulting (atual Oliver Wyman) entre 1996 e 1999, tendo posteriormente, entre 2001 e 2003, sido sócia fundadora da Innovagency Consulting. Em 2003 passou para a TV Cabo Portugal (actual NOS) onde começou por ser Diretora de Marketing Estratégico, tendo em maio de 2004 assumido a função de Diretora do Serviço de TV. Em 2007, transitou para a Portugal Telecom onde assumiu o cargo de Diretora do Serviço de TV da MEO, coordenando lançamentos relevantes como o do serviço de televisão do MEO sobre IPTV e satélite, o serviço MEO Go! que permitiu a visualização de televisão em múltiplos dispositivos (pc, tablets e smartphones), o primeiro serviço de Vídeo-a-pedido (VOD) em Portugal e a experiência interativa na TV, um estudo de caso a nível internacional. Entre janeiro de 2014 e março de 2018, assumiu a função de Vice-Presidente Executiva da Fox Networks Groups e Diretora-Geral para a Península Ibérica, sendo ainda membro da Equipe de Liderança Executiva do Grupo para a Europa e África. Nesta função, assumiu a gestão de mais de 15 canais de televisão na Ibéria e o fornecimento de mais 40 canais para outros mercados da Europa e África. Na Fox assumiu ainda a supervisão do negócio global da National Geographic na Ibéria, desde o negócio editorial, às exposições e merchandising. Durante este período integrou ainda, como membro não executivo, a Administração da Pulsa Media, sediada em Barcelona, uma empresa de intermediação na comercialização de espaços televisivos publicitários, representando os canais de DTT e PayTV de vários grupos de media no mercado espanhol. Em 5 de Abril de 2018 foi eleita para membro do Conselho de Administração Executivo da EDP, onde assumiu funções como Presidente da EDP Comercial e da EDP Soluções Comerciais, bem como membro do Conselho da EDP Espanha, da EDP Renováveis e da Fundação EDP. É membro da Direcção do Instituto Português de Corporate Governance, desde junho de 2019 e da Direcção da Charge Up Europe desde setembro de 2020.

### **Pedro Sampaio Malan**

Presidente do Conselho Consultivo Internacional do Itaú Unibanco; Membro dos Conselhos Consultivos da ALCOA – América Latina e da BUNGE – Brasil. Membro dos Conselhos de Administração das seguintes empresas: EDP – Energias do Brasil; Souza Cruz; Mills Engenharia. Membro do Conselho Curador (Trustee) da IFRS Foundation; Diretor da Thomson Reuters Founders Share Company e membro da Temasek International Panel. Professor do Departamento de Economia da PUC do Rio de Janeiro. Foi Presidente do Conselho de Administração do Unibanco; Ministro da Fazenda; Presidente do Banco Central do Brasil; Consultor Especial e Negociador-chefe para Assuntos da Dívida Externa – Ministério da Fazenda; Diretor Executivo do Banco Mundial; Diretor Executivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento; Diretor do Centro de Empresas Transnacionais da Organização das Nações Unidas-ONU; Diretor do Departamento de Economia Internacional e Assuntos Sociais da ONU. Formado em Engenharia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Ph. D. em Economia pela Universidade de Berkeley, Califórnia. É autor de dezenas de artigos e ensaios sobre economia publicados em revistas especializadas e livros tanto no Brasil como no exterior.

### **Modesto Souza Barros Carvalhosa**

Autor de inúmeros [livros](#) e [artigos](#) em revistas especializadas. Palestrante e conferencista em seminários académicos e encontros profissionais. Inscrito na OAB, Secções de São Paulo e Rio de Janeiro. Presidente do Tribunal de Ética da OAB, Secção de São Paulo – OAB/SP – 1991/1994. Membro da International Faculty for Corporate and Capital Market Law and Securities Regulation – Filadélfia, E.U.A. – 1975/1985. Professor efetivo (tenure) de Direito Comercial da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP – 1971/1985. Consultor Jurídico da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA – 1965/1975. Professor Livre-Docente em Direito Comercial da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP – 1972. Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo – USP – 1966, Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo – USP – 1957. Membro do Conselho de Administração da Companhia Melhoramentos de São Paulo.

### **Francisco Carlos Coutinho Pitella**

Diretor de Relações com Investidores da GTD Participações S.A., empresa com investimentos na EDP – Energias do Brasil S.A. Presidente do Comitê de Investimento do Energia PCH Fundo de Investimento em Participações. Presidente do Conselho de Administração e Diretor Geral da Juruena Participações e Investimentos S.A., empresa com investimentos em PCHs no Estado do Mato Grosso. Representa as “tradings” Marc Rich Investment AG, Stratton Metals Ltd e Trafigura AG na importação e exportação de minérios e metais. Foi membro dos Conselhos de Administração e Fiscal da Escelsa e da Enersul (Subsidiárias da Emissora). Foi Diretor da Vale Do Rio Doce Alumínio S.A., membro dos Conselhos de Administração das empresas Valesul Alumínio S.A. e Mineração Rio Do Norte S.A. e dos Conselhos Consultivo da ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A. e ALNORTE – Alumina Do Norte Do Brasil S.A. Foi Diretor Geral para a América do Sul das “tradings” Aioc Corporation e Marc Rich Investment AG. Engenheiro Civil, formado pela Escola Nacional de Engenharia da UFRJ.

### **Juliana Rozenbaum Munemori**

Juliana acumulou 13 anos de experiência em Sell Side Equity Research, com foco primordial em empresas do setor de consumo e varejo. Desde julho de 2013, é membro do Conselho de Administração da Arezzo&Co e Coordenadora do Comitê de Estratégia. Desde junho de 2016, é membro efetivo independente do Conselho de Administração da Duratex S.A, além do Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos e do Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas. Na Lojas

Renner S.A. é membro Independente do Conselho de Administração desde abril de 2017 além de membro do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos. Passou por algumas instituições financeiras entre 2000 e maio de 2013, mas primordialmente no Itau BBA. Entre 2013 e 2017, atuou como consultora em projetos de consumo e varejo do Investment Banking do Itaú BBA. Também faz parte do Conselho Consultivo da Uatt, empresa de Empreendedores Endeavor, organização da qual é mentora ativa. Anteriormente, atuou como economista no Buy Side de instituições como JGP, Pactual e Icatu. Ao longo dos anos foi várias vezes premiada pela Institutional Investor por sua cobertura dos setores de varejo e bens de consumo. Graduada em Economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro e detém a designação CFA.

## **Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência**

*Letra (k) do item 12.5 da IN/CVM 480*

A Emissora informa que para determinar a independência do Conselheiro utiliza o critério expresso no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Os membros independentes indicados nesta proposta apresentaram à Companhia declaração própria, assinada, atestando o seu enquadramento, assim como o Conselho de Administração, em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, atestando cada um individualmente, que:

- (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia;
- (ii) não tem o exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da EDP vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia;
- (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador;
- (iv) não foi, nos últimos três anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador;
- (v) não tem parentesco afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador;
- (vi) não foi, nos últimos três anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia;
- (vii) não teve relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;
- (viii) não ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; e
- (ix) não recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do Conselho de Administração ou de Comitês da Companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum.

## **Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos**

*Letra (n) do item 12.5 da IN/CVM 480*

Todos os membros indicados para o cargo de Conselheiro de Administração no item 12.5 declaram, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não houve qualquer condenação criminal, e/ou condenação em processo administrativo da CVM, bem como, não há conhecimento de qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado qualquer Conselheiros (as) para a prática de atividade profissional ou comercial.

**12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo**

<b>Conselheiro</b>	<b>Item 12.6.</b>
	Percentual de participação nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas no último exercício após a posse no cargo
Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas	100%
João Manuel Veríssimo Marques da Cruz	100%
Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira	100%
Ana Paula Garrido e Pina Marques	100%
Vera de Moraes Pinto Pereira Carneiro	95%
Pedro Sampaio Malan	100%
Francisco Carlos Coutinho Pitella	100%
Modesto Souza Barros Carvalhosa	100%
Juliana Rozenbaum Munemori	100%

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.**

Os membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração não estatutário, são todos Conselheiros da Companhia e suas respectivas informações se encontram descritas no quatro 12.5 acima.

**12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.**

Conselheiro	Item 12.8.
	Percentual de participação nas Reuniões de Comitês realizadas no último exercício após a posse no cargo
Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas	100%
João Manuel Veríssimo Marques da Cruz	100%
Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira	80%
Ana Paula Garrido e Pina Marques	100%
Vera de Moraes Pinto Pereira Carneiro	100%
Pedro Sampaio Malan	n/a
Francisco Carlos Coutinho Pitella	100%
Modesto Souza Barros Carvalhosa	100%
Juliana Rozenbaum Munemori	100%

**12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

Para os fins do item 12.9 do “Formulário de Referência” (IN CVM 480/2009) não há qualquer relação conjugal, união estável ou parentesco relação de subordinação, prestação de serviço ou controle nos termos do referido item 12.9.

**12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

Para os fins do item 12.10 do “Formulário de Referência” (IN CVM 480/2009), não há qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle nos termos do referido item 12.10.

\* \* \*

## ANEXO VI

### Informações acerca da Remuneração dos Administradores

Item 13 – Formulário de Referência

Instrução CVM 480/2009

#### 13.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Não Estatutária, Conselho Fiscal, Comitês Estatutários e dos Comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

##### a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração tem como objetivo assegurar a atração e retenção de profissionais altamente qualificados e incentivar o alcance dos objetivos e a superação de metas, visando à agregação de valor à Companhia. Todo o processo está sustentado por pesquisas constantes de mercado, qualitativa e quantitativa, conduzidas, atualmente, por empresa especializada e de renome internacional.

A Companhia dispõe de uma política de remuneração de seus Diretores. A referida política não está disponível para acesso a terceiros ou demais colaboradores, estando restrita a área de Recursos Humanos.

##### b. Composição da remuneração, indicando:

*(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles*

##### Conselho de Administração

- Remuneração Fixa
  - Salário ou Pró-Labore: Honorário pago mensalmente, calculado conforme senioridade e complexidade da posição em questão e de acordo com as melhores práticas de mercado. O objetivo do salário, ou pró-labore, é remunerar o conselheiro pelos serviços prestados.
  - Benefícios Diretos ou Indiretos: Não se aplica
  - Remuneração por participação em comitês: Honorário pago mensalmente, calculado conforme senioridade e complexidade da posição em questão e de acordo com as melhores práticas de mercado. O objetivo da remuneração por participação em comitês é compensar o conselheiro pelo desempenho de uma atividade adicional – a participação no comitê - às atividades naturalmente inerentes a um membro do conselho de administração.
  - Outros: Com relação aos membros do conselho de administração que recebem remuneração, são recolhidos ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS os valores legalmente previstos sobre sua remuneração fixa.
- Remuneração Variável (Não se aplica)

##### Comitês de Assessoramento (Comitês de: Auditoria, Remuneração, Sustentabilidade, Governança Corporativa e Partes Relacionadas, Inclusão e Diversidade)

- Remuneração Fixa
  - Salário ou Pró-Labore: Não se aplica
  - Benefícios Diretos ou Indiretos: Não se aplica
  - Remuneração por participação em comitês: Não se aplica.
  - Outros: São recolhidos ao INSS os valores legalmente previstos sobre a remuneração que recebem pela participação nos respectivos comitês.
- Remuneração Variável
  - Bônus: Não se aplica
  - Participação nos Resultados: Não se aplica
  - Remuneração por participação em reuniões: Aplicável aos membros Independentes do Comitê Inclusão e Diversidade. Honorário pago por reunião, calculado de acordo com as melhores práticas de mercado. O objetivo da remuneração por participação em comitês é compensar o membro pelo desempenho de suas atividades.
  - Comissões: Não se aplica

##### Conselho Fiscal (quando instalado)

- Remuneração Fixa
  - Salário ou Pró-Labore: Honorário pago mensalmente, calculado conforme a Lei das S/As, ou seja, 10% da média da remuneração da Diretoria. O objetivo do salário, ou pró-labore, é remunerar o conselheiro pelos serviços prestados.
  - Benefícios Diretos ou Indiretos: Não se aplica.

- Outros: São recolhidos ao INSS os valores legalmente previstos sobre sua remuneração fixa.
- Remuneração Variável (Não se aplica)

#### Diretoria Estatutária

- Remuneração Fixa
  - Salário ou Pró-Labore: Representa a remuneração fixa, paga mensalmente, calculada conforme senioridade e complexidade da posição em questão e de acordo com as melhores práticas de mercado. O objetivo do salário, ou pró-labore, é remunerar o diretor pelos serviços prestados.
  - Benefícios Diretos ou Indiretos: Representa os benefícios, assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição, seguro de vida e previdência privada. O objetivo dos benefícios diretos e indiretos é complementar a remuneração fixa dos diretores, e também é pago como uma remuneração por conta dos serviços prestados.
  - Remuneração por participação em comitês: Não se aplica
  - Outros: São recolhidos ao INSS os valores legalmente previstos sobre sua remuneração fixa.
- Remuneração Variável
  - Bônus: Representa a remuneração variável de curto prazo, como forma de recompensar o alcance ou superação dos objetivos da Companhia. O objetivo da remuneração variável é estimular a produtividade dos diretores e servir como remuneração adicional pelo cumprimento das metas estabelecidas e desempenho satisfatório de suas funções.
  - Participação nos Resultados: Não se aplica
  - Remuneração por participação em reuniões: Não se aplica
  - Comissões: Não se aplica
  - Outros: São recolhidos ao INSS os valores legalmente previstos sobre sua remuneração variável.

#### Diretoria Não Estatutária

- Remuneração Fixa
  - Salário ou Pró-Labore: Representa a remuneração fixa, paga mensalmente, conforme senioridade e complexidade da posição em questão e de acordo com as melhores práticas de mercado. O objetivo do salário, ou pró-labore, é remunerar o diretor pelos serviços prestados.
  - Benefícios Diretos ou Indiretos: Representa os benefícios, assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição, seguro de vida e previdência privada. O objetivo dos benefícios diretos e indiretos é complementar a remuneração fixa dos diretores, bem como é pago como uma remuneração por conta dos serviços prestados.
  - Remuneração por participação em comitês: Não se aplica
  - Outros: São recolhidos ao INSS os valores legalmente previstos sobre sua remuneração fixa.
- Remuneração Variável
  - Bônus: Representa a remuneração variável de curto prazo, como forma de recompensar o alcance ou superação dos objetivos da Companhia. O objetivo da remuneração variável é estimular a produtividade dos diretores e servir como remuneração adicional pelo cumprimento das metas estabelecidas e desempenho satisfatório de suas funções.
  - Participação nos Resultados: Representa a remuneração variável de curto prazo, com forma de recompensar o alcance ou superação dos objetivos da Companhia, pago por meio de Programa de Participação nos Lucros e Resultados. O objetivo da remuneração variável é estimular a produtividade dos diretores e servir como remuneração adicional pelo cumprimento das metas estabelecidas e desempenho satisfatório de suas funções.
  - Remuneração por participação em reuniões: Não se aplica
  - Comissões: Não se aplica
  - Outros: Para o Bônus, são recolhidos ao INSS os valores legalmente previstos. Para o PLR não é recolhido nenhum encargo, pois a remuneração variável é paga de acordo com a Lei 10.101/2000 que dispõe sobre PLR, e conforme Art. 3º, não constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista.

#### (ii) em relação aos três últimos exercícios sociais qual a proporção de cada elemento na remuneração total

	2021	2020	2019
<b>Conselho de Administração</b>			
<b>Remuneração Fixa</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Salário ou Pró-Labore	82,8%	81,6%	82,2%
Remuneração por participação em comitês	0,0%	0,0%	0,0%
Benefícios diretos ou indiretos	0,0%	0,0%	0,0%
Encargos sociais	17,2%	18,4%	17,8%

<b>Remuneração Variável</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>
Bônus	0,0%	0,0%	0,0%
Benefícios Diretos ou Indiretos	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Comitê de Assessoramento</b>			
<b>Remuneração Fixa</b>	<b>80,0%</b>	<b>90,1%</b>	<b>93,1%</b>
Remuneração por participação em comitês	80,0	90,1%	93,1%
<b>Remuneração Variável</b>	<b>20,0%</b>	<b>9,9%</b>	<b>6,9%</b>
Remuneração por participação em reuniões	20,0%	9,9%	6,9%
<b>Conselho Fiscal</b>			
<b>Remuneração Fixa</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Salário ou Pró-Labore	83,3%	83,2%	83,3%
Encargos sociais	16,7%	16,8%	16,7%
<b>Diretoria não Estatutária</b>			
<b>Remuneração Fixa</b>	<b>73,2%</b>	<b>81,7%</b>	<b>81,8%</b>
Salário ou Pró-Labore	59,0%	51,7%	59,9%
Benefícios diretos ou indiretos	5,4%	7,8%	8,2%
Encargos sociais	8,9%	22,3%	13,7%
<b>Remuneração Variável</b>	<b>20,1%</b>	<b>18,3%</b>	<b>18,2%</b>
PLR	20,1%	18,3%	18,2%
<b>Remuneração baseada em ações</b>	<b>6,7%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>
<b>Diretoria Estatutária</b>			
<b>Remuneração Fixa</b>	<b>64,8%</b>	<b>75,6%</b>	<b>78,9%</b>
Salário ou Pró-Labore	39,6%	52,8%	54,7%
Benefícios diretos ou indiretos	4,8%	3,9%	4,1%
Encargos sociais	22,9%	20,4%	20,1%
<b>Remuneração Variável</b>	<b>20,6%</b>	<b>22,9%</b>	<b>21,1%</b>
Bônus	20,6%	22,9%	21,1%
Encargos sociais	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Remuneração baseada em ações</b>	<b>12,2%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>

**(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

A política de remuneração da Companhia é analisada por meio de comparação com os valores pagos no mercado, com o objetivo de manter o nível de competitividade adequado. As pesquisas salariais são feitas por meio de metodologia da consultoria Hay Group (Korn Ferry), que classifica os cargos por pontuação de acordo com três elementos: *know-how*, processo mental e responsabilidade por resultados. A mensuração destes três fatores resulta no peso do cargo. Tal metodologia permite mensurar a importância e a complexidade relativas aos resultados esperados do cargo. Essa comparação é realizada anualmente e a Diretoria da Companhia analisa e delibera as ações de movimentações em função dessa análise remuneratória.

Apresentamos abaixo detalhamentos referentes ao Conselho de Administração, Comitê de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Diretoria Não Estatutária.

**Conselho de Administração:** A metodologia para a definição da Remuneração baseia-se na análise dos níveis de Remuneração e melhores práticas de mercado, onde o Conselho de Remuneração analisa as informações e aprova as propostas.

**Comitês de Assessoramento:** A metodologia para a definição da Remuneração é definida pelo Comitê de Remuneração onde é estipulado um valor a ser pago a cada membro em função do número de reuniões que o mesmo participará durante o ano.

**Conselho Fiscal:** A metodologia para a definição da Remuneração baseia-se em 10% da média salarial dos pró-labores dos membros da diretoria estatutária.

**Diretoria Estatutária e Não Estatutária:** A metodologia para a definição da Remuneração baseia-se na análise dos níveis de Remuneração e melhores práticas de mercado, onde o Conselho de Remuneração analisa as informações e aprova as propostas. Para a remuneração fixa, é determinada uma tabela salarial com referência mínima, média e máxima, de forma que seja competitiva com o nosso mercado referência. Para a remuneração variável, após a análise dos dados de mercado, definimos o valor *target* de bônus / PLR para cada um dos níveis hierárquicos.

**(iv) razões que justificam a composição da remuneração**

No caso da remuneração fixa, o objetivo é garantir a competitividade e atratividade da Companhia, com vistas de aumentar o valor da mesma.

Os objetivos da remuneração variável são: criação de vínculos entre o desempenho e a recompensa e compartilhamento dos resultados da Companhia. A metodologia está totalmente ligada ao desempenho do negócio e do colaborador, ou seja, quanto mais o colaborador esteja comprometido com seus resultados diretos e indiretos, melhor será o desempenho da Companhia, conseqüentemente a recompensa financeira.

Para verificar a forma de apuração do cumprimento de metas e a metodologia de cálculo da remuneração variável, por favor, reporte-se aos itens 13.1 (c) e 13.1 (d).

**(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Não há remuneração aos Conselheiros de Administração indicados pela acionista controladora, EDP - Energias de Portugal, tendo em vista que referida remuneração já é suportada pela referida controladora, sendo que o Vice-presidente do Conselho da Administração é remunerado pelo cargo de Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Companhia.

**c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Na determinação da remuneração são levados em consideração a performance do negócio face aos objetivos fixados relativamente à: (i) rentabilidade; (ii) satisfação dos clientes, acionistas e colaboradores; (iii) imagem da Companhia; e (iv) responsabilidade social.

Seguem os KPIs (“Key Performance Indicator”) do Grupo EDP – Energias do Brasil para apuração do cálculo de Remuneração Variável:

- **EBITDA**, entendido como indicador que mede o potencial de geração de caixa do negócio, obtido pelo lucro, antes de juros, impostos, depreciação e amortização;
- **Custos Operacionais**, entendido como o indicador que mede os gastos com despesas operacionais (OPEX, pessoal, material, serviços, outros);
- **Resultado Líquido**, entendido como o lucro da Companhia;
- **CAPEX**, entendido como o índice que mede os investimentos nas empresas;
- **ISE**, entendido como Índice de Sustentabilidade Empresarial;
- **Cotação ENBR vs Ibovespa vs IEE**, entendido como a comparação da evolução da cotação da ação ENBR3 na Bovespa em relação ao Índice Bovespa e o Índice das empresas de energia elétrica; e
- **Cash-Flow Operacional**, entendido como o indicador que mensura o fluxo de caixa operacional.

**d. Estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

A remuneração fixa da administração não sofre impacto conforme a evolução dos indicadores de desempenho. Portanto, a evolução de tais indicadores não incrementa o salário, o pró-labore, os benefícios diretos e indiretos, tampouco a remuneração por participação em comitês.

Quanto ao bônus e a participação nos resultados, que fazem parte da remuneração variável das diretorias estatutária e não-estatutária, seu pagamento está diretamente ligado ao alcance, pela Companhia, de metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Conforme são atingidas as metas atreladas aos indicadores de desempenho, parcelas do resultado da Companhia são direcionadas ao pagamento da remuneração variável. Quanto maior a evolução dos indicadores de desempenho, maior é a porção do resultado da Companhia que será destinada ao pagamento das remunerações variáveis dos diretores.

Com base em avaliações individuais dos diretores, realizadas pelo Comitê de Remuneração, e parâmetros técnicos pré-estabelecidos, é realizada a divisão e pagamento da remuneração variável.

**e. Relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo**

A política de remuneração utilizada, baseada em uma componente fixa e em outra variável, almeja alinhar a atividade de nossos colaboradores com os objetivos da Companhia, como, por exemplo, o aumento de seu valor de mercado e de sua sustentabilidade. A componente fixa pretende tornar atrativa a adesão e manutenção de profissionais qualificados, enquanto a componente variável, por ser estabelecida com base em indicadores de desempenho alinhados aos objetivos da Companhia, incentiva a superação individual para que a Companhia atinja as metas traçadas por sua administração.

Destacamos que o valor da remuneração variável é diretamente atrelado ao Resultado Individual (RI), que é apurado em função do cumprimento, pelo colaborador, de metas estratégicas, traçadas pela administração da Companhia para atingir seus objetivos de crescimento de curto e médio prazo. Logo, entendemos que quanto melhor o Resultado Individual do colaborador, maior será sua contribuição para cumprimento dos objetivos e interesses da Companhia, consequentemente maior será sua remuneração variável.

**f. Remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Com relação a Diretoria Não-Estatutária ou os Comitês de Assessoramento, não há remuneração, tanto fixa quanto variável, suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Quanto ao Conselho da Administração e Diretoria Estatutária, existem membros que recebem parte de sua remuneração do acionista controlador ou de empresas subsidiárias da Companhia (conforme detalhado no item 13.15 deste Formulário de Referência).

Identificamos, na tabela a seguir, as componentes da remuneração que são suportados parte pela Companhia e parte por suas subsidiárias:

	Companhia	Controlador	EDP São Paulo	EDP Espírito Santo	EDP Comercializadora	Pecem Energia	EDP Smart
<b>Remuneração Fixa</b>							
Salário ou Pró-Labore	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Benefícios diretos ou indiretos	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Remuneração por participação em comitês	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Outros	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Remuneração Variável</b>							
Bônus	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Participação nos resultados	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Remuneração por participação em reuniões	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Comissões	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Outros	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

**g. Remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários.**

Não há remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários.

**h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

- (i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:

O Comitê de Remuneração analisa práticas de mercado (com objetivo assegurar a atração e retenção de profissionais altamente qualificados e incentivar o alcance dos objetivos e a superação de metas, visando à agregação de valor à Companhia), dando parecer acerca da melhor prática a ser seguida. Posteriormente, o Conselho de Administração, juntamente com o Comitê de Remuneração aprovam a remuneração individual de cada membro.

- (iii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:

As considerações acerca dos critério e metodologia utilizadas estão descritas no item “b”, subitem “iii”, deste documento.

- (iv) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor:

Anualmente o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração.

**13.2 Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria da Companhia reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social de 2022:**

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	5,00	3,00	17,00
Nº de membros remunerados	4,00	5,00	3,00	12,00
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>1.808.800</b>	<b>6.126.339</b>	<b>279.000</b>	<b>8.214.139</b>
Salário ou pró-labore	1.507.333	4.288.530	232.500	6.028.363
Benefícios direto e indireto		251.195		251.195
Participações em comitês				0
Outros	301.467	1.586.614	46.500	1.934.581
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a encargos	Refere-se a encargos	Refere-se a encargos	
<b>Remuneração variável</b>	<b>0</b>	<b>2.714.112</b>	<b>0</b>	<b>2.714.112</b>
Bônus		2.120.400		2.120.400
Participação de resultados				0
Participação em reuniões				0
Comissões				0
Outros		593.712		593.712
Descrição de outras remunerações variáveis		Refere-se a encargos		0
Pós-emprego		246.740		246.740
Cessação do cargo				0
Baseada em ações, incluindo opções		1.702.809		1.702.809
Observação				0
<b>Total da remuneração</b>	<b>1.808.800</b>	<b>10.790.000</b>	<b>279.000</b>	<b>12.877.800</b>

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	6,00	3,00	18,00
Nº de membros remunerados	4,17	5,17	3,00	12,33
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>1.640.400</b>	<b>5.523.577</b>	<b>233.690</b>	<b>7.397.668</b>
Salário ou pró-labore	1.359.000	3.376.600	194.742	4.930.342
Benefícios direto e indireto		196.867		196.867
Participações em comitês				0
Outros	281.400	1.950.111	38.948	2.270.459
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a encargos	Refere-se a encargos	Refere-se a encargos	
<b>Remuneração variável</b>	<b>0</b>	<b>1.758.000</b>	<b>0</b>	<b>1.758.000</b>
Bônus		1.758.000		1.758.000
Participação de resultados				0
Participação em reuniões				0
Comissões				0
Outros		0		0
Descrição de outras remunerações variáveis		Refere-se a encargos		0
Pós-emprego		210.520		210.520
Cessação do cargo				0
Baseada em ações, incluindo opções		1.028.449		1.028.449
Observação				0
<b>Total da remuneração</b>	<b>1.640.400</b>	<b>8.520.547</b>	<b>233.690</b>	<b>10.394.637</b>

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	5	3	16
Nº de membros remunerados	4	5,08	3	12,08
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>1.430.688</b>	<b>5.106.085</b>	<b>205.722</b>	<b>6.742.495</b>
Salário ou pró-labore	1.167.240	3.567.133	171.096	4.905.469
Benefícios direto e indireto		157.929		157.929
Participações em comitês				0
Outros	263.448	1.381.023	34.626	1.679.097
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a encargos	Refere-se a encargos	Refere-se a encargos	
<b>Remuneração variável</b>	<b>0</b>	<b>1.547.500</b>	<b>0</b>	<b>1.547.500</b>
Bônus		1.547.500		1.547.500
Participação de resultados				0
Participação em reuniões				0
Comissões				0
Outros		0		0
Descrição de outras remunerações variáveis		Refere-se a encargos		0
Pós-emprego		102.660		102.660
Cessação do cargo				0
Baseada em ações, incluindo opções		0		0
Observação				0
<b>Total da remuneração</b>	<b>1.430.688</b>	<b>6.756.245</b>	<b>205.722</b>	<b>8.392.655</b>

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	5	3	16
Nº de membros remunerados	4	5	3	12
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>1.284.000</b>	<b>4.752.957</b>	<b>215.503</b>	<b>6.252.460</b>
Salário ou pró-labore	1.056.000	3.363.267	179.586	4.598.853
Benefícios direto e indireto		151.648		151.648
Participações em comitês				0
Outros	228.000	1.238.042	35.917	1.501.959
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais	
<b>Remuneração variável</b>	<b>0</b>	<b>1.295.000</b>	<b>0</b>	<b>1.295.000</b>
Bônus		1.295.000		1.295.000
Participação de resultados				0
Participação em reuniões				0
Comissões				0
Outros		0		0
Descrição de outras remunerações variáveis				0
Pós-emprego		103.135		103.135
Cessaçã o do cargo				0
Baseada em ações, incluindo opções		0		0
Observação				0
<b>Total da remuneração</b>	<b>1.284.000</b>	<b>6.151.092</b>	<b>215.503</b>	<b>7.650.595</b>

### 13.3 Remuneração variável do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais da Companhia e remuneração prevista para o exercício social de 2022.

#### Remuneração Variável prevista para o exercício social corrente – 2022 (R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	5,00	3,00	16,00
Nº total de membros remunerados	4,00	5,00	3,00	12,00
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	1.060.200	n/a	1.060.200
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração	n/a	3.604.680	n/a	3.604.680
Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atendidas	n/a	2.120.400	n/a	2.120.400
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atendidas	n/a	n/a	n/a	n/a

#### Remuneração Variável - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	6,00	3,00	17,00
Nº total de membros remunerados	4,17	5,17	3,00	12,33
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	1.098.900	n/a	1.098.900
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração	n/a	3.736.260	n/a	3.736.260

Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atendidas	n/a	2.197.800	n/a	2.197.800
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n/a	1.758.000	n/a	1.758.000
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atendidas	n/a	n/a	n/a	n/a

#### Remuneração Variável - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº total de membros remunerados	4,00	5,08	3,00	12,08
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	783.000	n/a	783.000
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração	n/a	2.698.920	n/a	2.698.920
Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atendidas	n/a	1.587.600	n/a	1.587.600
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n/a	1.547.500	n/a	1.547.500
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atendidas	n/a	n/a	n/a	n/a

#### Remuneração Variável - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº total de membros remunerados	4,00	5,00	3,00	12,00
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	783.000	n/a	783.000
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração	n/a	2.662.200	n/a	2.662.200
Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atendidas	n/a	1.566.000	n/a	1.566.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n/a	1.295.000	n/a	1.295.000
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a

Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atendidas	n/a	n/a	n/a	n/a
---	-----	-----	-----	-----

#### Remuneração Variável - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,75	5,00	2,25	15,00
Nº total de membros remunerados	3,75	5,00	2,25	11,00
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	750.000	n/a	750.000
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração	n/a	2.550.000	n/a	2.550.000
Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atendidas	n/a	1.500.000	n/a	1.500.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n/a	1.295.000	n/a	1.295.000
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atendidas	n/a	n/a	n/a	n/a

#### 13.4 Informação do plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente de 2022

##### a) Termos e condições gerais

A Política de Remuneração Baseada em Ações da Companhia estabelece as condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Companhia aos administradores e colaboradores da Companhia e de controladas da Companhia indicados pelo Conselho de Administração da Companhia (“Beneficiários”), observados os termos e condições da Política de Remuneração, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), na Instrução CVM nº 10, de 14 de fevereiro de 1980, conforme alteradas.

A política envolve o pagamento de um bônus por desempenho aos Beneficiários, mediante a entrega de Ações Restritas, conforme venha a ser definido pelo Conselho de Administração em cada exercício.

Os Beneficiários da Política de Remuneração serão selecionados pelo Conselho de Administração, tendo por base as recomendações do Comitê de Remuneração da Companhia, considerando, entre outros fundamentos, a importância e essencialidade da função exercida, o seu envolvimento em projetos estratégicos, cumprimento de metas relacionadas ao seu desempenho individual e/ou ao desempenho global da Companhia no respectivo período de apuração, aprovadas pelo órgão competente (“Metas de Desempenho”), bem como o valor agregado que o Beneficiário oferece à Companhia.

Na definição do critério de elegibilidade para fins do pagamento do bônus por desempenho anual dos Beneficiários, o Conselho de Administração apurará as Metas de Desempenho, com base nas recomendações do Comitê de Remuneração, em periodicidade anual.

O benefício previsto na Política de Remuneração somente será aplicável aos administradores e colaboradores da Companhia e de suas Controladas elegíveis a receberem bônus por desempenho da EDP e de suas Controladas.

Nenhuma disposição da Política de Remuneração ou do Contrato poderá ser interpretada no sentido de conferir a qualquer Beneficiário o direito de permanecer como administrador e/ou empregado da Companhia e/ou de suas Controladas, nem interferirá, de qualquer modo, no direito de a Companhia e/ou a Controlada, conforme o caso, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, terminar o contrato de trabalho do empregado, o contrato de prestação de serviços e/ou interromper o mandato do diretor.

A assinatura do respectivo Contrato implicará na expressa aceitação de todos os termos da Política de Remuneração pelo Beneficiário, os quais o Beneficiário se obriga plena e integralmente a cumprir.

Os direitos conferidos aos Beneficiários nos termos da Política de Remuneração e dos Contratos não poderão ser cedidos ou transferidos, no todo ou em parte, nem ser onerados ou dados em garantia em nenhuma hipótese.

A Companhia se compromete a arquivar a presente Política de Remuneração em sua sede na forma e para os fins do disposto no Artigo 40 da Lei das S.A., conforme alterada.

**b) Principais objetivos do plano**

A Política de Remuneração tem por objetivo reconhecer o desempenho organizacional e individual dos Beneficiários e a sua contribuição para a expansão, o êxito e a realização dos objetivos sociais da Companhia e das Controladas mediante o pagamento, pela Companhia, de uma bonificação em ações de sua própria emissão, observadas as regras e condições estabelecidas no Plano.

**c) Forma como o plano contribui para esses objetivos**

A Companhia acredita que o pagamento de bônus por desempenho em ações de emissão da Companhia a determinados Beneficiários elegíveis na forma da letra “a”, incentiva tais Beneficiários a buscarem ainda mais a criação de valor para a Companhia e a valorização das suas ações, bem como incentiva a permanência de administradores e colaboradores capazes na empresa, alinhando os interesses dos Beneficiários aos dos demais acionistas da Companhia por meio da participação nos lucros sociais.

**d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor**

O presente plano se insere na atual política de remuneração da Companhia na medida em que cria um mecanismo diferenciado de reconhecimento.

**e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**

O plano cria o comprometimento e superação dos Beneficiários elegíveis com a valorização das ações da Companhia e equilíbrio do curto, médio e longo prazo, para além de garantir a competitividade, atratividade e valor da Companhia. Considera-se também relevante para este ponto a citação da letra “c” deste item.

**f) Número máximo de ações abrangidas**

Conforme item “g” o número máximo de ações abrangidas equivale a 1% do capital social total da Companhia.

**g) Número máximo de opções a serem outorgadas**

O presente plano se baseia no pagamento de uma remuneração variável em ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria. Tendo em vista a presente estrutura do plano a Companhia possui como limite de concessão de ações o percentual de 1% do capital social total da Companhia.

**h) Condições de aquisição de ações**

Os Beneficiários da Política de Remuneração serão selecionados pelo Conselho de Administração da Companhia, considerando, entre outros fundamentos, a importância e essencialidade da função exercida, o seu envolvimento em projetos estratégicos, cumprimento de metas relacionadas ao seu desempenho individual e/ou ao desempenho global da Companhia.

**i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

Para fins de determinação da quantidade de Ações Restritas a ser concedida a cada Beneficiário, o preço por Ação Restrita será equivalente à média ponderada de cotação das ações de emissão da Companhia na B3 nos 60 dias anteriores à data da transferência das Ações Restritas aos respectivos Beneficiários. Considerando o período de suspensão para alienação das referidas ações, o preço de venda posterior será aquele praticado pelo mercado.

**j) Critérios para fixação do prazo de exercício**

Vide item anterior – letra “i”.

**k) Forma de liquidação**

Vide item anterior – letra “i”.

### **l) Restrições à transferência das ações**

Os Beneficiários não poderão, por 1 ano a contar da data de transferência das Ações Restritas pela Companhia e sempre observado o disposto na lei, regulamentação da CMV e na Política de Negociação com Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, ceder, transferir, ou de qualquer forma alienar, direta ou indiretamente, qualquer Ação Restrita, bem como as ações a serem por eles adquiridas em virtude de bonificações, e/ou desdobramento destas Ações Restritas. Após o transcurso do Período de Restrição, os Beneficiários poderão livremente ceder, transferir ou de qualquer forma alienar, direta ou indiretamente, suas ações, em favor de quaisquer terceiros, sem impedimento ou restrição de qualquer natureza.

### **m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

A Política de Remuneração baseada em ações de emissão da Companhia foi aprovada em sua Assembleia Geral de 10 de abril de 2015, e seu Regulamento foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 02 de maio de 2016. Nesta mesma Reunião de Conselho de Administração foram aprovadas as indicações dos Beneficiários do Programa, tendo sido considerada a data de 02 de maio de 2017 como Data de Outorga aos Beneficiários. Nos anos seguintes forma implantadas as demais edições.

Eventuais suspensões, alterações e/ou extinção de quaisquer condições da Política e/ou do Regulamento serão dirimidas pela Assembleia Geral e/ou pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme o caso.

### **n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

O Regulamento da Política de Remuneração baseada em ações da Companhia, aprovado por seu Conselho de Administração, estabeleceu as regras aplicáveis aos casos de desligamento de Beneficiários da Companhia a seguir descritos:

(a) Nos casos de Desligamento por iniciativa dos Beneficiários dos Programas (pedido de demissão ou renúncia) ou por iniciativa da Companhia e/ou das Controladas com justa causa (dispensa por justa causa ou destituição por justo motivo) durante o período do programa, o direito ao recebimento das Ações Outorgadas não plenamente adquiridas restará automaticamente extinto, de pleno direito, independentemente de prévio aviso ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

(b) Nos casos de Desligamento por iniciativa da Companhia e/ou das Controladas sem justa causa (dispensa sem justa causa ou destituição sem justo motivo) ou por aposentadoria dos Beneficiários dos Programas durante o período do programa, os Beneficiários dos Programas farão jus a um número de Ações, conforme o caso, proporcional ao número de meses do período do programa transcorridos até a data de Desligamento, restando o direito ao recebimento das demais Ações Outorgadas Não Plenamente Adquiridas automaticamente extinto, de pleno direito, independentemente de prévio aviso ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

(c) Nos casos de Desligamento por invalidez permanente ou falecimento dos Beneficiários dos Programas, devidamente comprovados, as Ações Outorgadas Não Plenamente Adquiridas na data do Desligamento terão seu período do programa antecipado.

### **13.5. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária**

O regulamento do plano de remuneração baseado em ações foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 09 de maio de 2019, sendo a implementação e adesões a este regulamento realizadas no mês de junho de 2019.

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (R\$)

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Nº total de membros</b>	9,00	5,17
<b>Nº de membros remunerados</b>	4,00	6,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	6.979.727,27
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	0	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	0	776.160,00
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	0	0
Valor justo das opções na data de outorga		776.160,00
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	N/A	N/A

**13.6. Em relação à remuneração baseada em ações em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:**

Remuneração baseada em ações em aberto ao final do exercício encerrado em 31/12/2021

	PLANO VI	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	9,00	5,17
<b>Nº de membros remunerados</b>	4,00	6,00
<b>Opções ainda não exercíveis</b>		
Quantidade	n/a	137.980
Data em que se tornarão exercíveis	n/a	17/06/2026
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	5 anos da data da outorga
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	3 a 5 anos da data da outorga
Preço médio ponderado de exercício	n/a	1.799.949,10
Valor justo das opções no último dia do exercício social	n/a	2.889.301,20
<b>Opções exercíveis</b>		
Quantidade	n/a	0
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	n/a	0
Valor justo das opções no último dia do exercício social	n/a	0
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	n/a	0

	PLANO V	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	9,00	5,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	0,00	5,08
<b>Opções ainda não exercíveis</b>		
Quantidade	n/a	97.607
Data em que se tornarão exercíveis	n/a	18/06/2025
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	5 anos da data da outorga
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	3 a 5 anos da data da outorga
Preço médio ponderado de exercício	n/a	1.478.068,75
Valor justo das opções no último dia do exercício social	n/a	2.043.890,58
<b>Opções exercíveis</b>		
Quantidade	n/a	0
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	n/a	0
Valor justo das opções no último dia do exercício social	n/a	0
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	n/a	0

	PLANO IV	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	9,00	5,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	0,00	4,00
<b>Opções ainda não exercíveis</b>		
Quantidade	n/a	103.913
Data em que se tornarão exercíveis	n/a	18/06/2024
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	5 anos da data da outorga
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	3 a 5 anos da data da outorga
Preço médio ponderado de exercício	n/a	1.719.735,16
Valor justo das opções no último dia do exercício social	n/a	2.175.938,22
<b>Opções exercíveis</b>		
Quantidade	n/a	0
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	n/a	0
Valor justo das opções no último dia do exercício social	n/a	0
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	n/a	0

	PLANO III	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	9,00	5,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	0,00	4,00
<b>Opções ainda não exercíveis</b>		
Quantidade	n/a	145.088
Data em que se tornarão exercíveis	n/a	06/06/2023
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	5 anos da data da outorga
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	3 a 5 anos da data da outorga
Preço médio ponderado de exercício	n/a	1.479.619,40
Valor justo das opções no último dia do exercício social	n/a	2.850.979,20
<b>Opções exercíveis</b>		
Quantidade	n/a	0
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	n/a	0
Valor justo das opções no último dia do exercício social	n/a	0
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	n/a	0

	PLANO II	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	9,00	5,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	0,00	4,00
<b>Opções ainda não exercíveis</b>		
Quantidade	n/a	36.000
Data em que se tornarão exercíveis	n/a	19/06/2022
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	5 anos da data da outorga
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	3 a 5 anos da data da outorga
Preço médio ponderado de exercício	n/a	441.940,53
Valor justo das opções no último dia do exercício social	n/a	753.840,00
<b>Opções exercíveis</b>		
Quantidade	n/a	0
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	n/a	0
Valor justo das opções no último dia do exercício social	n/a	0
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	n/a	0

	PLANO I	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	9,00	5,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	0,00	4,00
<b>Opções ainda não exercíveis</b>		
Quantidade	n/a	0,00
Data em que se tornarão exercíveis	n/a	15/06/2021
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	5 anos da data da outorga
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	3 a 5 anos da data da outorga
Preço médio ponderado de exercício	n/a	0,00
Valor justo das opções no último dia do exercício social	n/a	0,00
<b>Opções exercíveis</b>		
Quantidade	n/a	0
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	n/a	0
Valor justo das opções no último dia do exercício social	n/a	0
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	n/a	0

**13.7. Em relação às ações referente a remuneração baseada em ações exercidas e ações entregues ao conselho de administração e à diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais**

**Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2021**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Nº total de membros</b>	9,00	5,17
<b>Nº de membros remunerados</b>	4,00	6,00
<b>Opções exercidas</b>		
Número de ações	n/a	0
Preço médio ponderado de exercício	n/a	0
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	0
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações entregues	n/a	44.000
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	13,60
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	4,04

**Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2020**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Nº total de membros</b>	8,00	5,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	4,00	5,08
<b>Opções exercidas</b>		
Número de ações	n/a	0
Preço médio ponderado de exercício	n/a	0
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	0
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações entregues	n/a	0
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	0
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	0

**Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2019**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Nº total de membros</b>	8,00	5,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	4,00	5,00
<b>Opções exercidas</b>		
Número de ações	n/a	0
Preço médio ponderado de exercício	n/a	0
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	0
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações entregues	n/a	0
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	0
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	0

## Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	8,00	5,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	3,75	5,00
<b>Opções exercidas</b>		
Número de ações	n/a	0
Preço médio ponderado de exercício	n/a	0
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	0
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações entregues	n/a	0
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	0
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	0

### 13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

A política de remuneração tem por objetivo reconhecer o desempenho organizacional e individual dos beneficiários, mediante a entrega de ações de sua própria emissão. Os beneficiários da política de remuneração serão selecionados pelo Conselho de Administração, tendo por base as recomendações do Comitê de Remuneração considerando, entre outros fundamentos, a importância e essencialidade da função exercida, o seu envolvimento em projetos estratégicos, cumprimento de metas relacionadas ao seu desempenho individual e/ou ao desempenho global da Companhia no respectivo período de apuração, aprovadas pelo órgão competente, bem como o valor agregado que o beneficiário oferece à Companhia. A política prevê dois tipos de programas, conforme descritos abaixo:

- (i) Programa de incentivo - o beneficiário do programa possui o direito de receber, no futuro, até 2 ações para cada ação de emissão da Companhia adquirida por ele com a utilização de 30% do valor líquido do seu bônus por desempenho anual; e
- (ii) Programa de retenção - o beneficiário do programa possui o direito de receber ações de emissão da Companhia a título de pagamento de um bônus anual complementar eventualmente concedido pela Companhia.

O preço das ações demonstrados nas tabelas dos itens 13.5 a 13.7 são equivalentes aos dividendos futuros dos próximos 5 anos da Companhia a valor presente, com taxa de juros de mercado de 8,9% para os Planos I e II (2016 e 2017), 9,5% para o Plano IV (2019), 9,3% para os Planos III e V (2018 e 2020) e 7,7% para o Plano VI (2021)

As ações do programa de incentivo ou de retenção somente serão concedidas aos beneficiários que permanecerem continuamente vinculados como administradores e/ou colaboradores da Companhia e/ou das Controladas durante o período de carência. Adicionalmente, para os beneficiários do programa de incentivo, os mesmos deverão manter suas respectivas ações originárias, se abstendo de onerá-las e/ou transferi-las.

A entrega das ações de incentivo será após o período de carência, qual seja, 3 anos, caso a rentabilidade de mercado seja atingida (rentabilidade acumulada igual ou acima de 15% sobre a apuração média do IEE – Índice de Energia Elétrica e do IBOVSPA – Índice Bovespa), ou após 5 anos, caso a rentabilidade de mercado definida no regulamento não seja atingida.

**13.9 Informação da quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social, ações detidas pelos membros da Administração da Companhia**

EMPRESA	Valor Mobiliário	Conselho de Administração	Diretoria - Conselho Fiscal
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	Ação Ordinária	6.036	134.536
EDP SMART ENERGIA LTDA.	Quotas	1	3
EDP SMART SOLUÇÕES S.A.	Ação Ordinária	1	1
RESENDE ENGENHARIA E ASSESSORIA LTDA.	Ação Ordinária	1	0
ENERGEST S.A.	Ação Ordinária	1	2
LAJEADO ENERGIA S.A.	Ação Ordinária	1	2
INVESTCO S.A.	Ação Ordinária	1	1
PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	Ação Ordinária	1	0

### 13.10 Informações relacionadas aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

(em reais, exceto quando indicado)

#### 2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	6,00
Nº total de membros remunerados	0,00	4,00
Nome do Plano	n/a	Enerprev
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	n/a	n/a
Condições para se aposentar antecipadamente	n/a	n/a
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	2.274.500
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	231.490
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	n/a	Sim, a qualquer momento desde que encerre o vínculo com a empresa. Somente poderá ser resgatado as contribuições feitas diretamente pelos administradores.

#### 2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	5,00
Nº total de membros remunerados	0,00	2,00
Nome do Plano	n/a	Enerprev
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	n/a	n/a
Condições para se aposentar antecipadamente	n/a	n/a
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	610.899
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	102.660
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	n/a	Sim, a qualquer momento desde que encerre o vínculo com a empresa. Somente poderá ser resgatado as contribuições feitas diretamente pelos administradores.

## 2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	5,00
Nº total de membros remunerados	0,00	2,00
Nome do Plano	n/a	Enerprev
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	n/a	n/a
Condições para se aposentar antecipadamente	n/a	n/a
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	508.239
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	104.050
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	n/a	Sim, a qualquer momento desde que encerre o vínculo com a empresa. Somente poderá ser resgatado as contribuições feitas diretamente pelos administradores.

### 13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº Total de membros	5,17	5,08	5,00	9,00	8,00	8,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	5,17	5,08	5,00	4,17	4,00	4,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração (Reais)	2.489.148	1.884.301	1.756.874	495.600	459.600	430.200	78.008	74.534	72.590
Valor da menor remuneração (Reais)	880.675	152.213	642.314	342.000	280.800	179.820	78.008	18.288	70.322
Valor Média da remuneração (Reais)	1.648.075	1.329.969	1.230.218	393.381	357.672	321.000	77.897	68.574	71.834

### 13.12 Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia

Não é aplicado.

### 13.13 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	2021	2020	2019
Conselho de Administração	n/a	n/a	n/a
Diretoria	n/a	n/a	n/a
Conselho Fiscal	n/a	n/a	n/a

### 13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não foi reconhecido no resultado da Companhia, nos 3 últimos exercícios sociais, nenhum outro valor remuneratório para além das anteriormente informados no item 13.2.

### 13.15 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

(valores expressos em reais ou euros, conforme indicado)

**2021 – Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	ND(*)	ND(*)	n/a	ND(*)
Controladas do emissor	0	R\$ 2.422.365	n/a	R\$ 2.422.365
Sociedades sob controle comum	0	0	n/a	0

(\*) Os valores relativos a 2021 ainda se encontram pendentes de validação pelo Acionista controlador

**2021 – Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Controladas do emissor	n/a	n/a	n/a	n/a
Sociedades sob controle comum	n/a	n/a	n/a	n/a

**2020 – Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	€ 255.640	€ 327.319	n/a	€ 582.959
Controladas do emissor	0	R\$ 2.556.037	n/a	R\$ 2.556.037
Sociedades sob controle comum	0	0	n/a	0

(\*) Valores em Euros, considerando a proporcionalidade da remuneração global dos nossos Administradores pagas pela EDP – Energias de Portugal relacionada aos cargos exercidos na EDP – Energias do Brasil

**2020 – Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Controladas do emissor	n/a	n/a	n/a	n/a
Sociedades sob controle comum	n/a	n/a	n/a	n/a

**2019 – Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	€ 221.669 (*)	€ 274.990 (*)	n/a	€ 496.659 (*)
Controladas do emissor	0	R\$ 2.219.872	n/a	R\$ 2.219.872
Sociedades sob controle comum	0	0	n/a	0

(\*) Valores em Euros, considerando a proporcionalidade da remuneração global dos nossos Administradores pagas pela EDP – Energias de Portugal relacionada aos cargos exercidos na EDP – Energias do Brasil

**2019 – Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Controladas do emissor	n/a	n/a	n/a	n/a
Sociedades sob controle comum	n/a	n/a	n/a	n/a

**2018 – Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	€\$223.398(*)	€\$305.029(*)	n/a	<b>€\$528.427</b>
Controladas do emissor	0	R\$ 2.427.768	n/a	<b>R\$ 2.427.768</b>
Sociedades sob controle comum	0	0	n/a	<b>0</b>

(\*) Valores em Euros, considerando a proporcionalidade da remuneração global dos nossos Administradores pagas pela EDP – Energias de Portugal relacionada aos cargos exercidos na EDP – Energias do Brasil

**2018 – Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Controladas do emissor	n/a	n/a	n/a	n/a
Sociedades sob controle comum	n/a	n/a	n/a	n/a

**13.16 Outras informações relevantes.**

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 13 foram discutidas nos itens anteriores.

\* \* \*